



A São Francisco nos 200 anos do ensino jurídico no Brasil: **Tradição e Futuro**

PROGRAMA DE GESTÃO

2026-2030

Candidata a Diretora:

Prof^a. Titular Ana Elisa Liberatore S. Bechara

Candidato a Vice-Diretor

Prof. Titular Ronaldo Porto Macedo Junior

Introdução

Tradição e futuro

03

Capítulos

1

Quem somos 08

2

Missão, visão e valores 15

3

Governança e Administração 17

4

Transparência e Comunicação 36

5

Propostas acadêmicas 39

5.1. Graduação 39

5.2. Pós-Graduação 47

5.3. Cultura e Extensão 55

5.4. Pesquisa e Inovação 63

5.5. Tecnologia e Inteligência Artificial 69

5.6. Internacionalização 75

6

Inclusão e Pertencimento 84

7

Projeto de celebração do Bicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil 92

Conclusão

Rumo aos 200 anos,
juntos pela São Francisco

96



INTRODUÇÃO

Tradição e Futuro

A Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FD) é a instituição há mais tempo dedicada, de forma contínua, ao ensino jurídico no Brasil, constituindo um centro de referência nacional e internacional, o que é refletido em seu destaque em rankings globais, de modo que não é um exagero dizer que ocupa papel singular no passado, presente e futuro do país. Essa posição de vanguarda só se manteve no tempo em razão do reconhecimento social de nossa **credibilidade científica e liderança política**.

Às vésperas de completar 200 anos de existência, carregada de história, tradição e grande impacto na cultura jurídica, política e social, vivemos também o desafio de refletir sobre nosso **futuro**. Se o debate sobre os rumos do ensino jurídico não é novo e nem exclusivo da realidade brasileira, a discussão assumiu novos contornos nos últimos anos, em razão de diversos fatores. Em primeiro lugar, destaca-se o intenso processo de transformação vivenciado no país em relação à evolução do quadro institucional e à reformulação de nossas bases normativas. De outra parte, apontam-se as mudanças na operação concreta do Direito provocadas pelas **novas tecnologias** - em particular a inteligência artificial generativa -, exigindo do profissional mais criatividade e capacidade analítica para conseguir sobreviver às novas necessidades do mercado e às alterações na própria estrutura das carreiras jurídicas.

Outro importante fator na reflexão sobre a formação jurídica que imprimimos e os rumos das pesquisas científicas e atividades que realizamos é a progressiva mudança de perfil socioeconômico e étnico-racial do corpo discente, causada pelas ações afirmativas adotadas na Universidade na última década. A **crescente diversidade** nas salas de aula tem possibilitado novas percepções, novos debates e novas capacidades, o que determina um extraordinário avanço na formação, com a superação da ideia disfuncional de um Direito excludente e a compreensão crítica das relações sociais. Em contrapartida, a mudança de perfil discente traz novos desafios que precisam ser enfrentados, relacionados à formulação de políticas de acolhimento e de permanência de grupos vulneráveis.

Além disso, assiste-se hoje a uma dicotomia entre o fortalecimento de movimentos sociais voltados à inclusão e à cidadania, de um lado, e ataques ao próprio Estado Democrático de Direito, de outro, o que gera, ao mesmo tempo, esperança de uma sociedade mais equânime e preocupação com retrocessos político-sociais. Se a contribuição do Direito para o aprimoramento das instituições, a inovação, a promoção da justiça social e da democracia exige defesa intransigente das liberdades e reflexão crítica, a FD não pode deixar de marcar posição sobre temas institucionais importantes do Estado Democrático de Direito brasileiro. Assim, em um país em que a quase totalidade das investigações científicas é capitaneada por Instituições de Ensino Superior Públicas, a valorização da universidade, sua **autonomia** e as **liberdades de pensamento e cátedra** são fundamentais e devem estar no centro das preocupações das Arcadas, em conformidade ao próprio projeto de excelência estabelecido pela USP.

Nesse contexto, um dos principais desafios é envolver a comunidade acadêmica não só no processo de ensino técnico, mas na reflexão interdisciplinar sobre as necessidades sociais inerentes a uma realidade desigual, internacionalizada e em constante transformação, proporcionando instrumental teórico e analítico para o desenvolvimento de um raciocínio jurídico apurado, que envolva sensibilidade, reflexão e criatividade. Para isso, é necessário promover mudanças na

metodologia de ensino, articulando-a com as pesquisas institucionais e atividades de extensão relacionadas a temas socialmente caros. Trata-se de deixar de lado o mero exercício da repetição conservadora para provocar continuamente a comunidade acadêmica à autocompreensão como parte dos conflitos sociais, a partir da análise crítica da realidade contemporânea e da capacidade de espantar-se e de questionar.

Da mesma forma, pensar o futuro da FD importa valorizar e capacitar todos os atores envolvidos no processo, em especial os **docentes** e **servidores técnico-administrativos**, propiciando condições de trabalho, ensino e pesquisa que lhes permitam atingir o melhor exercício de suas atividades institucionais, sem perder de vista o respeito nas relações e a autonomia acadêmica. Em qualquer caso, há que se romper fronteiras, preconceitos e estereótipos, tomando em conta, ao lado da excelência, a contribuição social, a interdependência e a inclusão como valores fundamentais de nossa comunidade.

Portanto, se as tradições e glórias do passado devem seguir sendo cultivadas pela Direção da Faculdade, também um olhar para o futuro (que já chegou) merece enorme esforço, a fim de que a instituição continue a ter a centralidade que teve até hoje na vida política, cultural e jurídica do país.

Nossa missão, assim, é dobrada: assegurar a manutenção dessa trajetória de excelência, ao mesmo tempo em que miramos os problemas atuais e as transformações vindouras, preparando nossa comunidade franciscana para que continue a escrever a história da Velha e Sempre Nova Academia, de estar sempre no centro dos grandes debates nacionais e, assim, contribuir com o Brasil de hoje e do amanhã.



Como exercer a gestão da Faculdade de Direito nesse cenário?

A gestão acadêmica envolve a conjunção de aspectos **administrativos** e **estratégicos**. A administração de pessoas, de infraestrutura, do bom funcionamento de atividades acadêmicas e técnicas e do patrimônio público e histórico-cultural da Faculdade suscita uma dinâmica de protocolos e rotinas, articulando diferentes setores entre si, a partir do conhecimento de suas especificidades e necessidades próprias. Esse processo só é possível por meio do diálogo e coordenação permanentes, bem como da estruturação de um sistema eficiente de distribuição de funções e atividades institucionais.

Para tanto, será preciso, inclusive, proceder à **revisão do organograma** da Faculdade, necessidade há mais de uma década sentida, porém pendente de solução, em razão da complexidade dos elementos envolvidos. Nosso trabalho contínuo nos últimos anos permitiu conhecer a realidade, dificuldades e perspectivas possíveis de cada setor de atividades, e, assim, finalmente a pretensão de enfrentar esse desafio, a

partir do diálogo com a comunidade e da colaboração de cada um.

Administrar também envolve a busca da **distribuição mais eficaz** dos recursos financeiros e atividades - em quantidade sempre limitada -, considerando as diversas áreas de atenção, desde a zeladoria dos espaços até as atividades de pesquisa avançada e de internacionalização. Nesse ponto, é importante observar que, além da histórica perda de servidores técnico-administrativos (cujas reposição depende de decisão da Reitoria), a FD acaba de **duplicar** seu tamanho, com a incorporação de mais de 4.000m² referentes ao **Palácio do Comércio** e a construção da nova **Biblioteca**, exigindo a remodelagem da distribuição de espaços e pessoas, bem como de atividades de manutenção, limpeza, apoio tecnológico e acadêmico. De outro lado, houve o ingresso em **número recorde de docentes** nos últimos 4 anos (cerca de 40), os quais, por sua competência e especial envolvimento com a Academia,

certamente poderão ser envolvidos nos planos de gestão.

Gerir a FD implica, porém, sobretudo uma **visão estratégica**, voltada à materialização de nossa maior missão: liderar o processo de desenvolvimento do conhecimento jurídico nacional. Nesse contexto, não se trata de desvalorizar ou negar as conquistas de anteriores gestões, e sim de tomar a continuidade como um processo importante e positivo que garante a institucionalidade e estabilidade

necessárias à implementação de pautas estratégicas. Há duas décadas as Arcadas vivenciam esse processo de continuidade e evolução, restando visíveis as amplas vantagens e conquistas daí advindas. Exatamente por isso, o programa que ora é apresentado é estruturado a partir da exposição daquilo que **foi feito** - com a indicação de dados objetivos - e do que **se pretende fazer**, em continuidade.

Uma gestão estratégica deve estar condicionada a um **espírito agregador**, que seja capaz de tomar as diversidades como nossa maior riqueza e valor e de aplicá-las na articulação entre diferentes áreas, unidades, entidades e setores da sociedade. Trata-se de aproximar os membros da comunidade acadêmica da Faculdade entre si e de estreitar nossos laços com a comunidade externa, valorizando e incentivando a contribuição das Arcadas como protagonista nos debates nacionais e internacionais, sobretudo em temas relacionados aos direitos fundamentais e à defesa do Estado Democrático de Direito. Das Arcadas partiram os principais debates nacionais, desde o Abolicionismo à Proclamação da República, do Movimento Constitucionalista de 1932 à Carta aos Brasileiros de 1977, das Diretas Já à defesa do Estado Democrático de Direito em 2022, 2023 e 2025.



Ato em Defesa do Estado Democrático de Direito, 11/08/2022

Não somos uma escola técnica de Direito, mas sim uma Academia cuja missão maior é produzir e transmitir conhecimento jurídico de excelência e, assim, contribuir para o alcance de uma sociedade mais justa e menos desigual. Por isso, trazemos no presente programa inúmeras parcerias - já realizadas e projetadas - com os mais importantes interlocutores no cenário brasileiro e estrangeiro.

Enfim, propomos uma gestão com marcada essência dinâmica e colaborativa, capaz de promover amplo diálogo e sinergia nas mais diversas áreas em prol do melhor interesse de nossa Faculdade e da sociedade brasileira. Tal **essência colaborativa** já tem produzido resultados muito positivos, tais como o prestígio que atualmente ostenta nossa unidade perante a Universidade de São Paulo, seja por meio **(i)** da nomeação de número notável de nossos docentes em funções da administração central, **(ii)** da presença constante do Reitor e da Vice-Reitora em eventos promovidos nas Arcadas, **(iii)** da concessão de cargos docentes em número recorde em nossa história recente; e **(iv)** do expressivo aumento de nosso espaço físico, com a incorporação do **Palácio do Comércio** e a recente proposta de aquisição do **terreno do Jóquei Clube**, localizado à frente da FD no Largo São Francisco; e **(v)** do investimento histórico de mais de **R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)** da USP em benefício de nossa infraestrutura¹. Da mesma forma, foi o espírito de colaboração e respeito à diversidade que permitiu a adoção de diversas ações pedagógicas, revisões normativas, inovações administrativas e iniciativas de inclusão e pertencimento por meio da atuação em conjunto com alunas e alunos, servidores técnico-administrativos, membros de coletivos e de entidades estudantis.

Nunca fomos "apenas" uma grande Faculdade de Direito. Aqui também formamos — além de qualificadíssimos juristas —, artistas, escritores, dramaturgos, intelectuais, jornalistas, diplomatas, professores, políticos, empresários, administradores, expoentes religiosos, gestores públicos, parlamentares, governantes e estadistas, enfim, lideranças. Essa é nossa vocação. A formação jurídica de excelência, o ambiente pluralista de liberdade acadêmica e a saudável ebulição cultural e política das Arcadas contribuem, decisivamente, para o florescimento desse amplo horizonte de possibilidades. Por isso, sem perder a humildade, devemos pensar a Faculdade com grandeza.

Ciosos desta enorme responsabilidade, submetemos à comunidade acadêmica nossas propostas para a Direção da FD nos próximos quatro anos, na esperança e expectativa de que compartilhem de nossa visão e que queiram fazer parte deste projeto. Contamos com seu voto de confiança e, sobretudo, com sua participação, certos de que, todos juntos, poderemos escrever um próximo capítulo ainda mais vibrante na história da Faculdade.

¹ Valor correspondente à aquisição do Palácio do Comércio, aos recursos concedidos para a compra de equipamentos tecnológicos e mobiliário para o novo edifício e para o CEJUD, bem como valores destinados para a pintura da fachada do Palácio do Comércio, revitalização da fachada e pintura do interior do prédio histórico.

01

Quem Somos



Professora Titular

**Ana Elisa
Liberatore
S. Bechara**

Candidata a Diretora
da FDUSP

[Currículo Lattes](#)

Um pouco sobre mim:

A avaliação de qualquer candidato(a) à eleição implica conhecer não só o programa de gestão que propõe, como também - e sobretudo - seu histórico, sua conduta ética e as relações institucionais que construiu.

Sou paulistana, graduada e doutora pela Faculdade de Direito da USP. Filha de antiga aluna das Arcadas (Turma de 1966), cresci envolta na cultura e valores franciscanos. Assim, a escolha do Direito como carreira foi natural, a partir da ideia de justiça, materializável por meio da atuação direta na defesa de interesses sociais fundamentais. Ingressei aos 17 anos na Academia e, desde o início do curso, dediquei-me à vida acadêmica, com o desenvolvimento de atividades de monitoria em Direito Romano, bem como de dois projetos sucessivos de iniciação científica financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. De outra parte, a busca pela materialização da ideia de justiça levou-me ao Departamento Jurídico XI de Agosto, no qual, como estagiária e depois como diretora, tive a oportunidade de tomar contato com a realidade social e, sobretudo, de compreender criticamente as interações sociais a partir das diferenças, superando a ideia disfuncional de um Direito “neutro”.

Finda a graduação (1998), ingressei no Programa de Pós-Graduação, em nível de doutorado, na área de Direito Penal. Nesse âmbito, a condução de atividades como monitora junto ao Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE me trouxe a confirmação do interesse e admiração pela carreira docente, ainda que nesse período estivesse também a exercer intensa atividade profissional como advogada na área de Direito Penal Econômico. Em 2007, deu-se o falecimento prematuro de meu orientador, o que representou um marco decisivo, embora triste, em minha trajetória. Restando vago junto ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia o cargo de professor em regime de dedicação exclusiva, que fora ocupado por quem de forma incansável me incentivou a seguir seus passos, decidi por submeter-me a concurso público de ingresso, deixando de lado a advocacia para abraçar integralmente a Academia.

Assumidas as funções docentes na FD, tenho acompanhado há quase duas décadas turmas de Graduação e de Pós-Graduação, bem como coordenado diversos grupos de pesquisa (nacionais e internacionais) e atividades de extensão. Após períodos de investigação pós-doutoral em instituições de ensino e pesquisa na Alemanha e na Espanha - onde também leciono nos últimos 15 anos -, obtive a livre-docência em 2011 e a titularidade em 2017. De outro lado, desde 2011 passei a me dedicar à gestão acadêmica, exercendo a Presidência da Comissão de Pesquisa por dois mandatos e, em seguida, a Vice-Presidência da Comissão de Pós-Graduação (2018) e a Vice-Diretoria da Faculdade (2022), além de funções junto à Reitoria da USP.

No âmbito das atividades de gestão na Faculdade de Direito, e a partir da adoção da lógica de trabalho coletivo, dialogado e respeitoso à estrutura institucional, logramos obter resultados especialmente positivos, tais como a estruturação do Programa de Pós-Doutorado e a ampliação das pesquisas de Iniciação Científica; a reestruturação de nosso Programa de Pós-Graduação e o atingimento inédito do conceito 7 junto à CAPES; a adoção de políticas pioneiras de inclusão e pertencimento que passaram a ser utilizadas como modelo para a Universidade; incorporação do Palácio do Comércio ao patrimônio da Faculdade; o projeto de remodelagem e humanização do Largo São Francisco; a realização de pesquisas empíricas/mapeamento sobre o corpo discente de graduação e de pós-graduação, práticas docentes, bem como sobre egressos de graduação e de pós-graduação; e a criação do Centro de Desenvolvimento da Educação em Direito e das Profissões Jurídicas - CEJUD.

Da mesma forma, a opção por um modelo agregador e dialogado na gestão permitiu a articulação mais eficiente com as entidades parceiras da Faculdade - Fundação Arcadas, Fundo de Endowment *Sempre Sanfran* e a Associação dos Antigos Alunos -; com outras unidades da USP e com a própria Reitoria (que esteve presente em inúmeras atividades, atuou em projetos conjuntos e investiu expressivos recursos para projetos institucionais). Também foram muito reforçados os vínculos com entidades externas, tais como diversas Universidades e órgãos dos três Poderes, com convênios estratégicos nas esferas regional, nacional e internacional, além de órgãos estratégicos de avaliação e debate na área do Direito (a exemplo da CAPES, onde atuei e sigo atuando como consultora de avaliação, o Conselho Nacional de Educação, onde componho comissão para a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, e o Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito Públicas e Gratuitas, do qual sou co-idealizadora e co-fundadora).

A atividade de gestão na FD e o diálogo contínuo com a administração central da USP levaram, ainda, ao convite do atual Reitor, em janeiro de 2022, para que eu assumisse a função de Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento da Universidade (PRIP) – honraria que não pude aceitar, em razão de haver sido eleita um mês antes como Vice-Diretora da

Faculdade. Não obstante, tenho podido contribuir ativamente com a Reitoria, seja por meio da direção da área de gênero, relações étnico-raciais e diversidades da PRIP, seja no exercício da Presidência da Comissão de Ética da USP. O diálogo com a Universidade resultou também em minha indicação, pelo Conselho Universitário, para a composição do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Minha trajetória acadêmica sempre foi marcada pela dedicação absoluta aos interesses da Universidade, pela busca do diálogo com toda a comunidade e, sobretudo, pelo trabalho coletivo em prol da excelência institucional nas esferas nacional e internacional. E excelência é construída em conjunto, a partir do reconhecimento da importância de cada membro da Academia e da coordenação dos melhores esforços em torno do interesse comum. Se os docentes representam os principais atores na orientação da atividade de produção e disseminação de conhecimento científico, os alunos e alunas constituem a essência e a razão de ser da Universidade, incumbidos de levar adiante os valores recebidos e, a partir deles, protagonizar o processo de transformação social. E os funcionários são a base de tudo, os grandes responsáveis pelo funcionamento da estrutura que permite a vida acadêmica.

Gestão não se faz com impressionismos, individualismo, arrogância ou vaidade. Escuta, respeito, ética, articulação estratégica e consciência do coletivo são fundamentais.

E é exatamente essa orientação ideológica e senso de responsabilidade que me inspiram a lançar-me agora, ao lado do Professor Ronaldo Porto Macedo Júnior, ao honroso desafio de conduzir nossa Escola rumo ao Bicentenário da fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.



Professor Titular

Ronaldo Porto Macedo Junior

Candidato a Vice-Diretor
da FDUSP

[Currículo Lattes](#)

Um pouco sobre mim:

Sou paulistano. Antes de ingressar no ensino superior estudei na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1ª a 6ª séries do 1º Grau 1970-1975) e no Colégio Santa Cruz (7ª e 8ª séries do 1º grau e 1º ao 3º ano do 2º Grau 1976-1980).

Obtive a minha graduação em Direito pela USP em 1985. Durante o período de graduação fui aluno do PET-CAPES (Programa Especial de Treinamento financiado pela CAPES), então coordenado pelos professores Tercio Sampaio Ferraz Jr e José Eduardo Faria, que tiveram grande impacto em minha formação. Neste período também obtive uma bolsa de Iniciação Científica junto ao CNPq, sob a orientação do professor José Afonso da Silva, quando apresentei um trabalho sobre “O uso de decreto-lei em matéria tributária”. Fui também monitor da disciplina TGE, então ministrada pelo professor Dalmo de Abreu Dallari.

Um ano depois me graduei também em Ciências Sociais pela mesma Universidade (1986). Posteriormente ingressei no programa de mestrado em Filosofia na Faculdade de Filosofia da USP, sob a orientação do professor José Arthur Giannotti. Em 1993 concluí o mestrado com uma tese sobre Carl Schmitt e a fundamentação do direito, posteriormente publicado na forma de livro no Brasil e México e reeditado. A experiência estreita e intensa na Faculdade de Filosofia também marcou profundamente a minha formação e os meus interesses.

Doutorei-me em Direito em 1997, sob a orientação do professor José Eduardo Faria, apresentando trabalho sobre Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor, posteriormente também publicado e reeditado no Brasil e Argentina. Durante o doutorado fiquei por dois anos, na condição de Visiting Scholar na Harvard Law School, sob a orientação do professor Roberto Mangabeira Unger. Durante este período obtive bolsa para doutoramento sanduíche da Fulbright e da CAPES.

Entre 1986/1988 participei como bolsista em tempo integral do Programa de Formação de Quadros Profissionais junto ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Ciências Humanas coordenado pelo Professor José Arthur Giannotti. Nesta mesma instituição, da qual atualmente sou membro do Conselho Curador, participei, como membro e pesquisador do Grupo “Direito e Democracia”. Fui também monitor do PAE nas disciplinas de Sociologia Jurídica (com o professor José Eduardo Faria) e História do Direito.

Em 2002 realizei pós-doutoramento junto a Yale Law School pelo período de 3 meses, na condição de Visiting Researcher, sob a orientação do professor George Priest. Naquela oportunidade meus interesses acadêmicos estavam mais relacionados ao estudo das conexões entre teoria do direito e economia e estavam muito influenciados pela minha recente experiência profissional como Conselheiro do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) (2001-2003).

Em 2008 fui docente visitante de programa denominado CTLS - Center for Transnational Legal Studies, em Londres. Neste período lecionei Contract Theory para alunos das diversas universidades conveniadas ao programa. Neste mesmo período realizei pós-doutoramento junto ao Kings College of London. Fico feliz pela FADUSP ter renovado o seu convênio com o CTLS nesta última gestão, pois o convênio trará incríveis oportunidades de

internacionalização para alunos e discentes. O convênio fora rescindido na gestão de Grandino Rodas.

Desde 2016 sou Visiting Professor Professor do LL.M Legal Theory Program na Goethe University em Frankfurt-am-Main (Alemanha). Lecionei Law and Development na University of Miami Law School e na National University of Singapore (NUS).

Tenho participado regularmente de congressos internacionais e seminários de pesquisa, dentre os quais destacaria o SELA (Seminário Latino Americano de Teoria Constitucional), organizado pela Yale Law School em diversos países da América Latina, IGLP (Institute for Global Law and Policy), organizado pela Faculdade de Direito de Harvard e IVR (The International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy), quase sempre apresentando trabalhos que se transformam posteriormente em publicações.

As minhas principais pesquisas e publicações recentes inéditas relacionam-se ao tema da teoria da interpretação, teoria do direito e análise institucional. Destacaria entre as principais as seguintes: Direito e Interpretação: Racionalidades e Instituições. São Paulo: Saraiva, 2010 – Organizador, com Catarina H. C. Barbieri, além de autor de capítulo; Curso de Filosofia Política. São Paulo: Atlas, 2008 – Organizador do livro, além de autor de capítulo e organizador da Coleção “Filosofia e Teoria do Direito” da Editora Elsevier, desde 2008, que visa apresentar ao leitor brasileiro alguns dos principais textos teóricos contemporâneos. Resultou na publicação de diversos volumes sobre diversos autores contemporâneos.

Defendi a livre docência em 2012, publicado posteriormente na forma de livro no mesmo ano com o título *Do xadrez à cortesia: Dworkin e a teoria do direito contemporâneo* (Saraiva). Em 2015 o livro foi publicado em espanhol pela editora Ad Hoc.

Tornei-me professor titular em 2014, apresentando a tese transformada em livro intitulado *Ronald Dworkin e a Teoria do Direito: o Direito em Desacordo*. (Almedina, 2022), também publicada em espanhol em 2025 pela editora Ad Hoc.

Iniciei minhas atividades docentes na FADUSP em 2003, após concurso público no qual fui classificado em primeiro lugar. Desde então lecionei na graduação, por vários anos, as disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito I e II, Sociologia Jurídica, Lógica e Metodologia Jurídica, Ética Profissional, Filosofia do Direito I e II, Legal Theory e inúmeras disciplinas na pós-graduação cujos programas estão na [minha página da FADUSP](#). Antes disso lecionei na Faculdade de Direito São Judas Tadeu, Direito FGV-SP e ITE Bauru. Também lecionei na Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP).

No desempenho da função docente procuro ensinar o “método de leitura estrutural” dos textos, herança de meu treinamento intelectual na Faculdade de Filosofia da USP.

Atualmente sou Presidente da CCINT Comissão de Cooperação Internacional da FADUSP, sou Tutor do Programa PET-Sociologia do Direito, inaugurado na FADUSP há mais de 40 anos e sou Chefe do Departamento de Filosofia e Teoria Geral

do Direito. Fui membro da CG e CPG em mandatos passados.

Desde 2001 trabalhei como colaborador na formulação do projeto pedagógico da Direito GV São Paulo e também como docente na área de teoria do direito. Desliguei-me desta instituição em 2022 (na condição de professor fundador) para tornar-me professor em Regime de Dedicção Integral a Pesquisa na FADUSP.

Ingressei na carreira do Ministério Público em 1989 e, desde então, atuei em diversas áreas, como é comum nesta carreira, em especial na área criminal, tribunal do júri, etc. Desde 1992, centralizei minhas atividades na área cível, tendo atuado por cinco anos na área de Mandados de Segurança e Ação Popular, dezesseis anos na Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de São Paulo e seis na Promotoria de Defesa do Consumidor. No início de 2011 tornei Procurador de Justiça e aposentei-me em 2022 para dedicar-me integralmente à carreira docente e de pesquisa. Em minha trajetória nesta instituição participei de órgãos de gestão (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Consumidor) e publiquei livros e artigos sobre este tema e outros relacionados à gestão institucional.

Entre 2001 e 2003 fui Conselheiro do CADE. Neste período pude ter uma inigualável oportunidade de aprofundar meus conhecimentos em economia e direito antitruste.

Nos últimos anos tenho publicado e lecionado nas áreas de liberdade de expressão, teoria analítica do direito, ensino jurídico, hermenêutica jurídica.

Principais Livros

- *Promotorias de Justiça do Consumidor: Atuação Prática* (em coautoria com José Geraldo Brito Filomeno e Dora Bussab Castelo). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.
- *Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor*. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- *Ministério Público II: Democracia* (organizador, junto a José Marcelo de Menezes Vigliar). São Paulo: Atlas, 1999.
- *Carl Schmitt e a Fundamentação do Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- *Um novo modelo de gestão para o Ministério Público: bases de uma necessária reengenharia institucional* (em coautoria). Edições APMP, 2003.
- *Curso de Filosofia Política: do nascimento da Filosofia a Kant* (coordenador). São Paulo: Atlas, 2008.
- *Direito e Interpretação: Racionalidades e Instituições* (organizador, junto a Catarina Helena Cortada Barbieri). São Paulo: Saraiva, 2011.
- *Do Xadrez à Cortesia: Dworkin e a Teoria do Direito Contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- *Ensaio de teoria do direito*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- *Ensaio de Direito Privado e Social: Contratos, Meio Ambiente e Tutela Coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- *Teoria do Direito Contemporânea* (organizador). Curitiba: Juruá Editora, 2017.
- *Ronald Dworkin e a Teoria do Direito: o Direito em Desacordo*. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2022.

O convite para integrar a Chapa para a Diretoria da FD juntamente com a professora Ana Elisa Bechara é para mim motivo de muito orgulho e alegria. Além de seus incontestáveis méritos acadêmicos, gosto de enfatizar que ela é uma das pessoas mais dedicadas aos assuntos e problemas da faculdade. São pouquíssimos, se é que existentes, outros docentes que ocupando a Vice-Diretoria da Faculdade tenham emprestado tanto de seu tempo e talento à nossa instituição. A sua presença diária na faculdade tem permitido expandir os horizontes do futuro e paulatinamente corrigir as deficiências do passado.

Compartilhamos a mesma visão de que a FD, a despeito de seu compromisso com a prática, deve sempre ter uma preocupação fundamental com o aperfeiçoamento legitimamente acadêmico e de pesquisa. Se por um lado é justo que tenhamos orgulho de muitos dos líderes políticos, empresários e advogados e outros profissionais que temos produzido ao longo de 200 anos, não menos certo é que a atual condição de instituição brasileira melhor situada nos rankings internacionais e nacionais de qualidade de ensino e pesquisa demanda que nossa preocupação e vocação fundamental se volte para nossa qualidade acadêmica, como escola e núcleo produtor de conhecimento. Se o nosso passado é glorioso, o nosso futuro é desafiador e certamente demandará visão, trabalho e pesquisa.

02

Missão, visão e valores

Nossa Faculdade ostenta uma condição peculiar no cenário nacional. Criado por lei imperial em 1827, o curso de Direito de São Paulo teve sua vocação inicial ligada à necessidade de formação de quadros para o Estado brasileiro nascente, preocupando-se desde sua fundação com os problemas concretos do país. A passagem do tempo e a multiplicação dos cursos jurídicos no Brasil não alteraram significativamente a posição de referência das Arcadas, mas exigem uma reflexão sobre seu papel atual.

No âmbito de sociedades cada vez mais complexas, interconectadas globalmente e marcadas por dilemas inéditos, o ensino e a produção do conhecimento científico em Direito não podem ser apartados da realidade e devem ser capazes de articular os novos e plurais saberes advindos de transformações econômicas, sociais e políticas, sem desprezar a riqueza de ideias e perspectivas que converte o universo jurídico ao mesmo tempo em fonte de valor social e território de poder.

Sob essa perspectiva, entendemos que a **missão** da FD é liderar o processo de desenvolvimento do conhecimento jurídico nacional, com articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a discussão e o encaminhamento de respostas às demandas sociais a respeito dos problemas do sistema jurídico, inclusive por meio da participação ativa no debate público dos grandes temas brasileiros.

Comprometida com o desenvolvimento jurídico da sociedade paulista e brasileira, com a concretização da cidadania e com responsabilidade ética, econômica e ambiental, no que tange à **visão**, nossa Faculdade deve buscar formar profissionais com excelência científica e sensibilidade social, aptos a exercer liderança em suas áreas de atuação com criatividade, conhecimento interdisciplinar, empreendedorismo, domínios teórico e tecnológico, gerando contribuições de alta relevância e impacto.

Quanto a seus **valores**, a FD deve ter compromisso com a excelência em todas as áreas da atuação universitária, a partir do respeito e incentivo à integridade ética e deontológica; à pluralidade, à diversidade, à criatividade, à responsabilidade social; ao rigor científico; e à busca de inovação.

Fundamental ressaltar, porém, que no contexto das novas tecnologias, o desafio social, pedagógico e formativo do ensino jurídico – na verdade, da própria Universidade – é se preparar para a mudança de uma racionalidade instrumental do Direito e de outras áreas do conhecimento para um contexto digital que possui a pretensão de se substituir, com recursos tecnológico e gigantescos bancos de dados, ao “decisor”: uma racionalidade de “suplência”. A grande questão a ser respondida, assim, é: como controlar a ambição de “substituição” das técnicas convencionais de interpretação e aplicação do Direito pelas fórmulas, plataformas e algoritmos de decisão, e, ao mesmo tempo, manter a autodeterminação, o respeito aos direitos humanos e o compromisso com a democracia?

Esse o repto: oferecer ensino jurídico capaz de combinar a recepção da inovação tecnológica com a busca de regulação que preserve o respeito aos direitos fundamentais

Da mesma forma, a **liberdade de expressão** acadêmica é um valor fundamental para que a Universidade cumpra adequadamente os seus propósitos sociais e acadêmicos. Este tema é particularmente caro num contexto político de polarização onde extremismos retóricos têm gerado perigoso efeito silenciador na comunidade universitária. Manter e garantir um ambiente de grande abertura, diversidade de opiniões, respeito e autonomia é um compromisso fundamental de qualquer gestão democrática e séria da academia.

A partir dessa visão e conjunto de valores, a Velha e Sempre Nova Academia logrará seguir no centro do debate nacional, contribuindo para os diagnósticos e o oferecimento de soluções diante de crises políticas, institucionais e econômicas que o país possa atravessar, as quais muitas vezes implicam, inclusive, a ameaça a direitos e garantias fundamentais. Foi justamente assim que a Faculdade recentemente exerceu protagonismo na defesa do Estado Democrático de Direito, por meio da articulação de diversos setores sociais, o que só foi possível diante do reconhecimento de sua liderança política e credibilidade científica.

É com esse protagonismo que nossa Academia deve continuar atuando junto à sociedade brasileira, utilizando-se do espaço de poder que o Direito ocupa para contribuir materialmente para uma sociedade mais justa e menos desigual.



03

Governança e Administração**3.1. Governança**

A fim de atingir seus objetivos de forma ética, responsável e eficiente, entendemos que a Direção da Faculdade deve guiar-se por mecanismos que permitam direcionar, controlar e avaliar a gestão, promovendo engajamento, participação colaborativa, ambiente de trabalho saudável, transparência, equidade e confiança entre todos os membros da comunidade. Trata-se de conduzir as atividades de gestão com planejamento estratégico e transversal, sem perder a capacidade de diálogo, de valorização de talentos e de (auto)crítica, especialmente importantes em instituições públicas.

Nesse sentido, apresentamos as seguintes **propostas**:

- 1 Reunião mensal da Diretoria com cada um dos setores administrativos e acadêmicos da Faculdade, permitindo o contato direto com seus responsáveis e, assim, o conhecimento e melhor solução das dificuldades, desafios e críticas em cada área de atividade;
- 2 Condução planejada e dinâmica das reuniões do Conselho Técnico Administrativo (CTA) e da Congregação, priorizando pautas estratégicas e discussões sobre os temas mais relevantes relacionados aos rumos da Academia;
- 3 Realização de almoços mensais na Associação dos Antigos Alunos com os membros do CTA e da Congregação, antes das respectivas reuniões, seja para o contato mais estreito e descontraído entre seus membros, seja com a participação de convidados para a discussão de temas específicos de interesse da Faculdade;
- 4 Instituição do programa Fale com a Diretoria, que consiste em disponibilização semanal de agenda para encontros com a comunidade, mediante contato direto e pessoal com a Diretoria, nas manhãs de sexta-feira, conferindo oportunidade de diálogo, acolhimento e encaminhamento de demandas individuais e coletivas;
- 5 Realização de reuniões mensais com as Presidências das Comissões, preparatórias das reuniões da Congregação e com caráter transversal, permitindo o conhecimento recíproco das iniciativas, propostas e desafios de cada uma delas, bem como o fortalecimento do trabalho em conjunto em torno de projetos comuns;

- 6 | Realização de reuniões trimestrais com os Chefes de Departamento, com especial foco no estímulo às propostas interdepartamentais e interdisciplinares;
- 7 | Fortalecimento do diálogo com os órgãos de administração central da USP, a fim de melhor aproveitar as políticas institucionais;
- 8 | Proposta à Reitoria de descentralização da Superintendência do Espaço Físico -SEF, deslocando representantes desses órgãos para o Quadrilátero Direito e Saúde, a fim de permitir uma atuação mais estreita e respeitosa às demandas e características específicas da FD;
- 9 | Proposta à Reitoria de retorno do DRH para a FD;
- 10 | Implementação de mecanismos de transparência de gestão acadêmica e administrativa;
- 11 | Articulação entre as três ouvidorias existentes na Faculdade (Ouvidoria Geral, Ouvidoria de Gênero e Ouvidoria de Estágio) e entre essas e a Ouvidoria e a Comissão de Ética da USP;
- 12 | Criação de Comissão de Prevenção à violência e discriminação, encarregada de implementar o protocolo de controle de violações de direitos humanos ocorridas na Faculdade (atualmente em fase de elaboração junto ao Ministério Público de São Paulo e ao Ministério Público do Trabalho);
- 13 | Disponibilização do conteúdo das pautas e atas das reuniões da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo à comunidade acadêmica;
- 14 | Envolvimento intenso de docentes e discentes em atividades de pesquisa, regulamentação e implementação das metas da faculdade, inclusive na fiscalização de sua implementação;
- 15 | Criação do Conselho de Zeladoria, diretamente ligado à Diretoria e formado por um docente, um servidor técnico-administrativo e um representante discente, para acompanhar a realidade e as demandas da Faculdade relacionadas à conservação, manutenção e organização, bem como para contribuir na elaboração de Plano de Contratação Anual, contendo o planejamento dos gastos e investimentos nessa área;

16

Atenção especial à implementação da nova Biblioteca (a nossa foi desmontada de forma irresponsável há anos, prejudicando as atividades acadêmicas e a cultura de estudo, pesquisa e convivência), não apenas por meio do acompanhamento de sua construção, como também pela compra oportuna de mobiliário e equipamentos, licitação de lanchonete e estabelecimento de programa de incentivo aos Departamentos para a indicação de aquisição de obras e de acompanhamento, junto à Administração Central da USP, de assinaturas de periódicos nacionais e estrangeiros;

17

Estabelecimento de Plano Diretor para planejamento da ocupação de espaços, considerando as diversas novas instalações incorporadas pela FD, de modo a favorecer o desenvolvimento das atividades que compõem o triple universitário, com destaque à internacionalização institucional, bem como a permitir melhores condições de trabalho, inclusive com a destinação de salas específicas para setores que atualmente não as possuem (Setor de Estágio, Comissão de Inclusão e Pertencimento e Comissão de Cultura e Extensão)²;

² A Comissão de Pesquisa e Inovação conta com proposta de instalação de Escritório Institucional de Apoio ao Pesquisador, cf. Cap. 5.4.

3.2. Gestão e Articulação Institucional

A FD tem sua gestão acadêmica articulada entre a Diretoria, a Congregação, o Conselho Técnico Administrativo, os Departamentos e as Comissões de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Cultura e Extensão, Inclusão e Pertencimento, além de contar com Ouvidoria Geral, Ouvidoria de Gênero e Ouvidoria de Estágio (todas com autonomia e independência) e da gestão da Biblioteca e do Museu. De outro lado, a gestão administrativa e financeira da FD possui estruturas e programas próprios, sendo dividida em distintos setores, com suas respectivas equipes.

A partir de tal estrutura, e considerando sua boa capacidade de articulação com os órgãos e instâncias da própria administração central da Universidade, a Faculdade tem empenhado esforços na execução geral das metas previstas no Projeto Acadêmico aprovado pela Congregação, tendo priorizado nesses últimos anos:

- A implementação e avaliação do **Projeto Pedagógico** e consequente reestruturação da grade curricular;
- A consolidação do **Programa de Pós-Graduação**;
- A implementação de mais acentuada política de **Internacionalização Institucional**;
- O fortalecimento e aumento das ações concretas de **Inclusão e Pertencimento**;
- A implementação do **Centro de Desenvolvimento de Educação em Direito e das Profissões Jurídicas (CEJUD)**, como instância de coordenação e articulação de distintos eixos e aperfeiçoamento do ensino jurídico;
- O incentivo e apoio à **pesquisa institucional**;
- A busca de **investimentos** na reforma e conservação dos ambientes físico e tecnológico;
- Melhorias da **infraestrutura** para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos;
- A implementação/aumento de políticas de **permanência e saúde mental** para toda a comunidade;
- O aprimoramento constante dos canais e conteúdos de **comunicação**; e
- O maior diálogo e trabalho conjunto com as **entidades parceiras** da Escola (Fundação Arcadas, Fundo de Endowment Sempre Sanfran e Associação dos Antigos Alunos), especialmente visando a ampliação de sua cooperação com os assuntos acadêmicos e administrativos.

Nesse sentido, ressalta-se o trabalho cada vez mais articulado entre as Comissões, que têm buscado desenvolver projetos comuns, em sentido transversal, que já apresentam resultados bastante positivos, a despeito das dificuldades ainda enfrentadas por conta da limitação de recursos, da defasagem e desvalorização dos quadros de servidores técnico-administrativos e da dependência de instâncias burocráticas da Universidade (tais como a SEF).

3.2.1. Articulação da gestão com as entidades parceiras da Faculdade:

3.2.1.1. Associação dos Antigos Alunos:

Nos últimos quatro anos, e a partir do lamentável falecimento do antigo Presidente da Associação dos Antigos Alunos, deu-se o processo de reestruturação daquela entidade, feito com o apoio e parceria da Diretoria da Faculdade. Desse estreitamento dos laços institucionais, surgiram resultados especialmente positivos, tais como:

- O **aumento recorde** da reforma de salas de aula, no âmbito do Programa Adote uma Sala; (ii) a **manutenção e estabilidade** do programa Adote um Aluno;
- A realização de **eventos, almoços, homenagens e festividades**, com inúmeros convidados, tais como antigos Presidentes da República, Ministros de Estado e magistrados de Cortes Superiores; e
- A **parceria** para o planejamento da celebração de nosso Bicentenário.

Nesse sentido, a título de exemplo podem-se mencionar os resultados do **Programa Adote uma Sala**, realizados em parceria direta com a Diretoria³:

- **Total de salas restauradas e entregues pela atual gestão (2022 e 2025):**
 - Sala do Júri (2022)
 - Sala Conselheiro Crispiniano (2022);
 - Sala Cesarino Júnior (2023)
 - Sala Pires da Mota (2023);
 - Sala Frederico Steidel (2024)
 - Sala Miguel Reale (2023)
 - Sala Pedro Lessa (2025)
 - Sala Lygia Fagundes Telles (2025)
 - Sala Dino Bueno (2025)
 - Sala João Monteiro (2025)
 - Sala Galeria das Professoras (2025)
 - Sala Luiz Gama (previsão de entrega em novembro de 2025)

Total entregue: 12 salas

⁴

³ Dados baseados em relatório sobre o Programa Adote uma Sala elaborado pela Associação dos Antigos Alunos em junho de 2025.

⁴ Houve também a reforma e instalação da Sala Sensorial e de Amamentação, procedida com recursos da Faculdade e doação de empresa privada.

- **Valor total de doações arrecadadas entre 2022 e 2025: levando** em consideração o custo dos projetos (jurídico, executivo e complementares); o custo do restauro (obras em si); os valores já arrecadados a título de manutenção do restauro; e os valores já arrecadados relativo às salas ainda não restauradas: R\$ 6.359.000,00 (seis milhões e trezentos e cinquenta e nove mil reais).
- **Área total restaurada:** 1.030,04 m².
- **Restaus já iniciados, em andamento, mas ainda não concluídos: 6 salas**
 - Sala Arouche Rendon;
 - Sala de Periódicos - CEJUD;
 - Sala das Nações;
 - Sala de Leitura da Biblioteca;
 - Sala do Fichário da Biblioteca;
 - Auditório XI de Agosto (Prédio Anexo)
- **Salas de aula ainda não restauradas e sem doadores:**
 - Sala Brasília Machado (3º andar, 203,4m²);
 - Sala Almeida Júnior (3º andar, 122,32m²).
- **Breve comparativo com as gestões anteriores:**

Gestão **2018-2021**⁵Gestão **2014-2017**

Sala de Aula	Conclusão do restauro	Sala de Aula	Conclusão do restauro
Sala Dos Estudantes	12/2019	Auditório Ruy Barbosa Nogueira	05/2017
Alcântara Machado	08/2020	Alcides Jorge Da Costa	05/2017
Ada Pellegrini Grinover	11/2019	Sampaio Dória	05/2017
Dutra Rodrigues	11/2019		
Alexandre Corrêa	2020		
Conselheiro Ribas	2021		

⁵ As salas João Mendes Júnior; Barão de Ramalho e João Arruda não foram restauradas por meio do Programa Adote uma Sala, e sim com o uso de verbas da Faculdade, por meio de processo licitatório.

3.2.1.2. Fundação Arcadas:

Na atuação gestão, também houve estreita aproximação e colaboração com a Fundação Arcadas, gerando mudanças importantes os últimos quatro anos, tais como a implantação de políticas ESG, para garantir a conformidade ética e legal da instituição (política de privacidade; termos de uso; regras de compliance; política de contratação de bens e serviços; código de conduta; e organograma), além de projeto de reformulação de website e contratação de uma plataforma para oferta de cursos *on line*, com sistema automatizado de inscrição, pagamento de cursos, e expedição de certificados.

Tem-se, nos últimos três anos, o desenvolvimento de diversas atividades em apoio à Faculdade, tais como:

— Grupos de Estudos:

- GEAArb – Grupo de Estudos Avançados em Arbitragem
- GEAP – Grupo de Estudos Avançados de Processo
- GECE – Grupo de estudos Avançados em Contratos Empresariais
- GEADRF - Grupo de Estudos Avançados em Direito Recuperacional e Falimentar

— Apoios realizados pela Fundação:

- Projeto Universidade Americana - Georgetown / ÓNeill Institute
- CPG, elaboração do Relatório Sucupira 2022
- CPG, elaboração do Relatório Sucupira 2023
- CONFERÊNCIA SIPLA - Instituto Max Planck, 2023.
- SEREC 2023, 2024 e 2025
- Congresso Internacional de Direito Aeronáutico
- Estudantes da FD no Congresso da União Nacional dos Estudantes - CONUNE
- Festividades FDUSP 2023
- Taking Evidence in International Arbitration (CAM-CCBC)
- XIV Jornadas de Direito Público da Rede Brites (Brasil - Itália - Espanha)
- II Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania
- Estudos sobre a Reforma da Lei 11.101/2005
- Encontro do Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito Públicas e Gratuitas
- Apoio pedagógico AASP para realização do curso de especialização em Direito Processual Civil
- Projeto Incluir Direito – FDUSP com o CESA (Centro de Estudos das Sociedade de Advogados)
- Evento Ciclo de Debates sobre Insolvência Empresarial – 2023
- I Colóquio Fundações de Apoio aos Serviços Públicos Sociais
- Bolsas para apoio à Biblioteca FD
- Evento CoDiTech Moot, promovido pela Associação Lawgorithm

— **A Corte Arbitral do Esporte na Prática**

- Seminário da Rede de Pesquisa Brasil – África

— **Crise da democracia e arranjos jurídico-institucionais: uma análise a partir das relações entre a política e o direito**

- III Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania
- IV Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania
- "História, tinta e papel – Diálogos para o bicentenário da Biblioteca da FD
- Diálogo Regional Fonaref
- Comemoração aos 20 anos da Lei 11.101 de 2005
- Parceria Lawgorithm | Interfaces entre Inteligência Artificial e Direito
- Diálogos com United Nations Commission On International Trade Law – Uncitral
- I Colóquio Fundações de Apoio aos Serviços Públicos Sociais
- II Colóquio Fundações de Apoio aos Serviços Públicos Sociais

— **Exposições:**

- Centenário da Semana de Arte Moderna
- Bicentenário da Independência do Brasil
- Centenário da morte de Rui Barbosa – FDUSP
- Bicentenário da Biblioteca da FDUSP

— **Cursos ofertados:**

- *In house* para a SABESP
- *In house* para o Banco Bradesco
- Curso de História do Livro e Bibliografia Material, com a EPM
- Curso de Alta Formação em Responsabilidade Civil
- Cursos ofertados por meio da Plataforma de Cursos disponibilizada no website da Fundação:
 - Financiamento das Entidades Sindicais
 - Contratos Agrários
 - Cidade, Cultura e Criminalidade: uma nova abordagem da Escola de Chicago
 - Bioética e Autonomia
 - Novas Tendências na Execução Penal
 - Instituições Políticas no Século XIX
 - Controle Interno da Administração Pública
 - Filosofia do Direito Privado: Obrigações, Coisas, Responsabilidade Civil,
 - Enriquecimento sem Causa e Empresa
 - Formação da Cultura Jurídica Nacional

- O Direito na História: Introdução ao estudo e leitura das fontes jurídicas
- Receitas Públicas no Direito Minerário
- O Direito no Mundo: introdução ao estudo do direito privado comparado
- Economia e Direito na Teoria dos Sistemas
- Estudos Avançados sobre Novas Tecnologias e Direito Internacional Privado
- Justiça Penal Negociada
- Reforma tributária do Consumo
- Controle de Constitucionalidade e coisa julgada: Reflexões sobre recentes decisões do STF
- Direito e prática dos contratos internacionais de construção
- Iniciação à Arbitragem: Aspectos Práticos
- Recursos Especial e Extraordinário: Pressupostos de Admissibilidade,
- Conteúdo e Questões Atuais
- O Futuro dos Processos Estruturais no Brasil
- Curso com a CCEE sobre Arbitragem Energia Elétrica

— Assinatura de Acordos de Cooperação Institucional

- Acordo de cooperação da Fundação com a USP
- Acordo de cooperação acadêmica com a FD e o Instituto Rui Barbosa
- Acordo de cooperação acadêmica com a FD e Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE)
- Acordo de cooperação acadêmica com a FD e Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Empresarial
- Acordo de cooperação acadêmica com a FD e Banco do Brasil

Projeto Memórias: 17 entrevistas já gravadas com docentes que fizeram parte da história da Faculdade: Professores Odete Medauar; Fabio Konder Comparato; Kazuo Watanabe; Candido Rangel Dinamarco; Manoel Gonçalves Ferreira Filho; Ivette Senise Ferreira; Tércio Sampaio Ferraz Júnior; Maria Sylvia Zanella Di Pietro; José Rogério Cruz e Tucci; Miguel Reale Júnior; Álvaro Villaça; Nelson Mannrich; Regis Fernandes de Oliveira; Teresa Ancona Lopes; Paulo de Barros Carvalho; José Afonso da Silva; e Celso Lafer e 11 entrevistas em processo de realização.

3.2.1.3. Fundo de Endowment *Sempre Sanfran*:

O Fundo de Sustentabilidade Financeira da Faculdade de Direito - Sempre Sanfran - criado em 2022 com o objetivo de ajudar a impulsionar, no médio e longo prazo, melhorias perenes à Faculdade, à sua comunidade, ao estudo e formação do Direito e à sociedade como um todo, destinou nos últimos três anos rendimentos a projetos voltados à excelência acadêmica, à diversidade e inclusão e a melhoras na infraestrutura, a seguir elencados:

Em 2023

- Adote um Aluno;
- Projeto de Promoção à Dedicação Acadêmica (PPDA);
- Projeto LabGov;
- Patrimônio do DJ XI de Agosto

Total investido: R\$ 197.000,00

Em 2024

- Adote um Aluno;
- Projeto de Promoção à Dedicação Acadêmica (PPDA);
- Escuta Sanfran;
- Departamento Jurídico XI de Agosto (“DJ tem que continuar”);
- Cursinho Popular Arcadas;
- Associação Atlética XI de Agosto, Programa Atleta nota XI;
- Centro Acadêmico XI de Agosto;
- Esperança Garcia (Grupo de Estudos em Direitos Sexuais Reprodutivos);
- Projeto Celeste (Enactus) para apoio a mulheres transexuais reclusas no sistema penitenciário;
- Projeto Direitos da População em Situação de Rua: Uma Jornada de Conscientização;
- Nexo Governamental XI de Agosto;

Total investido: R\$ 285.000,00

Em 2025

- Bolsas de Permanência para o Adote um Aluno;
- Bolsas Projeto de Promoção à Dedicação Acadêmica;
- Digitalização do Acervo do XI de Agosto;
- Escuta SanFran;
- Cursinho Popular Arcadas;
- Atleta Nota XI;
- Bolsas para Depto. Jurídico XI de Agosto;
- Grupo de Pesquisa e Estudos de Inclusão na Academia da FDUSP;
- Núcleo Direito, Discriminação e Diversidade;
- O impacto da política de cotas no direito e nos direitos

Total investido: R\$ 450.000,00

Diante da articulação de esforços com suas três entidades parceiras, e tendo em vista as propostas de aumento de políticas de inclusão e permanência, de internacionalização e de incentivo à pesquisa, bem como a expectativa de novos espaços, com recursos e tecnologia necessários à sua ocupação, e a organização da celebração de nosso Bicentenário, propomos um salto ainda maior na **coordenação conjunta de projetos**, os quais já estão em discussão:

- 1 Com a **Associação dos Antigos Alunos:** **(i)** incremento do Programa Adote um Aluno, com a busca de pessoas jurídicas como doadoras, aumento do número de doadores e a criação de programa de mentoria; **(ii)** utilização do espaço social para lançamentos de livros, encontro e recepção de professores/pesquisadores convidados e atos de homenagem e celebração acadêmica; e **(iii)** realização de almoços temáticos envolvendo a comunidade, com a participação ativa de docentes e de personalidades importantes dos universos jurídico, político, econômico e cultural brasileiro;
- 2 Com a **Fundação Arcadas:** a profissionalização do oferecimento de cursos em parceria com a Faculdade, com o investimento dos recursos obtidos na estruturação de escritório avançado de pesquisa da Faculdade, bem como na organização de congressos internacionais comemorativos de nosso Bicentenário;
- 3 E com o **Fundo de Endowment Sempre Sanfran:** a publicação de editais específicos voltados a pesquisas e atividades que envolvam a celebração do Bicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, bem como às atividades de extensão mais destacadas e à mobilidade acadêmica internacional nos estudantes de graduação.

3.3. Infraestrutura

A FD é composta por um conjunto de instalações tradicionais e bastante antigas. Sem perder o componente histórico, temos especial preocupação com a renovação dos espaços e de recursos tecnológicos. Tais providências exigem grande volume de investimentos, além de cuidados específicos em razão do tombamento do prédio histórico da FD, o que tem levado, inclusive, à necessidade de busca de recursos para além daqueles disponíveis na Universidade.

O que temos feito nos últimos anos:

1. **Requalificação** das salas de aula, inclusive com tratamento acústico e instalação de computadores, aparelhos de ar-condicionado e telemáticos;
2. Reforma completa do **telhado** do prédio histórico, com substituição das telhas e estruturas de madeira e de calhas, pondo fim aos problemas de infiltração e instabilidade;
3. Construção do **novo restaurante**, no andar térreo do Edifício Dalmo Dallari e conclusão do processo de licitação de compra de móveis e equipamentos (inauguração prevista em outubro do presente ano);
4. Aquisição e instalação de **novos computadores** para as salas de informática e pesquisa;
5. Melhora no sistema de **wi-fi** de todos os ambientes;
6. Melhora do sistema de **câmeras e monitoramento remoto** nos ambientes comuns;
7. Reforma, com recursos da FUSP, do **Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário**;
8. Reforma dos **banheiros** do prédio histórico;
9. Adaptações dos espaços do prédio histórico para a **acessibilidade** (salas de aula, banheiros e ambientes comuns);
10. Construção em andamento da **futura Biblioteca**, com previsão de finalização em maio de 2026;
11. Incorporação do **Palácio do Comércio** ao patrimônio da Faculdade;
12. Elaboração de pré-projeto junto à Prefeitura para a **reforma e humanização do Largo de São Francisco**;
13. Obtenção de R\$ 3.952.710,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e setecentos e dez reais) em edital da Pró-Reitoria de Graduação para compra de equipamentos e mobiliário para o Palácio do Comércio e a implementação do CEJUD, com início das obras de sua instalação na antiga Sala de Periódicos;
14. Instalação de **Sala Multissensorial e de Amamentação**;
15. Instalação da **Galeria das Professoras**;
16. Obtenção de doação para a reforma e reconfiguração completa (tecnológica e arquitetônica) no **Auditório XI de Agosto**;
17. Atualização da **rede elétrica** e dos **elevadores**;
18. **Realocação** de espaços administrativos com oferecimento de condições melhores de trabalho;
19. Apoio ao **Centro Acadêmico XI de Agosto** para reparos estruturais, revitalização de suas instalações e

aquisição de novas mesas e cadeiras;

20. Proposta de destinação do espaço no prédio histórico antes ocupado por cafeteria para convivência dos discentes, com aquisição de mobiliário e renomeação para **“Espaço Maria Augusta Saraiva”**;
21. Requalificação dos **equipamentos na sala de informática**, bem como na Biblioteca Central;
22. Reaparelhamento da **Sala dos Estudantes**;
23. Compra de **novos bebedouros**;
24. Restauração de diversos **quadros** do acervo artístico da Faculdade;
25. Obtenção junto à Reitoria de **R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)** para a pintura e a limpeza técnica das fachadas internas e externas da Faculdade, seguindo a implementação do Plano Diretor de preservação do Patrimônio Histórico (em fase de análise e aprovação pelos órgãos de

proteção do patrimônio histórico competentes);

26. Obtenção de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** junto a Edital da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação para a aquisição de **equipamento de digitalização**, possibilitando os trabalhos internos de digitalização de nosso acervo documental e bibliográfico;
27. Realização de estudo preliminar de **adequação tecnológica e arquitetônica das 22 salas do Palácio do Comércio**, a ser submetido agora à consulta da comunidade acadêmica; e



Acesse o Estudo Preliminar através do QR Code ao lado ou [clique aqui](#).

28. Gestão junto à Prefeitura de São Paulo para a criação e instalação de um **Museu do Ensino Jurídico** na Casa da Baronesa, atualmente utilizada para serviços administrativos da Faculdade.

Além disso, na última semana de agosto a Diretoria da Faculdade, em conjunto com a Superintendência Jurídica da USP, estabeleceu com a CDHU compromisso de permuta do terreno de mais de 1.000m² antes pertencente ao Jôquei Clube e por ela arrematado, situado ao lado da Praça Ouvidor Pacheco e Silva, no Largo de São Francisco, defronte à Faculdade (onde hoje existe um estacionamento ao ar livre) pelo imóvel da Universidade situado na rua Benjamin Constant, invadido há anos. O processo de permuta está em fase de elaboração do instrumento jurídico competente. A incorporação de mais esse espaço ao patrimônio das Arcadas possibilitará projeto para implementação de um Fórum Universitário, que compreenda não apenas instâncias tradicionais da Justiça, mas também espaços-modelo de mediação, arbitragem, tabelionato de notas e para formas alternativas de resolução de conflitos.

1

2

3

4

5

6

7



Em continuidade da renovação da infraestrutura, nossas propostas para os próximos anos são:

- 1 | A **finalização** da construção da nova biblioteca, inclusive com a ampliação do acervo de repositórios e bibliotecas online da Faculdade;
- 2 | Elaboração de **Plano Diretor** do uso dos novos espaços conquistados com a transferência da biblioteca para as novas instalações e, principalmente, com a aquisição no novo edifício no Largo São Francisco, incluindo a necessidade de salas próprias para o Setor de Estágio, as Comissões de Inclusão e Pertencimento e de Cultura e Extensão;
- 3 | Instalação de **novo sistema de ar-condicionado** no Edifício Dalmo Dallari;
- 4 | Início e conclusão das obras (recursos já disponíveis) de **instalação do CEJUD**;
- 5 | Apoiar a adoção das duas últimas salas de aula do prédio histórico no âmbito do Programa *Adote uma Sala*;
- 6 | Instalação de **Escritório Institucional de Apoio ao Pesquisador**, com o objetivo de auxiliar docentes, pesquisadores e discentes com as diversas questões relacionadas à elaboração e encaminhamento de projetos de pesquisa, bem como à divulgação dos resultados obtidos;
- 7 | **Pintura e a limpeza técnica** das fachadas internas e externas da Faculdade de Direito, bem como a recuperação dos espaços descaracterizados, ressaltando a importância de tal restauro em razão da proximidade da comemoração dos 200 anos da Fundação dos Cursos de Direito no Brasil;
- 8 | Avançar na **digitalização do acervo** da FD, cujo projeto está finalizado, dedicando às obras raras especial destaque;
- 9 | Discussão do **plano de ocupação e reforma do Palácio do Comércio**, sem prejuízo de sua imediata utilização (o que já vem acontecendo);
- 10 | Planejamento técnico da ocupação da **futura Biblioteca** e licitação para lanchonete no local;
- 11 | Reforma das tradicionais e tombadas **Sala de Consultas e Sala do Fichário** da Biblioteca;
- 12 | Revisão da instalação elétrica e da climatização da **Sala dos Estudantes**, bem como readequação dos equipamentos de imagem e som e aquisição de mais mesas e cadeiras, de modo a melhor atender a grande demanda do corpo discente;
- 13 | Término da instalação de aparelhos de **ar-condicionado** no Salão Nobre;

- 14 | Conclusão da operação de transferência, para a USP, do terreno do Largo de São Francisco de propriedade da CDHU;
- 15 | Finalização do projeto e instalação do **Museu do Ensino Jurídico** na “Casa da Baronesa”;
- 16 | Acompanhamento do **projeto de reformulação urbanística do Largo de São Francisco**;
- 17 | Reforma do **Auditório XI de Agosto**;
- 18 | Instalação de equipamentos no **novo restaurante**, bem como aquisição e instalação de chapa e forno que permitam o preparo e finalização de pratos mais diversificados; e
- 19 | Estudo da viabilidade de projeto de estrutura de **cozinha** própria no novo restaurante, possibilitando o preparo das refeições no próprio local, atendendo melhor às necessidades de nossos alunos.

3.4. Conservação do Patrimônio e Zeladoria

Além das propostas de infraestrutura, entendemos ser fundamental a coordenação de esforços para a manutenção do patrimônio da Faculdade, bem como para o acompanhamento do bom funcionamento dos equipamentos e instalações que permitem o desenvolvimento de nossas diversas atividades.

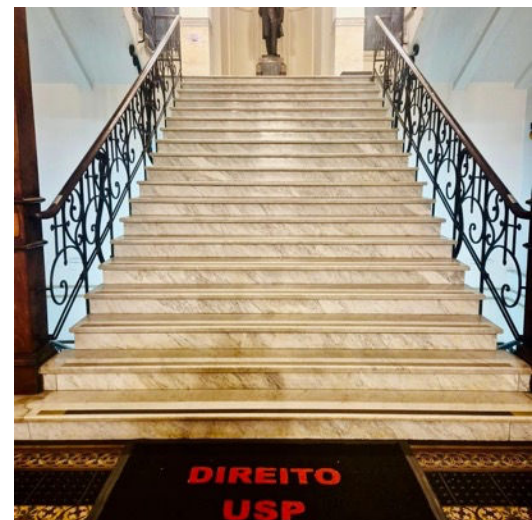
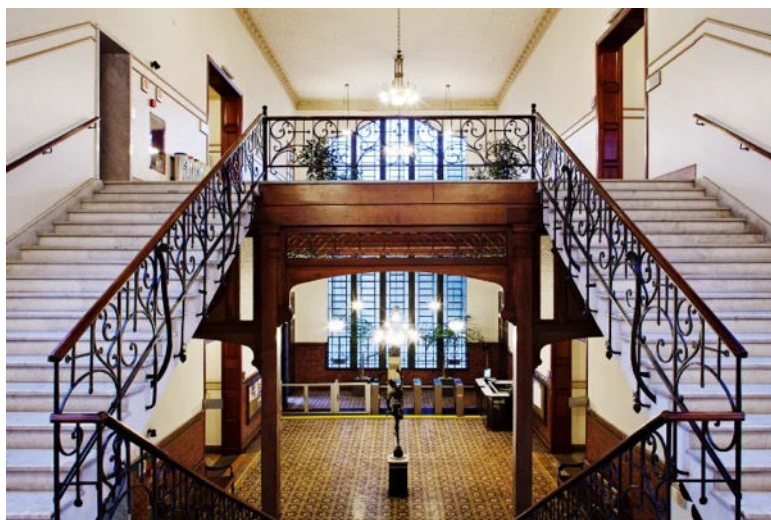
Nesse sentido, promovemos recentemente o debate e planejamento em conjunto com as outras três Unidades do Quadrilátero (Faculdades de Medicina, de Enfermagem e de Saúde Pública) para a modernização das formas de gestão e de contratação de serviços, compreendendo as áreas de limpeza, manutenção e vigilância. Também promovemos recentemente aditamentos contratuais para viabilizar os serviços terceirizados de manutenção, segurança e limpeza no novo edifício da Faculdade, cuja aquisição representa a duplicação de nossas demandas nessas áreas.

De outro lado, em conjunto com o IPT, a Reitoria e o Governo do Estado de São Paulo, iniciamos o projeto de descupinização do prédio histórico da Faculdade, envolvendo as estruturas da construção, madeiramento, mobiliário e conjunto artístico. Esperamos finalizar o projeto e proceder à consecução do processo de descupinização no próximo ano.

Além das medidas já tomadas, nossas propostas nessa área são:

- 1 | Criação de **Conselho de Zeladoria**, diretamente ligado à Diretoria e formado por um docente, um servidor técnico-administrativo e um representante discente, para acompanhar a realidade e as demandas da Faculdade relacionadas à conservação, manutenção e organização, bem como para contribuir na elaboração de Plano de Contratação Anual, contendo o planejamento dos gastos e investimentos nessa área;

- 2 | Designação de servidor técnico-administrativo específico, vinculado à Assistência Administrativa e encarregado de percorrer diariamente os diversos espaços da Faculdade, monitorando a organização, limpeza e conservação, além de fiscalizar o cumprimento das recomendações do Conselho de Zeladoria e a consecução do plano de contratação nessa área;
- 3 | Realização de **Plano Gestor de Intervenções para restauro**, reforma e recuperação dos pisos, paredes, mobiliário, iluminação, equipamentos, tapeçaria obras artísticas e placas comemorativas da Faculdade, com especial atenção à celebração de seu Bicentenário;
- 4 | Projeto e execução de reforço da iluminação da fachada da Faculdade; e
- 5 | Gestão junto à Prefeitura Municipal para o reparo das calçadas da Rua Riachuelo, a revitalização do parlatório situado no Largo São Francisco e a melhora da iluminação pública do entorno da Faculdade, especialmente na Rua Cristóvão Colombo.



3.5. A necessidade de valorização e recomposição do quadro de docentes e de servidores técnico-administrativos

Em 2017, as relações "docente/não docente" e "docente/aluno" figuravam, na FD, entre as mais desequilibradas dentre todas as Unidades da Universidade. Enquanto a média da USP era de 2.44 (docente/não docente) e 0,14 (docente/aluno), em nossa Escola esses números eram: 0.86 (docente/não docente) e 0.03 (docente/aluno), para um universo de 152 docentes, 131 não docentes e 4495 alunos.

A relação professor/aluno, que era de 0,0395 em 1999, passou a ser 0,0336 em 2017. Para manter a média de 1999, por simples regra de proporcionalidade, a FD deveria contar, pelos números de 2017, com 178 professores. Tinha apenas 152. Com base nesses números, poder-se-ia dizer que o número ideal de professores, hoje, seria, no mínimo, de 180 docentes.

Atualmente, a FD conta com:

2450**1082****147****119**

alunos de
graduação

alunos de
pós-graduação

docentes*

servidores técnico-
administrativos

*(já considerados os aprovados nos últimos concursos de ingresso)

A despeito dos elogiáveis esforços da Reitoria nos últimos anos, no sentido de repor o quadro docente das unidades, ainda é preciso ajustar nosso número de docentes não apenas aos melhores padrões internacionais, mas à realidade desequilibrada até mesmo entre os cursos de ciências humanas da própria USP.

Em relação ao processo de contratação de novos docentes, cabe especial atenção às regras que disciplinam a realização de concursos públicos, recentemente debatidas pelo Conselho Universitário a partir de estudo realizado por grupo de trabalho composto também pela Diretoria da FD, promovendo com cuidado alterações em nosso Regimento de modo a garantir que seja preservada a autonomia e as características específicas de da São Francisco em relação à USP (notadamente quanto à composição de bancas examinadoras com a presença de ex-orientadores, preservadas as regras de moralidade e impessoalidade e com observância de eventual limitação temporal).

Da mesma forma, nos últimos anos, a estrutura organizacional de **servidores técnico-administrativos** da Faculdade de Direito restou bastante defasada, exigindo adaptações aos novos tempos e reposição de quadros. Com efeito, a crise financeira da USP trouxe enormes dificuldades para nosso corpo de servidores: além da compressão salarial, os dois PDVs diminuíram consideravelmente seu número, principalmente em relação a servidores altamente qualificados e mais experientes. Os servidores remanescentes têm se desdobrado com afinco, dedicação e entusiasmo notáveis, mas a perspectiva de melhoria do quadro não é das mais otimistas.

Assim, buscaremos nos próximos anos dar a merecida valorização a nossos servidores técnico-administrativos, ampliar os canais de diálogo e, ao mesmo tempo, racionalizar a alocação de pessoas nos serviços da Unidade. Igualmente, parece ser indesejável uma

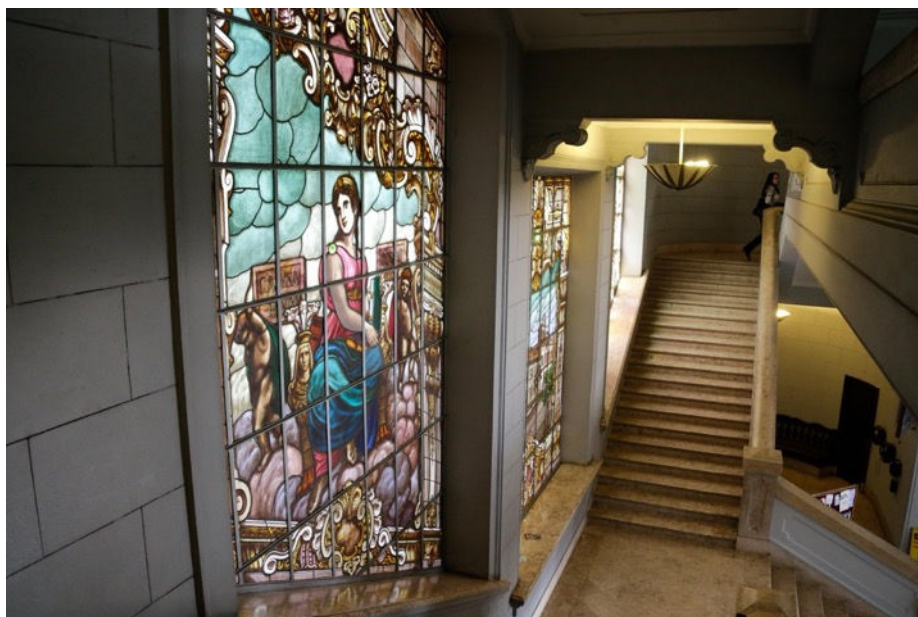
maior informatização nos serviços, o que pode desonerar os nossos servidores, liberando-os para outras atividades.

É preciso destacar, de todo modo, que a aquisição do Palácio do Comércio pela Faculdade, com seus mais de 4.000 metros quadrados, com projeto específico de ocupação que envolve maior tecnologia e novos setores (como o escritório de apoio à pesquisa, o estúdio de gravação de PodCast e AudioCast, o atendimento pedagógico/psicológico, setor de apoio ao estágio, secretaria dos programas de dupla titulação, dentre outros) exigirá novos e bem qualificados servidores técnico-administrativos.

Enfim, para o bom funcionamento e desenvolvimento da Faculdade de Direito, deve-se buscar a **valorização** dos servidores técnico-administrativos e, inclusive, sua capacitação como uma necessidade permanente. Sob tal perspectiva, cabe-nos exercer diálogo colaborativo e leal, respeitados a autonomia e as limitações das respectivas instâncias, e buscar a reposição de quadros e a readequação do número de colaboradores tendo em vista suas novas demandas de espaço e de atividades.

Nesse sentido, apresentam-se as seguintes propostas:

- 1 | Esforço junto à Reitoria para a **destinação de claros e vagas docentes**, considerando não apenas a defasagem atual, como também especiais necessidades vindas do desenvolvimento tecnológico e dos novos espaços físicos da FD;
- 2 | Em relação à recomposição do quadro de servidores técnico-administrativos, apresentação à Reitoria de **Plano Conjunto da Faculdade**, destacando a demanda específica de cada um dos eixos de atividade administrativa e acadêmica (destaca-se desde já a necessidade de novos funcionários aptos a trabalhar diretamente junto ao Programa PITES, ao CEJUD, ao Setor de Estágios, ao Setor de Audiovisual, Comissão de Inclusão e Pertencimento, à Comissão de Cultura e Extensão, ao Setor de Bedéis, ao Setor Financeiro e à área de Informática);
- 3 | Criação de **Comissão de Incentivo ao Aperfeiçoamento e Capacitação Profissional**;
- 4 | Estabelecimento de **prêmios e reconhecimento para a valorização da carreira**; e
- 5 | **Revisão do organograma da Faculdade**, a partir do diálogo com a comunidade e da colaboração de cada um, bem como da análise conjunta da realidade, dificuldades e perspectivas possíveis de cada setor de atividades.



04

Transparência e Comunicação

A transparência é um princípio fundamental para qualquer administrador público, pois garante a legitimidade das decisões institucionais e fortalece a confiança da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. No âmbito da FD, a clareza na divulgação de informações sobre o orçamento, investimento de recursos financeiros, processos decisórios, critérios de seleção e resultados de políticas institucionais contribui para a consolidação de uma cultura democrática e participativa.

Ao tornar acessíveis os dados relativos à gestão, assegura-se não apenas o cumprimento da legalidade, mas também um ambiente de diálogo e corresponsabilidade. Ela possibilita que estudantes, docentes, servidores e a sociedade acompanhem as escolhas administrativas, avaliem seus impactos e participem ativamente na construção de soluções. E em nossa Academia, cuja missão é formar profissionais comprometidos com a justiça e a ética, a adoção de práticas transparentes é também pedagógica: ensina, pelo exemplo, que o exercício do poder deve sempre estar sujeito ao escrutínio público e orientado pelo interesse coletivo.

Considerando o papel estratégico da transparência na atividade de gestão, na atual gestão buscou-se divulgar à comunidade as principais atividades acadêmicas, políticas, administrativas e de representação institucional exercidas, por meio dos **canais de comunicação** da Faculdade, bem como dos **informes da Diretoria** nas reuniões colegiadas e de **Boletins mensais** confeccionados pela assessoria de comunicação. No mesmo sentido, de forma pioneira, está em processo de confecção o **Relatório de Gestão da atual Direção**, com o objetivo de prestar contas sobre as iniciativas, conquistas, dados objetivos e números referentes aos últimos quatro anos em nossa Faculdade.

Porém, é preciso avançar ainda mais nesse campo. Por isso, propõe-se para os próximos anos a adoção de **instrumentos de transparência** mais específicos nas diversas áreas.

Assim, por exemplo, no âmbito da Pós-Graduação, temos enfrentado dificuldades relacionadas ao rápido esgotamento anual da **verba PROEX/Capes**, sem que a comunidade docente e discente possa compreender quais foram os critérios utilizados para a escolha de seus beneficiários, em detrimento de outros pedidos. Nesse sentido, para garantir que referidos recursos sejam utilizados de forma estratégica, eficiente e transparente, estabeleceremos um planejamento para sua utilização, especialmente para mobilidade acadêmica, em alinhamento com as diretrizes de internacionalização institucional estabelecidas pela Faculdade. Propomos a elaboração de plano específico para tanto, em conjunto entre a Comissão de Pós-Graduação, a Comissão de Cooperação Internacional e Nacional e a Diretoria da Faculdade, com a prestação de contas semestral, garantindo a transparência e a equidade na distribuição de recursos, no melhor interesse da Academia.

Da mesma forma, é fundamental o estabelecimento de protocolos com fluxos claros de encaminhamento de demandas junto às **Ouvidorias e a Comissão de Prevenção de Violência e Discriminação**, conferindo segurança aos interessados e à toda comunidade acadêmica quanto ao adequado andamento dos casos e à garantia dos direitos e interesses envolvidos.

Assim, nossa proposta é estabelecer um **Plano de Transparência** para a Faculdade de Direito, por meio das seguintes iniciativas:

- 1 Criação de uma **Comissão de Transparência e Integridade** vinculada à Direção, composta por docentes, servidores técnico-administrativos e representantes discentes, responsável pela elaboração de um **regulamento interno de transparência**, definindo prazos e procedimentos, e pelo acompanhamento do cumprimento das diretrizes estabelecidas;
- 2 Divulgação no *website* institucional de **dados** sobre convênios, atas, resoluções e deliberações de colegiados de forma acessível e organizada;
- 3 Aprimoramento do **boletim eletrônico da Faculdade**, enviado periodicamente à comunidade, com destaques das decisões administrativas;
- 4 Divulgação adequada de **critérios de avaliação** em concursos, seleções de bolsas e programas acadêmicos e publicação de relatórios pós-processo, com dados estatísticos (número de inscritos, aprovados, recursos etc.);
- 5 Divulgação do **Projeto Acadêmico e dos Relatórios de Gestão** da Faculdade e de seus Departamentos e Comissões;
- 6 Fortalecimento das atividades das **Ouvidorias** quanto ao recebimento de denúncias, reclamações e sugestões, com prazo para resposta; e
- 7 Promoção de **consultas à comunidade** sobre temas relevantes, como políticas de inclusão e uso de espaços.

Em relação à **comunicação**, trata-se de processo importante não apenas para a disseminação do conhecimento científico produzido pela FD, como também para a reafirmação constante de seu papel de protagonista no debate de diversos temas de relevância social nas esferas nacional e internacional. Nesse sentido, o trabalho diário de assessoria especializada junto da Diretoria durante a atual gestão favoreceu enormemente o acesso às notícias, eventos acadêmicos, estabelecimento de convênios e pautas de reuniões estratégicas com diversas instituições e entidades. Da mesma forma, a transmissão ao vivo e gravação de conferências, aulas, congressos e atos permitiu à Faculdade atingir amplos setores da sociedade e da comunidade acadêmica no Brasil e no exterior, permitindo-nos a reafirmação como instituição referencial. Mas há possibilidade de aprimorar nosso processo de comunicação, tornando a Academia ainda mais acessível à comunidade em geral, por meio das seguintes propostas:

- 1 | **Reformulação** do *website* da Faculdade, tornando-o mais “amistoso” e acessível ao público em geral, além de bilíngue;
- 2 | Criação de **Boletim Semanal**, às sextas-feiras, referente aos eventos a realizar na FD na semana seguinte;
- 3 | Melhor organização/sistematização dos **eventos gravados em vídeo** e de podcasts em plataformas que permitem o mais amplo e fácil acesso;
- 4 | Elaboração de **protocolo de comunicação** de eventos, publicações e notícias, garantindo o respeito à liberdade de expressão, à liberdade acadêmica e aos valores e direitos fundamentais que caracterizam o Estado Democrático de Direito;
- 5 | Maior **padronização visual** na comunicação da Faculdade, facilitando a imediata identificação institucional pela comunidade acadêmica e público em geral;
- 6 | Organização de **lista de interlocutores** disponíveis, conforme a área e temas específicos, para direcionamento de convites de entrevistas, debates e outras participações nos diversos meios de comunicação; e
- 7 | Reestruturação da **Comissão de Comunicação**, com a função de contribuir na seleção e publicação das comunicações da Faculdade, garantindo a difusão de informação com maior excelência acadêmica e tempestividade.

05

Propostas acadêmicas

A excelência das atividades acadêmicas da Faculdade advém da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, boa parte das disciplinas de graduação e de pós-graduação, bem como os grupos de pesquisa e atividades de extensão desenvolvidas têm natureza interdisciplinar, o que tem provocado transformação importante no processo de formação de nossas alunas e alunos, por meio da aquisição de ferramentas fundamentais no tratamento de questões jurídicas complexas da sociedade atual, sem perder de vista a necessária sensibilidade para o enfrentamento de questões concretas, envolvendo várias formas de diversidade.

Da mesma forma, seja por meio de ações voltadas para o apoio às atividades governamentais, pela participação em instituições, órgãos e comitês públicos para aprimoramento de normas ou de ações governamentais, das quais muitos docentes e grupos da Faculdade fazem parte, temos incentivado a busca da integração do conhecimento científico produzido a atividades de extensão, contribuindo diretamente com o desenvolvimento do Direito e da sociedade.

Assim, nossas propostas acadêmicas partem da consciência dessa integração entre ensino, pesquisa e extensão, com especial destaque para o aproveitamento de novas tecnologias e o incentivo da internacionalização institucional.

Justamente a fim de alcançar o melhor desenvolvimento acadêmico da Faculdade, constituímos o **Centro de Desenvolvimento de Educação em Direito e das Profissões Jurídicas – CEJUD**, em fase de instalação no segundo andar do prédio histórico. No mesmo sentido, destacamos a constituição, por iniciativa de nossa Faculdade de Direito e da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, do **Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito Públicas e Gratuitas**, com o objetivo de discutir sobre os rumos do ensino jurídico no país. A partir de tal iniciativa, a Faculdade interveio junto ao Conselho Nacional de Educação, propondo a realização de pesquisa empírica para o mapeamento dos cursos de Direito no Brasil, com o intuito de instruir os debates em andamento naquele Conselho acerca da Reforma das Diretrizes Curriculares Nacionais de Direito. Conforme designação do CNE, referida pesquisa está sob nossa coordenação e possibilitará significativa contribuição acadêmica para a sociedade brasileira.

5.1. Graduação**5.1.1. O que fizemos: pioneirismo e melhorias contínuas**

A FD tem como missão formar profissionais altamente qualificados, inovadores e socialmente responsáveis, aptos a atuar com excelência em um mundo em constante transformação. Assim, no processo de ensino-aprendizagem, são nossas preocupações:

- **Excelência acadêmica:** ensino de alto nível, baseado em pesquisa de impacto e inovação pedagógica;
- **Formação integral:** combinação de sólida base técnica com pensamento crítico e visão ética;

- **Compromisso social e democrático:** formar juristas engajados na promoção da justiça e na defesa dos valores do Estado Democrático de Direito;
- **Inovação:** com integração de novas metodologias, tecnologias e parcerias interdisciplinares.

A preocupação com tais elementos tem sido materializada em diversos resultados concretos na gestão, tais como:

- Destaque continuado da FD junto ao **“OAB Recomenda”**;
- Parecer favorável e com muitos elogios ao curso no **Conselho Estadual de Educação**;



Acesse o Relatório do Conselho Estadual de Educação através do QR Code ao lado ou [clique aqui](#).

- Elaboração e aprovação do **Centro de Desenvolvimento de Educação em Direito e das Profissões Jurídicas (CEJUD)**: O CEJUD é um centro integrado de atividades acadêmicas, vinculado à Diretoria da Faculdade, com a finalidade de apoiar o contínuo aprimoramento pedagógico e acadêmico do processo ensino-aprendizagem jurídico. Entre seus objetivos, destacam-se a incorporação de metodologias ativas e de tecnologias de informação e comunicação ao processo ensino, a promoção do letramento digital de docentes e discentes, além de incentivar estudos e pesquisas sobre o ensino jurídico de graduação. O CEJUD ocupará sala localizada no prédio histórico da FDUSP (antiga Sala dos periódicos, sem restrições internas de tombamento), cuja reforma já está em andamento ([veja aqui o projeto](#));



Acesse o Regimento através do QR Code ao lado ou [clique aqui](#).

- Estabelecimento de parceria junto ao Instituto de Matemática e Estatística da USP (IME) para a oferta dos **cursos conjuntos na FD de Jurimetria, Introdução à Programação e Direito e Tecnologia**;
- Realização de **42 concursos de ingresso na carreira docente e de titularidade**;
- Participação junto ao **Conselho Nacional de Educação** nos trabalhos para a revisão de Diretrizes Curriculares Nacionais da área do Direito;
- Atendendo à preocupação institucional de internacionalização, **fomento ao Programa PITES** – envolvendo a dupla titulação no curso de graduação entre a USP e a Universidade de Lyon (França), que atualmente confere 90 diplomas anuais aos estudantes da FD. Da mesma forma, incentivo a implementação de novos programas de dupla titulação em Direito com universidades estrangeiras parceiras;

- Continuidade de incentivo à **criação de disciplinas (a)** com caráter interdisciplinar, **(b)** envolvendo a participação de docentes estrangeiros e/ou **(c)** em idioma estrangeiro.
- Reestruturação e fortalecimento do **Setor de Estágios** (que elaborou o “Manual de Boas Práticas de Estágio”), responsável pelo acompanhamento dos estágios regulares realizados pelos alunos em diversos setores públicos e privados, com o fim de promover e incentivar o exercício de tais atividades com maior qualidade, aprendizado e saúde mental;
- Criação da **Ouvidoria de Estágio**;
- Realização de **pesquisa sobre o perfil do ingressante**;
- Realização de **pesquisa sobre egressos**;
- Realização de **pesquisa (survey on-line) com os docentes**;
- Realização de **Semanas Pedagógicas** e de seminários temáticos sobre o futuro do **ensino jurídico**;
- Ampliação significativa dos intercâmbios internacionais de graduação, especialmente através do financiamento oferecido pela AUCANI e outras instituições de fomento;
- Estimulo a participação dos alunos em **seminários e campeonatos** como o Moot Court.

A despeito dos resultados positivos, e com o fim de aumentar ainda mais a excelência acadêmica, a FD está, desde 2022, em processo de avaliação de revisão do seu **Projeto Político Pedagógico**. Tal processo foi o propulsor da realização das pesquisas empíricas com ingressantes, egressos e docentes, medida inédita e fundamental para a identificação das habilidades e competências do profissional que a Unidade forma, assim como de sua inserção no mercado. O conjunto de dados empíricos já nos permite refletir sobre os conteúdos necessários ao aprimoramento curricular. Assim, o primeiro objetivo da FD corresponde à avaliação e continuidade de implementação de seu Projeto Político Pedagógico, a partir da discussão de dados concretos.

Nosso currículo atualmente é organizado por disciplinas, seguindo a tradição da Escola. O caminho que se apresenta à integração curricular – entendida como a correlação inovadora na seleção e organização de conhecimentos entre ramos do Direito, entre áreas do conhecimento e entre teoria e prática – é o do desenvolvimento do currículo por projetos orientados por demandas da sociedade paulista e brasileira, e/ou por percursos formativos que permitam o aprofundamento de temas transversais. O objetivo é superar os obstáculos normalmente encontrados na rígida organização por disciplinas, considerando-se os interesses dos estudantes, a necessidade de estimular o diálogo com problemas práticos, de promover debates e as relações pessoais.

Nesse sentido, a partir de iniciativas de curto, médio e longo prazos, o desafio será articular os conteúdos das disciplinas obrigatórias, optativas, AACs e AEXs e prática jurídica (clínicas) em torno de projetos e/ou percursos, dividindo-se os alunos em grupos menores e inserindo-os em atividades pedagógicas mais dinâmicas, participativas e integradas.

A atualização curricular e pedagógica da FD constitui, portanto, a chave para o aprimoramento do seu curso de graduação, de forma que a instituição permaneça sendo referência de excelência no ensino do Direito. Para isso, é preciso expandir nossa infraestrutura, atualizar nossa metodologia de ensino-aprendizagem e fortalecer as conexões institucionais nacionais e internacionais.

Sob essa perspectiva, a recente incorporação do Palácio do Comércio terá um papel fundamental na modernização da Faculdade, permitindo:

- A adoção de metodologias ativas e de tecnologias de informação e comunicação ao processo ensino-aprendizagem;
- A integração curricular interdepartamental e interunidades, incentivando a interdisciplinaridade e a formação complementar;
- A expansão da pesquisa aplicada e da extensão universitária, aproximando a FD das demandas sociais concretas;
- O estímulo à participação ativa dos monitores de pós-graduação e de graduação nas atividades de apoio ao ensino e pesquisa.

A partir do deslocamento de atividades voltadas à graduação do Prédio Histórico para o novo prédio, espera-se grande melhoria das condições de oferta das disciplinas de graduação. No Prédio Histórico, com a liberação de espaços, induz-se a readequação de sua ocupação; no prédio novo, com a adequação de seu interior (não tombado) às demandas de salas componíveis, tecnológicas e acessíveis, e de criação de espaços de convivência, ter-se-á a concretização de um novo modelo de ensino jurídico. No futuro próximo, com a finalização das obras da Nova Biblioteca, estes novos espaços e possibilidades serão ampliados ainda mais.



5.1.2. O que pretendemos fazer:

Sem deixar de comemorar o enorme avanço obtido nos últimos anos, entendemos que não podemos nos descuidar de nossa missão de formar profissionais do Direito altamente qualificados, inovadores e socialmente responsáveis, aptos a atuar com excelência em um mundo jurídico em constante transformação. Para isso, temos de ter sempre de maneira clara aquilo que se espera de quem é egresso da Velha e Sempre Nova Academia.

Por muito tempo o ensino jurídico no Brasil foi vitimado pela erudição pedante e o sincretismo inconsistentes apelidados de “bacharelização”, fenômeno acentuado pela abertura indiscriminada de novas faculdades, sem preocupação com a missão de uma Faculdade de Direito, que não é formar *rábulas*, peritos nos textos das leis, mas sim verdadeiros *operadores* do Direito, capazes de raciocínio prático criativo, consistente e bem fundamentado. O Direito, afinal, é uma prática social e como tal deve ser encarado por aqueles encarregados de seu ensino para as gerações seguintes. Assim é que o futuro profissional do Direito tem de encontrar na faculdade um berço fértil para o treino nas complexidades da prática jurídica, com verdadeira compreensão do seu sentido.

Nos dias de hoje, isso significa desenvolver em nossos alunos não apenas competências técnicas essenciais, como capacidade de gestão e proficiência nas tecnologias que vêm alterando profundamente o cenário da profissão, mas também competências socioemocionais, como habilidade de comunicação, cooperação, inteligência emocional, liderança, empatia, pensamento crítico e criatividade.

Nossa proposta, portanto, é a de manter a tradição franciscana ao aprofundar os êxitos da gestão anterior. Isso se dará em várias frentes, que podem ser resumidas em duas diretrizes: a busca da excelência acadêmica e a dimensão coletiva de nossa gestão na busca por essa excelência. Em termos concretos, destacamos as seguintes **propostas**:

1

Implementação do CEJUD. Esse novo Centro coordenará novas atividades acadêmicas, destacando-se duas frentes. A primeira, o desenvolvimento de cursos interdisciplinares em parceria com outras unidades da USP. A segunda, a inauguração de um laboratório de inovação no ensino jurídico, fornecendo estrutura para experimentação de novas práticas pedagógicas e pesquisa aplicada em temas de ponta (jurimetria, inteligência artificial, blockchain, análise de dados, regulação de tecnologias emergentes, etc.).

Nosso objetivo será capacitar pelo menos 70% dos docentes em metodologias inovadoras até o final de 2026, disseminando novas práticas de ensino entre o corpo docente, e desenvolver pelo menos dois cursos online abertos massivos (MOOCs) sobre temas jurídico-tecnológicos até 2027, no mais tardar.

Para viabilizar essas atividades, realizaremos investimentos em equipamentos multimídia (monitores, projetores de alta resolução, sistemas de videoconferência, microfones) e em mobiliário modular e ergonômico, que permitam reconfigurar o espaço conforme as necessidades didáticas.

2

Palácio do Comércio. Pretendemos utilizar, também, o espaço adquirido com a aquisição do Palácio do Comércio, no qual serão equipadas salas de aula especiais, incluindo:

- **Ao menos oito salas multiuso** com recursos tecnológicos avançados: uma delas estilo “Sala 360°” e as outras sete moduláveis,

podendo ser configuradas para acomodar 30, 45, 60 ou até 90 alunos conforme a necessidade, com mobiliário flexível;

- **Uma sala modelada no padrão socrático**, desenhada para debates em formato de arena ou ferradura;
- **Duas salas de simulação de prática jurídica**, verdadeiros tribunais simulados para práticas de audiências, conciliação e *moot courts*);
- **Quatro salas destinadas a estudo individual e em pequenos grupos**, com ampla conectividade e estações de computador, suprimindo as limitações da atual sala de leitura da biblioteca histórica.

Todos esses espaços serão dotados de infraestrutura moderna (Wi-Fi de alta capacidade, projetores interativos, sistemas de áudio e vídeo integrados, etc.) e mobiliário adequado para rearranjos rápidos, de modo a viabilizar aulas expositivas interativas, oficinas, jogos de simulação, estudos de caso e outras metodologias centradas no aluno ([acesse o Estudo Preliminar de Ocupação do Palácio do Comércio](#)).

3

Estudo para o redimensionamento das turmas. A utilização de novos espaços também permitirá o redimensionamento das turmas, com o propósito de reduzir pela metade o número de alunos por turma entre o segundo e o quarto anos, passando de classes com 120 alunos para aproximadamente 60 alunos cada.

4

Clínicas jurídicas de atendimento e projetos de pesquisa de impacto social, tornando a extensão uma experiência formativa contínua durante o curso. Assim, parte da carga horária obrigatória do aluno poderá ser cumprida por meio de projetos jurídicos aplicados, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5

Fortalecimento das extensões. Os estudantes passarão a integralizar créditos acadêmicos participando de uma variedade de atividades extensionistas, tais como: clínicas jurídicas interdepartamentais, conectando a FD com outras unidades da USP em projetos multidisciplinares; núcleos de assessoria jurídica gratuita para atendimento de comunidades vulneráveis e organizações da sociedade civil; observatórios jurídicos e laboratórios de inovação regulatória, nos quais alunos e professores analisam políticas públicas e propõem melhorias legislativas ou regulatórias em temas específicos; e projetos de mediação de conflitos em colaboração com órgãos públicos, oferecendo aos discentes vivência em métodos alternativos de resolução de litígios.

Neste mesmo sentido, buscar-se-á o fortalecimento de parcerias institucionais com órgãos como Defensorias Públicas, Ministérios Públicos e organizações do terceiro setor, permitindo que os alunos atuem diretamente na defesa de direitos fundamentais e vejam de perto a aplicação do Direito na sociedade.

O estímulo à criação de ainda mais atividades extensionistas, avaliação da curricularização das extensões e adesão a programas de formação têm o objetivo de ampliar o rol de extensões curricularizadas, promovendo maior

integração curricular na FD, bem como maior homogeneidade na distribuição das turmas durante a semana na grade horária.

6 **Estímulo à interdisciplinaridade.** O aumento da interação do Direito com outras áreas do conhecimento, integrando especialistas de diferentes campos (saúde, economia, tecnologia, meio ambiente etc.), proporcionará aos nossos discentes melhores ferramentas para enfrentar questões jurídicas complexas de forma multifacetada. A primeira iniciativa será o oferecimento do curso já desenvolvido em conjunto com Instituto de Matemática e Estatística da USP (IME-USP), abrangendo, inicialmente, as seguintes áreas: Introdução à programação para juristas e Jurimetria.

7 **Integração Curricular Interdepartamental e Interunidades:** Implementação, a título experimental e por meio da articulação de disciplinas optativas, duas trilhas de desenvolvimento de conhecimentos: (i) Direito e Tecnologia; (ii) Direito e Equidade, ambas com avaliação dos Departamentos envolvidos e acompanhamento da Comissão de Graduação (Vide [Plano de Apoio ao Aprimoramento do Ensino de Graduação](#)).

8 **Internacionalização:**
Para além da interdisciplinaridade com outras unidades da USP e outras instituições de referência nacional, também nos comprometemos a aprofundar as conexões internacionais da FD, por meio da manutenção dos convênios existentes e a busca de novos, bem como a ampliação da possibilidade de dupla titulação internacional com mais instituições de excelência. Acreditamos que é fundamental o diálogo interinstitucional, razão pela qual temos também como meta a ampliação da oferta de disciplinas em inglês na FD, inserindo cada vez mais a São Francisco globalmente. Como forma de estímulo, é possível criar prêmios de excelência para docência em inglês, bem como facilitar os acessos a cursos de inglês já oferecidos pela USP. Além disso, é fundamental o estabelecimento de uma programação de grade em inglês, com o oferecimento permanente de, ao menos, cinco disciplinas, de modo a permitir a frequência de estudantes estrangeiros intercambistas no curso de graduação.

9 **Estabelecimento de plano para atingimento de paridade na oferta de disciplinas optativas nos turnos diurno e noturno,** de modo a garantir a formação equilibrada, democratizando o acesso às oportunidades acadêmicas e valorizando a autonomia dos(das) estudantes para a construção de sua própria jornada.

10 **Continuidade do fortalecimento do Setor de Estágios,** com destaque à designação específica de servidor técnico-administrativo; construção de página eletrônica específica, com normas, informações sobre oportunidades e cadastro de interessados (inclusive um específico para os grupos vulnerabilizados); maior comunicação com os escritórios e instituições públicas e privadas envolvidos nas atividades de estágio, promovendo cultura de respeito aos valores ético-sociais e universitários e

controlando o desenvolvimento concreto das atividades (inclusive com o envio de calendário semestral de avaliação para o cumprimento da redução legal de carga horária dos(as) estagiários(as)); e apoio institucional para o Plano de Revisão da Lei de Estágios;

11

Consolidação da Ouvidoria de Estágio, voltada ao acolhimento e encaminhamento de demandas de alunos e estagiários;

12

Reforma da Sala das Teses de Láurea, com aquisição de mobiliário, equipamentos e tecnologia necessários para o atendimento da crescente demanda;

13

Consolidação dos resultados das pesquisas empíricas; e

14

Continuidade na realização das Semanas Pedagógicas e de seminários temáticos sobre o futuro do ensino jurídico.

Acreditamos que nossas propostas não apenas fornecem continuidade com um projeto bem-sucedido, como também se alinham com a tradição de excelência da nossa Faculdade de Direito do Largo São Francisco, reforçando seu papel de vanguarda e compromisso com a formação dos cidadãos do amanhã.



5.2. Pós-graduação

5.2.1. As conquistas e desafios de nosso Programa de Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP é o mais antigo dos Programas na área do Direito em funcionamento no Brasil. Avaliado com o conceito 6 pela CAPES em sucessivos e múltiplos ciclos de avaliação (6 ciclos), **logrou obter, no último ciclo, e a partir da gestão dos Professores Fernando Facury Scaff e Ana Elisa Bechara, a nota 7** ao lado dos Programas da UFMG e, em pedido de reconsideração, da UnB. Foi a **primeira vez que a nota 7 foi atribuída na área**. Nesse contexto, o Programa consolida-se na posição de liderança no cenário nacional, além de continuar sendo grande responsável pela formação de docentes para diversas Faculdades no país, seja em razão de sua qualidade e de sua tradição, seja, ainda, em razão de seu tamanho (o PPGD conta com mais de 200 orientadores credenciados).

Internacionalmente, o Programa é um parceiro respeitado de diversas e importantes Instituições de Ensino, sobretudo europeias e americanas, com uma inserção recente, porém consistente, na Ásia e na África, sobretudo de língua portuguesa. As duplas titulações, originadas no PPGD ou em Instituições parceiras, são crescentes em número e sólidas em qualidade. Recentemente, o Programa teve aprovado pela CAPES o **primeiro DINTER (Doutorado Interinstitucional) de âmbito internacional aprovado na Área do Direito, junto à Universidade Eduardo Mondlane (Maputo – Moçambique)**.

Nesse contexto, o Programa tem como público-alvo sobretudo (mas não somente) os bacharéis e/ou mestres em Direito provenientes de todo o território nacional, bem como do exterior, embora esse não seja, ainda, um público frequente, sobretudo em razão das barreiras linguísticas e das barreiras próprias ao caráter nacional do Direito em geral.

Os **objetivos** do Programa são:

01

Prover **a melhor formação pós-graduada** em Direito, seja no nível de Mestrado seja no nível de Doutorado, correspondendo a um centro de excelência para formação de professores e pesquisadores capazes de atuar nas mais diferentes profissões jurídicas, além de assessorar a elaboração de políticas públicas, projetos de lei e oferecer parâmetros para a aplicação do Direito pelo Judiciário;

02

Manter o padrão de excelência estabelecido nos últimos 53 anos, nas mais diversas áreas de concentração, que correspondem às principais divisões temáticas do Direito, implicando **a realização de pesquisas responsivas às demandas concretas e complexas da sociedade contemporânea;**

03

Ser reconhecido como o Programa de excelência por pares internacionais, **colaborando para o intercâmbio do saber jurídico e o aprofundamento da ciência comparatista mundial;**

04

Aperfeiçoar o processo seletivo com vistas a ampliar a participação de candidatos estrangeiros e de outras regiões do país, mediante **políticas de diversidade e inclusão na pós-graduação;**

05

Estabelecer **critérios afirmativos para a concessão de bolsas** a estudantes de baixa renda, preferencialmente aqueles que se dediquem integralmente à pesquisa e à pós-graduação e estejam comprometidos com a excelência acadêmica;

06

Consolidar a recente política de oferta de vagas em programas interinstitucionais voltados para instituições preferencialmente públicas de **países de língua portuguesa no continente africano**, para formar doutores que atuem no ensino superior de seus países de origem; e

07

Reforçar a estratégia de internacionalização atualmente já adotada, aumentando os doutorados com dupla titulação, incrementando a oferta de disciplinas em idiomas estrangeiros e incentivando a cooperação institucional com instituições estrangeiras parceiras para o oferecimento de disciplinas conjuntas e/ou com a presença de docentes estrangeiros.

A partir de tais objetivos, o Programa de Pós-Graduação tem buscado refletir acerca de suas oportunidades de aperfeiçoamento, inclusive por meio de dados empíricos obtidos por meio de pesquisas e consultas a comunidades de docentes, discentes e egressos.

Nesse sentido, a atual gestão tem mantido as conquistas alcançadas durante a gestão dos Professores Fernando Facury Scaff e Ana Elisa Bechara, dentre as quais podem-se destacar as seguintes:

- Reversão, por meio de esforço coletivo de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, do conceito inicialmente atribuído pela ao Programa na avaliação quadrienal de 2013-2016 (conceito 5) e **atingimento de forma inédita o conceito 7**, vigente na presente gestão;
- Conquista do **Primeiro Lugar do Prêmio Capes de Teses em 2022**;
- Conquista do **Prêmio Tese Destaque USP em 2023**, na área de Ciências Sociais Aplicadas;
- **Criação da coleção da FD no Portal de Livros Abertos da USP**, que se destina, dentre outras iniciativas, a servir de veículo de divulgação, por meio da publicação, como livro eletrônico com ISBN, das melhores dissertações e teses defendidas no Programa;
- **Criação de procedimentos de rotina para a coleta de dados** visando a alimentar o relatório Sucupira, seja por meio da orientação e treinamento para o registro periódico de dados de produção acadêmica, seja por meio da contratação de assessoria técnica especializada no registro e revisão das informações do PPGD junto ao Sistema da USP e à Plataforma Sucupira;
- Implantação de **novas regras para credenciamento e credenciamento de docentes** na Pós-Graduação da Faculdade, de modo a incentivar o incremento da excelência científica do Programa;
- **Criação de Programa de Ações Afirmativas** para o ingresso e a permanência de grupos vulneráveis, envolvendo a disponibilização de 20 vagas extras, distribuídas igualmente nas diversas áreas e subáreas de concentração, e alteração da regra de avaliação da prova de idioma, abrindo-se a possibilidade para os candidatos de comprovação da proficiência em língua estrangeira ser feita até o momento da qualificação.;
- **Realização de pesquisa com levantamento de dados** sobre os candidatos que buscam cursar pós-graduação na Faculdade de Direito da USP, nosso atual corpo discente e nosso corpo docente, para identificar seu perfil de gênero, socioeconômico e de vulnerabilidade, permitindo avaliar e aprimorar o Programa de Ações Afirmativas;
- **Reestruturação das linhas e projetos de pesquisa**, inclusive com reposicionamento de áreas de concentração;
- Aumento significativo da oferta de disciplinas **em língua estrangeira** e com **docentes estrangeiros**;
- Foram aprovados **novos Regimento e Regulamento** para o Programa;
- Ampliou-se a **interdisciplinaridade** na oferta de disciplinas;

- Mudança de ingresso para **semestral** (uma seleção, duas entradas), reduzindo expressivamente o problema das orientações acadêmicas;
- Alteração da nomenclatura dos títulos concedidos para mestre e **doutor em Direito**, e não mais *em Ciências*;
- Estabelecimento do **Programa de Intercâmbio Interno** para discentes de outras Universidades brasileiras;
- O número de **bolsas praticamente duplicou**, embora permaneça infinitamente inferior à demanda;
- Foram apoiados incontáveis **eventos internacionais**, com a participação de docentes estrangeiros no Programa, bem como de nossos docentes em eventos no exterior;
- Foi criado um **Programa de incentivo à publicação** em qualificados periódicos estrangeiros pelos docentes do PPGD, com incentivo a tradução de textos (artigos e livros) para língua estrangeira;
- Incremento da atuação conjunta com a Comissão de Graduação, não só para a realização da **Semana Pedagógica**, bem como para a da **Etapa de Preparação Pedagógica**, junto ao PAE – Programa de Aperfeiçoamento do Ensino;
- Em conjunto com a Comissão de Pesquisa, criaram-se os **Seminários dos Doutores em Direito pela USP**;
- Foi incrementada a **Biblioteca digital de teses e dissertações**;
- Início de parcerias com a África portuguesa, por meio da realização conjunta de eventos, oferta de disciplinas, participação em bancas de doutorado e estabelecimento do primeiro **DINTER Internacional** da Área de Direito no Brasil, junto à Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique);
- Construção de **novo website do Programa**, bilíngue, e com detalhamento das diferentes áreas de concentração, linhas, projetos, docentes credenciados e disciplinas ministradas, dentre outras informações de interesse aos membros do PPGD e à comunidade em geral;
- Publicação de **edição especial da Revista da Faculdade de Direito da USP, comemorativa dos 50 anos da organização da Pós-Graduação em Direito no Brasil e na Universidade de São Paulo**, com artigos de docentes e discentes do PPGD-USP, docentes e coordenadores de diversos outros Programas de Pós-Graduação em Direito, além da participação da Presidente da CAPES e de seu representante da área do Direito, do Vice-Reitor e do Pró-Reitor de Pós-Graduação da USP; e
- Criação em 2021 da **Semana de Recepção dos Novos Alunos e Alunas**, permitindo a melhor integração dos ingressantes ao Programa, a sua estrutura, disciplina, oportunidades e integrantes (docentes e discentes).

Destaca-se que todas as conquistas mencionadas foram fruto de **trabalho coletivo**, no qual teve especial destaque a **Representação Discente junto à CPG e à Congregação**, sempre atenta e participativa com referência às propostas formuladas.

A despeito dos avanços mencionados e mantidos na atual gestão, há o desafio de melhorar a infraestrutura do Programa, revitalizando-se o espaço da secretaria e aumentando os espaços para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, sobretudo aqueles dotados de recursos tecnológicos de ponta. Quanto à **infraestrutura**, é preciso apontar que a FD tem vivenciado ampliação e melhorias significativas de seus ambientes didático-pedagógicos que tornaram mais adequada a rotina dos cursos de pós-graduação. Não obstante, a área ocupada pela Secretaria tem sofrido efeitos de reformas em outras áreas no âmbito da Faculdade que, por equívocos de condução das empresas licitadas, geraram danos colaterais na área hoje ocupada, o que causa desconforto de ordem organizacional e funcional cada vez mais intensos.

Da mesma forma, destaca-se a atual dificuldade de administração dos **recursos PROEX**, concedidos pela CAPES para o incentivo da excelência do Programa em matéria de internacionalização. De fato, embora recebamos expressivos recursos para utilização anual, sobretudo em matéria de mobilidade internacional de docentes e discentes do Programa, tem-se observado sua utilização sem planejamento ou articulação com estratégias institucionais, implicando com frequência o esgotamento dos valores antes do término do prazo para renovação da concessão de recursos e, assim, a impossibilidade de investimentos em **macroprocessos em internacionalização** em andamento. Também se verificam dificuldades relacionadas à prestação de contas acerca dos critérios utilizados na priorização e ordenação de tais recursos. Tais dificuldades se relacionam a necessidade da definição ex ante de parcerias estratégicas e prioritárias, critérios claros e de prioridade para concessão dos auxílios, formatos prioritários para os apoios bem, como, eventualmente, em face da já evidenciada ausência de recursos para atender todas as demandas, da justificativa e comprovação de que foram buscadas, sem sucesso, outras fontes alternativas de recursos.

Finalmente, observa-se que as ações afirmativas adotadas até o momento pelo Programa, ainda não lograram atender amplamente à equidade esperada em nível de pós-graduação, situação que recomenda o **aprofundamento dos estudos** visando a sua revisão e aperfeiçoamento, inclusive a partir dos dados empíricos coletados.

5.1.2. O que pretendemos fazer:

1

Melhoria da infraestrutura para os discentes: acreditamos que o ambiente físico deve ser um facilitador da troca de ideias e do desenvolvimento intelectual. Por isso, propomos a criação de salas para discussão em grupo, que não se confundem com o espaço da biblioteca. Diferentemente do ambiente de silêncio exigido pela biblioteca, a proposta é destinar espaços específicos para que grupos de discentes de pós-graduação possam se reunir para debater temas de disciplinas, projetos de pesquisa ou questões acadêmicas transversais. Iniciativas já reconhecidas nesse sentido, como o **Grupo Pós Debate**, e outras análogas que venham a surgir, poderão assim contar com espaço físico adequado para seus trabalhos. A implementação de tal proposta será possível por meio do uso do **Palácio do Comércio**, que receberá reformas e equipamentos tecnológicos;

- 2 **Articulação com a Comissão de Pesquisa, para o estabelecimento de estratégias voltadas à consolidação da pesquisa institucional na FD,** o que só poderá ocorrer por meio do trabalho conjunto de docentes, discentes e pesquisadores, nos níveis de graduação, pós-graduação e pós-doutorado, em torno de temas relevantes e responsivos às demandas da sociedade contemporânea.
- 3 **Incentivo à consolidação da interdisciplinaridade no processo de formação:** propomos que a Comissão de Pós-Graduação da FD inclua, em sua oferta semestral, disciplinas de outras unidades da USP. Essa iniciativa visa ampliar o leque de ofertas e criar uma maior interdisciplinaridade, rompendo muros acadêmicos. Manteremos contato com unidades que contém áreas correlatas, como a FEA, para que o intercâmbio seja benéfico para ambas as instituições. No mesmo sentido, ampliaremos a possibilidade de oferecer disciplinas em conjunto com outras universidades nacionais e estrangeiras. A experiência de sucesso entre as áreas de Direito Financeiro da USP e a UFMG, que ministraram conjuntamente a disciplina de Federalismo Fiscal, será um modelo a ser replicado.
- 4 **Maior incentivo à interface com o ensino de graduação e as atividades de extensão,** a partir da consciência de que **(i)** o desenvolvimento de atividades de ensino faz parte do processo de formação, no âmbito do Programa de Pós-Graduação, dos futuros docentes/pesquisadores e **(ii)** as iniciativas de extroversão do que se produz no âmbito da FD em direção à comunidade e à sociedade devem compreender também a participação ativa da pós-graduação, que deve ser reconhecida (e receber os créditos) por isso.
- 5 **Aproximação com instituições do sistema de justiça para pesquisas de doutores ou pós-doutores:** instituições como o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal têm sido importantes contratantes de pesquisas sobre o sistema de justiça, as quais podem constituir oportunidades de carreira importantes para recém-egressos de nosso programa. Para tanto, propomos aproximação junto a essas instituições para buscar parcerias, explorando a possibilidade de programas de bolsas financiados por esses órgãos.
- 6 **Eficiência e transparência no uso da verba PROEX/Capes:** para garantir que os recursos sejam utilizados de forma estratégica, estabeleceremos um planejamento para o uso da verba PROEX/Capes, especialmente para mobilidade acadêmica, em alinhamento com as diretrizes a serem estabelecidas pela Faculdade. Propomos a elaboração de planejamento específico para tanto, em conjunto entre a Comissão de Pós-Graduação e os Departamentos, com obrigação de prestação de contas semestralmente à Diretoria, para garantir a transparência e a equidade na distribuição.
- 7 **Ações para a inclusão:** o programa de inclusão na pós-graduação será revisto e ampliado, almejando resultados positivos semelhantes aos alcançados na graduação. Será criada uma comissão específica para analisar

os resultados do projeto piloto de inclusão estabelecido em 2019, buscando garantir que a diversidade se reflita em todas as esferas da nossa instituição. Também buscaremos o incremento do número de bolsas de estudo e pesquisa, por meio de diversas vias além da CAPES e FAPESP (editais específicos junto ao Fundo de Endowment Sempre Sanfran, articulação por meio de grupos de pesquisa, com o auxílio ativo do **Escritório Institucional de Apoio ao Pesquisador** e parcerias para pesquisas em temas específicos junto a entidades parceiras).

8

Implementação de Programa de Mentoria por pós-graduandos para alunos de graduação, no âmbito do CEJUD, com a devida atribuição de créditos especiais, permitindo o desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico e socioemocional.

9

Processo de revisão normativa permanente, com o objetivo de modernizar nosso Programa, tendo em vista as necessidades atuais da área, tais como a ampliação dos idiomas nas provas de ingresso e a consideração do conteúdo das atividades correspondentes aos créditos atribuídos (por exemplo: revisão da exigência de publicação dos discentes em determinados periódicos e do modelo de aulas expositivas, sobretudo em nível de doutorado).

10

Contribuição ativa na discussão sobre a Pós-Graduação em Direito junto à CAPES: A crescente articulação alcançada em relação a outras instituições acadêmicas e às instâncias de regulação e controle dos Programas de Pós-Graduação, acrescida à credibilidade e ao caráter referencial de nosso Programa, permitem e incentivam nosso diálogo ativo com tais interlocutores, no sentido de refletir sobre a adoção de estratégias normativas e ações estratégicas para o incremento da profundidade da pesquisa e a qualidade da experiência formativa que a pós-graduação propicia, tendo em vista a visão do Direito em sua autonomia material e metodológica. Nesse contexto, a reflexão deve partir da reafirmação das características e demandas específicas que diferenciam a área do Direito em relação a outras áreas do conhecimento em nível de pós-graduação.

11

Reforço dos vínculos dos egressos com o Programa, por meio da criação de mecanismos de incentivo à participação de egressos em bancas examinadoras, preferencialmente para a avaliação de discentes vinculados a docentes que não tenham sido os orientadores dos avaliadores. Outra importante estratégia é a estruturação de mais eventos acadêmicos para que os egressos do Programa possam apresentar a continuidade e os desdobramentos de suas pesquisas ou mesmo a narração de seus percursos acadêmicos e /ou de suas pesquisas como forma de interação com os atuais alunos do Programa.

12

Ampliação da internacionalização: a inserção global e o diálogo com outras áreas do conhecimento são essenciais para a pesquisa de vanguarda. Isso vale para docentes e para discentes. Propomos expandir as parcerias

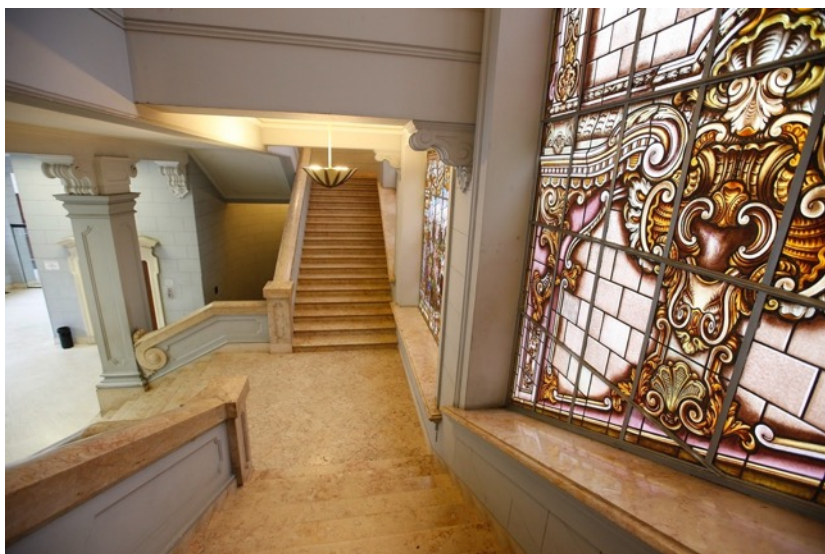
de mobilidade estudantil, inclusive para além da Europa e América do Norte, focando em países da América Latina e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, África, Ásia e Oceania. Estudaremos a criação de cursos de nivelamento em língua espanhola. Para custeio das iniciativas de internacionalização, buscaremos fontes variadas para financiamento de estadas no exterior.

No âmbito específico da internacionalização, para atingir os objetivos mencionados, pretendemos mapear as iniciativas existentes e em execução, congregando-as de modo orgânico com vistas a dotá-las de características que permitam o reconhecimento como macroprocessos, que vem sendo um conceito desenvolvido pela Coordenação de Área junto à CAPES como indicativo de um centro de excelência na pós-graduação em Direito.

Entende-se por macroprocesso um conjunto de iniciativas que integram projetos institucionais, interinstitucionais ou em rede com impacto internacional ou nacional por meio da articulação de iniciativas que até então eram vistas e gerenciadas de modo isolado e parcial, mas que podem ser conduzidas e avaliadas conjuntamente, de modo orgânico e perene, o que permite sua constante avaliação e sua readequação aos desafios postos pela realidade. São exemplos de macroprocessos, dentre muitos outros, o Grupo de Pesquisa sobre os BRICS, que congrega pesquisadores e universidades russas, chinesas, sul-africanas e indianas, o Observatório de Propriedade Intelectual em instalação no âmbito do PPGD mantido pela FD e que congrega universidades argentinas, colombianas e institutos alemães; a Rede de Direito Civil Contemporâneo que une Universidades portuguesas, italianas, espanholas, inglesas e brasileiras; o Grupo de Pesquisa sobre Circulação de pessoas e Globalização das fontes, que vem realizando seminários constantes no Brasil e na França há mais de 12 anos; e os fortes vínculos entre os PPGDs da USP e da UFMG na área tributária.

O reforço à estratégia de internacionalização do Programa será procedido também por meio do aumento dos **Doutorados com dupla titulação**, do incremento expressivo da oferta de **disciplinas em idiomas estrangeiros** e do incentivo à cooperação institucional com instituições estrangeiras parceiras para o oferecimento de disciplinas conjuntas e/ou com a presença de docentes estrangeiros.

Ressalta-se que a concretização das mencionadas ações estratégicas será potencializada a partir da ocupação do novo edifício da FD, que prevê novas instalações para a Comissão de Pós-graduação, para os docentes e alunos, que contarão com ambientes mais tecnológicos e integrados, inclusive com alcance internacional, favorecendo maior dinamismo e articulação nas atividades desenvolvidas, além de melhores condições de permanência, convivência e pesquisa. Referidas instalações também preveem espaço apropriado para a recepção e trabalho de docentes e pesquisadores estrangeiros.



5.3 Cultura e Extensão

5.3.1. A tradição franciscana das extensões

No chamado tripé universitário, a vertente extensionista responde pelas interações transformadoras entre sociedade e universidade. Essas interações operam em via de mão dupla: a sociedade é beneficiada ao receber da universidade programas, projetos, cursos, eventos, serviços, publicações e conhecimento, oferecidos com protagonismo discente e supervisão docente; a universidade, por sua vez, ganha com a formação social, a consciência cidadã e as habilidades interpessoais desenvolvidas em seus estudantes, que ademais têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em contextos reais, trazendo impacto e promovendo transformações relevantes na comunidade em que estão inseridos. Quando bem executada, a extensão universitária gera ganhos expressivos para todas as partes envolvidas, razão pela qual ela deve ser objeto de atenção redobrada no plano de gestão acadêmica da nossa Faculdade.

Na legislação brasileira, a importância da extensão como parte do tripé universitário remonta à década de 1960, quando se estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse amálgama foi consagrado na Constituição de 1988, servindo como princípio orientador de todas as atividades exercidas por instituições de ensino superior no exercício de sua autonomia. Atualmente, a regulação do ensino superior impõe a estudantes de qualquer curso universitário a realização de ao menos 10% da carga horária de seu curso por meio de atividades extensionistas. O curso de Direito da nossa FD possui carga horária extensionista de 390 horas, prevista em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), **superando** a exigência mínima de 10% da sua carga horária total (3.705 horas).

Se a existência de atividades de impacto social protagonizadas por estudantes tornou-se ubíqua em faculdades de todo o país por força de exigências legais da última década, a FD desenvolve atividades de forte impacto social protagonizadas por seus discentes muito antes de a extensão universitária se tornar um componente curricular obrigatório no Brasil. Com efeito, o diálogo com a sociedade civil em temas de alto interesse social é uma tradição que compõe a identidade de nossa instituição e permeia o ethos de nossas alunas e alunos.

O exemplo mais emblemático dessa vocação extensionista é o **Departamento Jurídico XI de Agosto**, fundado há mais de 110 anos, antes mesmo da organização oficial da assistência judiciária pelo Estado de São Paulo. Trata-se do maior e mais antigo serviço de assistência jurídica gratuita à população de baixa renda liderado por estudantes de Direito no Brasil. O “DJ”, como nós carinhosamente o chamamos, é um dos principais instrumentos de formação prática e cidadã oferecidos por nossa instituição, fato que lhe garantiu **menção honrosa no Prêmio “Melhores Práticas de Atividades de Extensão (AEX) de 2024”**, oferecido pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). Ao lado do Departamento Jurídico, a São Francisco abriga muitas extensões, oferecidas por todos os departamentos, conferindo aos estudantes incontáveis oportunidades em todas as áreas do conhecimento jurídico, e até mesmo além dele. Os grupos sociais beneficiados por nossas extensões são tão diversos quanto a variedade de nossas atividades: migrantes, refugiados e suas famílias; população em situação de rua; pessoas em situação de cárcere; estudantes de outras instituições, que participam de grupos de estudos e cursos abertos, além de se beneficiarem da maior feira de estágios jurídicos do Brasil; a população que vive e trabalha no Centro de São Paulo, que se beneficia de atividades culturais de toda sorte.



5.3.2. O que foi feito pela atual gestão:

Nos últimos três anos, a USP passou por uma **ampla reformulação** em sua política extensionista, visando a adequar-se às normativas vigentes quanto à obrigatoriedade de cumprimento de carga horária por seus estudantes. Esse processo demandou intenso trabalho não apenas das instâncias competentes da FD – Comissão de Cultura e Extensão, Conselhos Departamentais, Congregação, Diretoria – mas principalmente das professoras e professores responsáveis pela coordenação de disciplinas e atividades extensionistas, ante a necessidade de ajuste à nova sistemática do Sistema Apolo para **credenciamento e oferecimento das atividades extensionistas curricularizadas** (AEX).

Além de um aprendizado quanto às funcionalidades do novo sistema, a curricularização das extensões impôs um controle mais rígido quanto à observância dos princípios extensionistas em todas as nossas atividades, notadamente a identificação de um público-alvo específico, externo à universidade. Essa exigência estimulou grupos e atividades pré-existentes a aperfeiçoarem seus contatos com a sociedade e contribuiu para o aumento do impacto social da FD, que como já dissemos, é uma marca da identidade franciscana.

Além do aumento notável do número de atividades de extensão, nos últimos anos incentivamos a participação de equipes de estudantes em diversas competições nacionais e internacionais, com resultados muito exitosos.

Também na **área cultural** promovemos um expressivo aumento das atividades, com apresentações musicais, teatrais, espetáculos visuais e inúmeras exposições, sempre públicas e envolvendo ampla participação da sociedade. Nesse sentido, importante destacar que houve especial incentivo às práticas culturais organizadas e protagonizadas pelo próprio corpo discente, ocasionando um reflorescimento humanista na formação que a FD oferece. E essa marca cultural é fundamental para a comunidade acadêmica não apenas por favorecer o aprendizado de capacidades e ferramentas sociais, mas, sobretudo, porque permite a melhor e mais intensa convivência entre todas e todos - alunos, servidores técnico-administrativos e docentes -, com empatia, sensibilidade e diversidade, incentivando vínculos pessoais, laços de amizade e, assim, a própria saúde mental dos envolvidos nesse processo.



5.3.3. O que pretendemos fazer:

Propomos que a política extensionista da FD para a próxima gestão seja pautada em quatro pilares:

1

Aperfeiçoamento das Relações com Entidades Externas

O processo de curricularização das atividades de extensão revelou a vocação de grande parte de nossas iniciativas para o diálogo e a cooperação com entidades externas específicas, como órgãos governamentais e associações civis do terceiro setor. Essas interações têm se mostrado mutuamente benéficas: as organizações parceiras se beneficiam da inteligência, energia e vocação social de nossos alunos, enquanto estes enriquecem sua formação por meio do contato com conhecimentos específicos, experiências práticas e perspectivas sociais diversificadas trazidas por tais entidades.

Essa aproximação reforça uma vocação singular e relevante das atividades extensionistas da FD: a de **atuar como ponte entre a produção acadêmica e as demandas concretas da sociedade**. Por isso, entendemos que ela deve ser estimulada.

Para consolidar e expandir essa colaboração mutuamente benéfica, propomos apoiar e incentivar de forma sistemática a aproximação entre grupos de extensão e entidades externas, sejam elas do terceiro setor ou do setor público. Isso inclui criar condições para que tais parcerias sejam perenizadas e institucionalizadas, garantindo segurança jurídica, continuidade e visibilidade às ações conjuntas. Isso ajudará a potencializar o impacto social das nossas extensões e reforçar o papel da FD como agente benéfico à comunidade, em múltiplas frentes e temas.

2

Realização plena da dimensão cultural: a São Francisco como polo de cultura do Centro de São Paulo

A importância pedagógica das atividades de extensão, embora central, não deve ofuscar a relevância de sua vertente cultural — afinal, trata-se de “cultura e extensão”. A FD reúne características únicas que a tornam uma das unidades da USP mais vocacionadas a se consolidar como um polo irradiador de cultura para a cidade de São Paulo, especialmente para o Centro, região que vem enfrentando um processo de esvaziamento econômico e social acentuado após a pandemia de Covid-19. Essa vocação se manifesta em diferentes dimensões.

O primeiro refere-se ao nosso papel na história política do Brasil. O Largo de São Francisco é referência obrigatória para quem deseja conhecer os espaços que testemunharam a presença de figuras e acontecimentos centrais de nossa história. Ademais, é inegável o protagonismo da nossa Faculdade na história do direito brasileiro: ocupamos o território nacional há mais tempo dedicado, de forma contínua, ao estudo do direito, desde a criação do curso em 1827. Trata-se, portanto, do local mais vocacionado do país para abrigar qualquer projeto cultural e museológico sobre a história do direito brasileiro, do ensino jurídico nacional e da presença dos juristas na história política do Brasil.

Em segundo lugar, devemos reconhecer o valor artístico e arquitetônico das nossas instalações. Os prédios, salas, quadros, esculturas, mobiliário e adornos arquitetônicos da Faculdade constituem um acervo inestimável. Somos um verdadeiro museu aberto no Centro de São Paulo, ainda sub-explorado em todo o seu potencial. Essa riqueza cultural foi ampliada com a recente incorporação do Palácio do Comércio, outra joia da arquitetura e da história educacional paulistana. Não é difícil imaginar o quanto nossas atividades extensionistas podem e devem explorar esse potencial, desenvolvendo atividades que compartilhem e eduquem os participantes quanto a essa história cultural – o que serviria também para que nós, da comunidade franciscana, conheçamos toda a riqueza do território das Arcadas, com tudo que ele contém e representa.

Finalmente, destacamos ser necessário explorar toda a infraestrutura da qual a FD dispõe para eventos culturais. Entre o Salão Nobre, nossas salas e auditórios, dispomos de espaços físicos aptos a sediar eventos de pequeno, médio e grande porte, estando entre os raros locais do Centro de São Paulo já totalmente preparados para receber palestras, exposições, espetáculos e outras manifestações artísticas e culturais.

Assim, devemos seguir revigorando a FD como **espaço de difusão cultural** da região central de São Paulo (**inclusive nos finais de semana**), por meio de ações de interesse literário, musical e estético em geral, em colaboração com as entidades estudantis e apoiadores da comunidade franciscana, integrando-a de forma definitiva à rota cultural da cidade de São Paulo e fortalecendo seu papel como guardião e difusora de conhecimento, memória e arte. Esse será um dos legados que a São Francisco, que além de casa do Direito e da Justiça é também um centro cultural e um museu, deixará à sociedade paulista por ocasião da comemoração de seu bicentenário.

3

Reconhecimento da importância da comunicação para as atividades de extensão

A comunicação, tanto interna quanto externa, é elemento fundamental para ampliar o alcance e a efetividade das atividades de extensão da FD. Embora tenha havido avanços significativos na infraestrutura de nossa comunicação institucional nos últimos anos, persistem desafios que demandam atenção específica no que diz respeito às atividades extensionistas.

Comunicação interna: atualmente, a forma descentralizada e informal de divulgação das oportunidades de participação nas atividades de extensão acarreta dificuldades para os nossos estudantes. Muitas alunas e alunos, especialmente os recém-ingressantes, relatam não ter acesso fácil e centralizado às informações sobre quais extensões estão ativas, seus prazos de inscrição, processos seletivos e requisitos. Essa lacuna decorre, em parte, da descentralização da comunicação: cada grupo de extensão realiza sua própria divulgação, predominantemente por meio de redes sociais não oficiais, o que favorece as iniciativas mais consolidadas e conhecidas e, inversamente, dificulta a visibilidade das extensões mais recentes, que surgem em número expressivo a cada período letivo e agregam diversidade e riqueza de opções a nosso cardápio extensionista. Para superar esse cenário, é necessário implementar mecanismos institucionais de

divulgação integrada das extensões da FD, que garantam a todos os estudantes acesso rápido, claro e unificado às informações relevantes, de modo a fomentar a participação ampla e diversificada, o que beneficiará tanto os alunos, quanto as atividades.

Comunicação externa: nos últimos anos, a comunicação social da Faculdade passou por um processo de profissionalização que elevou significativamente a qualidade e a consistência de sua presença pública. Entretanto, as atividades de extensão, apesar de seu impacto social expressivo, ainda não dispõem de canais regulares e eficazes para a divulgação de seus resultados à sociedade. Considerando que as ações de extensão beneficiam diretamente um público externo numeroso e diversificado, cumprindo a importante função legitimadora de mostrar para a sociedade uma parte dos retornos que ela obtém pelos recursos públicos investidos na universidade, é fundamental que a comunidade conheça o trabalho desenvolvido por nossos alunos e compreenda sua relevância social. Para tanto, propõe-se o fortalecimento de canais institucionais de comunicação dedicados à extensão, com a produção e difusão periódica de conteúdos que apresentem os resultados obtidos por nossas atividades, ampliando o reconhecimento público do papel social desempenhado pela FD.

4

Reflexão sobre um novo modelo para as atividades acadêmicas complementares

As atividades acadêmicas complementares (AACs) constituem um tema diretamente relacionado à extensão universitária, embora não se confundam com ela. Trata-se de atividades extracurriculares que ampliam e enriquecem a formação discente, ultrapassando os limites do currículo formal. As AACs podem vincular-se ao ensino, à pesquisa ou à extensão, e têm como objetivo ampliar a experiência acadêmica de alunas e alunos, contribuindo para uma formação mais ampla e integrada à sociedade, já que, via de regra, deveriam materializar-se em atividades externas à FD.

Além de sua função formativa, as AACs são componentes curriculares obrigatórios, o que impõe que recebam a atenção devida na gestão acadêmica. Originalmente concebidas para permitir o reconhecimento, como carga horária aproveitável à conclusão do curso, de atividades como cursos, palestras, participação em eventos e atividades similares, elas possuem caráter descentralizado, possibilitando que os estudantes construam trajetórias acadêmicas parcialmente personalizadas.

Essa descentralização, entretanto, apresenta desafios de gestão, especialmente em um curso com milhares de alunos e número reduzido de funcionários, como é o caso da FD. A avaliação e contabilização de milhares de certificados e documentos comprobatórios a cada semestre, provindos de entidades totalmente distintas, demanda grande esforço dos setores administrativos, criando gargalos e reduzindo a agilidade e a previsibilidade no reconhecimento dessas atividades, com grande prejuízo potencial aos estudantes.

É necessário, portanto, reavaliar o modelo de gestão das AACs, a fim de destravar seu potencial e otimizar sua operacionalização. Uma solução possível seria a implementação de um sistema de credenciamento prévio de

instituições e organizações externas à FD, tais como outras unidades da USP, instituições de ensino superior, órgãos públicos e entidades privadas com reconhecida atuação na promoção do conhecimento jurídico. Esse credenciamento traria maior segurança e previsibilidade aos discentes, que poderiam planejar e realizar uma gama variada de AACs com a certeza de seu aproveitamento acadêmico. Ao mesmo tempo, permitiria aos setores administrativos contabilizar de forma mais ágil e eficiente a carga horária respectiva, fortalecendo o papel das AACs como instrumento de formação acadêmica qualificada.

5 Reedição anual dos “Cursos de Verão” e incentivo aos docentes e pesquisadores para a organização de novos cursos de especialização e formação, com aproveitamento dos recursos obtidos na melhoria das atividades acadêmicas da FD.

6 Promoção de maior articulação, por meio do CEJUD, das atividades de extensão desenvolvidas com o ensino de graduação e as pesquisas em andamento na FD.

7 Aumento do incentivo para participação de alunos em competições nacionais e internacionais, por meio da melhoria nos recursos tecnológicos/físicos para sua preparação/treinamento e do financiamento do processo de participação.

8 Incentivo à celebração de cada vez mais acordos de cooperação com instituições e órgãos públicos, em especial daqueles diretamente relacionados ao sistema de justiça, para a realização de seminários, debates e projetos de colaboração técnica em temas relevantes (a exemplo do acordo em fase de implementação entre a FD e o Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de realização de seminários sobre a influência da Inteligência Artificial nos julgamentos e sobre o instituto do *Amicus Curiae*)

9 Promoção de concursos literários e artísticos: promoção de festivais e concursos de textos (crônicas, contos, poemas etc.), de música e de artes visuais (pinturas, fotografias, desenhos), com escopo temático compatível à FD e envolvendo toda a comunidade (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos), tais como:

- **Literatura nas Arcadas:** realização de lançamentos de livros de literatura (não jurídicos), com debates com autoras e autores em espaços cedidos pela FD, com acesso aberto ao público e sessão de autógrafos;
- **FEMA - Festival Musical das Arcadas:** apoio à reedição do tradicional festival musical da FD, com apresentações musicais de atuais e antigas alunas e alunos, docentes, funcionárias e funcionários;
- **Semana Luiz Gama de Cultura:** organização, juntamente com o Quilombo Oxê e outras entidades estudantis, de uma semana

cultural dedicada a produções artísticas e culturais relacionadas à promoção dos direitos humanos, ao combate às desigualdades e ao enfrentamento da discriminação.





5.4 Pesquisa e Inovação

A pesquisa e a inovação constituem pilares essenciais da Faculdade de Direito, desdobrando-se nos níveis de graduação, pós-graduação, pós-doutorado e no corpo docente, nos âmbitos individual e coletivo (grupos de pesquisa).

No âmbito de seu Projeto Pedagógico, e por meio da articulação entre as Comissões de Pesquisa, Pós-Graduação, Graduação e Cultura e Extensão, houve a completa reestruturação das linhas e projetos de pesquisa, com o reconhecimento de novas áreas e o incentivo à investigação institucional, interdisciplinar e internacional, além do fortalecimento de áreas já tradicionais e reconhecidas. Como resultado desse processo, houve o incremento de pesquisas mais responsivas e sensíveis às demandas da sociedade contemporânea.

Da mesma forma, temos firmado convênios com instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de produzir conhecimento relevante para a aplicação concreta do Direito e a promoção da justiça social em distintas áreas/temas. Trata-se de projetos estratégicos de pesquisa desenvolvidos na Faculdade, muitos deles caracterizados pela interdisciplinaridade, articulação em rede e internacionalização, com relevante impacto na realidade social;

Diante de nossa missão e objetivos estratégicos, expõe-se a seguir o que já foi feito e o quais são as propostas para os próximos anos:

5.4.1. Principais medidas adotadas na atual gestão

Estruturação de um escritório institucional de apoio ao pesquisador (EIAP) na FD, nos moldes preconizados pela FAPESP

Ao longo da atual gestão, cumprindo proposta levada pela presidência da CPqI à Congregação, houve o treinamento de funcionário lotado na Diretoria (Fernando Vargas) junto à FAPESP, mas com atenção também para outras agências de fomento, de modo a estar preparado para dar suporte para os docentes e pesquisadores da Faculdade no tocante à gestão de projetos de pesquisa que busquem financiamento de agências externas.

Revisão das normas internas sobre pós-doutoramento, grupo de pesquisa e iniciação científica

A CPqI já concluiu a discussão sobre um novo regulamento para o pós-doutoramento. A adoção de mecanismos como a análise de candidaturas sem identificação quando do ingresso de pós-doutorandos e a obrigatoriedade de participação em eventos de pesquisa promovidos pela Universidade são exemplos de medidas que têm contribuído sobremaneira para a qualidade e a eficiência do programa.

Da mesma forma, os regramentos acerca de grupos de pesquisa e iniciação científica passam por atualizações mediante profundos debates entre os membros da CPqI.

Organização de eventos científicos dos programas, com vistas a fortalecer o ambiente de pesquisa

O Simpósio de Iniciação Científica passou por relevante reformulação, integrando pós-doutorandos na qualidade de avaliadores e, em linha com o Projeto Político Pedagógico da FD, promovendo a interdisciplinaridade. Nesse sentido, as mesas de apresentação e debate das pesquisas foram organizadas de forma interdisciplinar e com a promoção do encontro entre alunos de graduação, no início do percurso de pesquisa, e pós-doutorandos que puderam contribuir ativamente com a formação dos estudantes e concomitantemente com eles aprender.

Em 2025, realizou-se o primeiro Congresso do Programa de Pós-Doutorado da FDUSP. Igualmente sob a perspectiva interdisciplinar, pós-doutorandos puderam expor e discutir suas pesquisas com colegas e docentes. A iniciativa inédita foi extremamente bem avaliada pelos participantes, que usufruíram de rica oportunidade de diálogo com a comunidade acadêmica.

Em parceria com a CPG, lançamento do selo editorial para publicação aberta da produção de livros, como resultado de pesquisa produzida na FD

A Diretoria editou a Portaria GDI 03/2023, instituindo a “Comissão de Implantação da coleção da Faculdade de Direito no Portal de Livros Abertos da USP”, presidida pela Vice-Diretora, visando à seleção de teses de láurea, relatórios de iniciação científica, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pós-doutorado e obras escritas ou organizadas por docentes da Faculdade, para publicação no formato de livro digital no Portal de Livros Abertos da USP. Trata-se de ferramenta de democratização do conhecimento produzido na FD, em âmbito de graduação, pós-graduação e pesquisa, utilizando-se plataforma de acesso gratuito disponibilizada pela Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da Universidade de São Paulo.

Atualmente as propostas de publicação de discentes e docentes são recebidas e avaliadas em fluxo contínuo.

Desde 2023, **já foram publicados 13 livros**, conforme quadro a seguir.

Ano	Obra	Vínculo
2023	Contemporary socio-legal studies: empirical and global perspectives → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/995	Docente co-coordenador
2024	O direito da sociedade digital: tecnologia, inovação jurídica e aprendizagem regulatória → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1314	Docente autor
2024	Justiça preventiva: um novo paradigma para a redução da litigiosidade e da judicialização → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1306	Tese em dupla titulação FDUL-FDUSP. Origem externa
2024	Sociologia & história do constitucionalismo brasileiro → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1384	Docente co-coordenador
2024	Formação do pensamento jurídico brasileiro: uma viagem pela Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1411	Docente co-coordenador
2024	Armas, votos e razões: um estudo de caso sobre o Estatuto do Desarmamento à luz da teoria e sociologia da legislação → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1420	Tese de Láurea
2024	Sociologia do Direito Digital: inteligência jurídica na era da inteligência artificial → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1485	Docente coordenador
2024	O Estado de Coisas Inconstitucional e as decisões da Corte Constitucional da Colômbia e do Supremo Tribunal Federal → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1498	Tese de Láurea
2025	A luta pelo clima no Comitê do Patrimônio Mundial: um estudo de caso → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1622	Tese de Láurea
2025	The fight for climate at the World Heritage Committee: a case study → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1623	Tese de láurea
2025	Sobre o ilícito do Estado: juntamente com uma contribuição sobre a questão da capacidade delitiva das pessoas jurídicas e para a doutrina do ato estatal eivado de falha → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1589	Tradução de pós-doutorando

2025	Autodeterminação informativa e sociedade de controle: um estudo sobre as relações entre liberdade e poder na era da informação → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1509	Tese de doutorado
2025	Nem dogmática, nem utopia: imaginação institucional e experimentalismo democrático → livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1582	Docente organizador

5.4.2. Propostas para a continuidade dos avanços em pesquisa e inovação:

1

Contínuo aprimoramento do Escritório Institucional de Apoio ao Pesquisador (EIAP) na Faculdade, nos moldes preconizados pela FAPESP

Dando-se sequência às medidas de aprimoramento do escritório já em curso, pretendemos agora consolidar o EIAP, de maneira que, entre outras ações:

- estará permanentemente atento a oportunidades (editais, chamadas ou mesmo informações sobre linhas de fomento permanentemente abertas) para levar ao conhecimento da comunidade acadêmica;
- auxiliará os pesquisadores a formularem os projetos, conforme exigências formais das agências de fomento;
- auxiliará os pesquisadores na gestão administrativa dos projetos durante sua execução;
- auxiliará os pesquisadores na prestação de contas dos projetos.

Alternativamente, considerando a sistemática já adotada pelas agências federais e, mais recentemente, pela FAPESP, os pesquisadores da Faculdade poderão – e a Diretoria agirá para viabilizar essa opção – contar com fundações de apoio, como a FUSP e a própria Fundação Arcadas, para atuarem como EIAP..

2

Constante aprimoramento das normas internas da Faculdade sobre atividades afeitas à CPqI, com vistas a fortalecer o ambiente de pesquisa, e ampliação das medidas de integração das atividades de pesquisa ao cotidiano da Unidade e aos demais pilares da Universidade

Após a conclusão das revisões das normas internas da Faculdade sobre as atividades sob responsabilidade da CPqI e sabendo-se da relevância de sua constante atualização, importa implementar as medidas nelas previstas com o objetivo de integrar as atividades de pesquisa ao cotidiano da Unidade e aos demais pilares da Universidade.

Nesse contexto, os Simpósios de Iniciação Científica e o Congresso do Programa de Pós-Doutorado, que agora acontecem anualmente, seguirão se beneficiando de aprimoramentos, com vistas a integrar as atividades de pesquisa ao cotidiano da Unidade e aos demais pilares da Universidade. Da mesma forma, será organizado o primeiro encontro dos grupos de pesquisa

da FD, convidando-se pós-doutorandos e pesquisadores com iniciações científicas em curso, além de toda a comunidade acadêmica.

As iniciativas buscam consolidar uma agenda de eventos científicos de destacada qualidade, ampliando a visibilidade das pesquisas realizadas na Faculdade e potenciais colaborações entre docentes, discentes e pós-doutorandos.

Em paralelo, serão ampliados os esforços de organização e divulgação de informações sobre as oportunidades de bolsas oferecidas pela Universidade para as atividades de pesquisa (a exemplo dos Editais PIBIC e PUB), com vistas a ampliar o número de solicitações por docentes e discentes da FD.

3

Continuidade e avanço do selo editorial para publicação aberta da produção de livros, como resultado de pesquisa produzida na FD, com proposta de séries próprias da Faculdade;

4

Em parceria com a CPG, estruturar escritório de apoio a publicações de artigos em revistas qualificadas

Em essência, trata-se de oferecer a possibilidade de que todo docente credenciado no PPGD ou que seja responsável por ação credenciada junto à CPqI receba auxílio do escritório de apoio para o encaminhamento de artigos científicos (possivelmente em coautoria com outros integrantes docentes ou discentes do PPGD) para publicação em revista altamente qualificada segundo critérios nacionais ou internacionais.

A FD ofereceria estrutura administrativa especializada em dar formatação e atender a outros requisitos formais das revistas, a qual seria encarregada de controlar o recebimento do artigo e de tomar as providências para seu encaminhamento para publicação - portanto, pressupõe-se, de modo análogo a o que ocorre no EIAP, que haja servidor(es) treinado(s) para saber indicar as revistas e para saber quais suas exigências, bem como que haja meios (p. ex.: PROEX) para providenciarem-se traduções, se necessário.

Isso significa que a Faculdade estaria equipada para dar andamento à publicação, contribuindo para ampliar o alcance das produções que resultem de pesquisas realizadas na Unidade, bem como a diminuir a carga de trabalho burocrático dos docentes.

5

Criação de aparato institucional de pesquisa em centros multidisciplinares internacionais, com metas e objetivos definidos e com financiamento de médio a longo prazo

Em linha com as ações da Universidade voltadas à promoção da internacionalização da pesquisa *in house* na Universidade, que gerou acordos com o CNRS, o Instituto Pasteur, entre outros, pretendemos que a Faculdade também se insira em iniciativas similares. Para tanto, pretendemos instituir aparato institucional que facilite a criação de centros de pesquisa internacionais na Unidade.

Os "Centros de Pesquisa Multidisciplinar da Faculdade de Direito - CEPEM-FD", organizados sob a liderança de ao menos um docente da Faculdade e

um representante de parceiro internacional, seria dotado de equipe de pesquisa formada por pesquisadores em diferentes níveis do percurso acadêmico (iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado) com vistas ao desenvolvimento de pesquisas multidisciplinares.

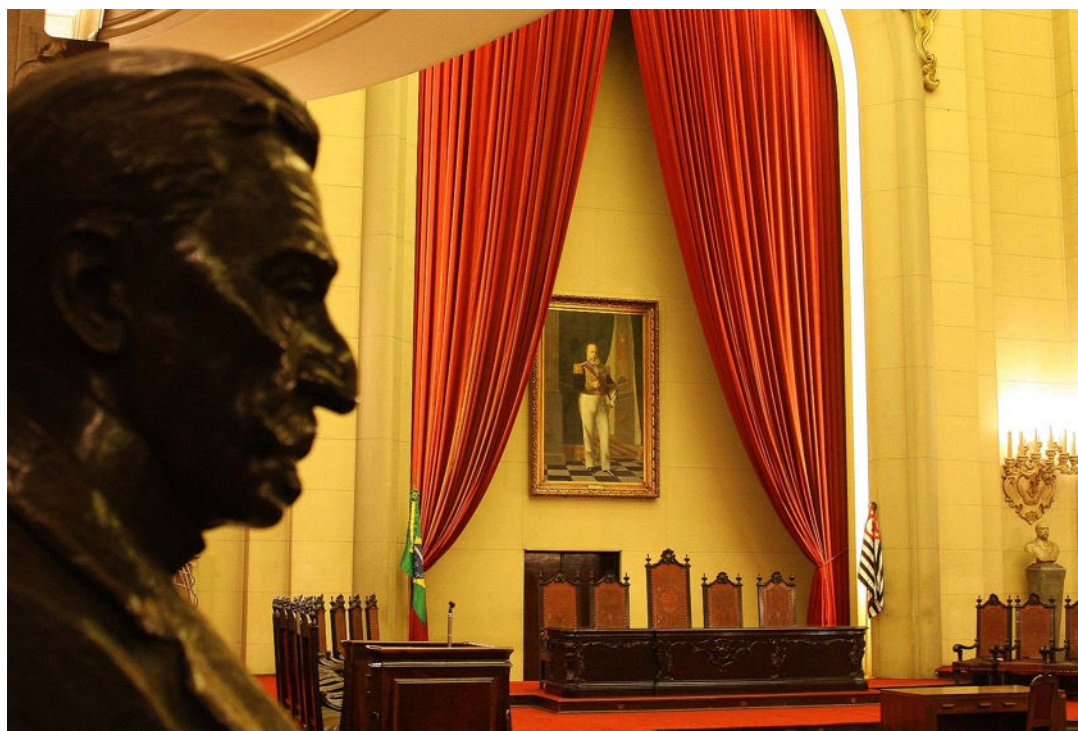
A ação beneficiaria o fortalecimento da cultura de pesquisa na FD, inserindo-a no mapa das instituições de pesquisa internacionalmente conhecidas e contribuindo para o aprimoramento e visibilidade das práticas na Unidade.

Nessa linha, um interessante exemplo de iniciativa local é a recente aproximação, acolhida pela Diretoria e o CCInN, entre o Max Planck Institut e alguns docentes para o desenvolvimento de futuro centro de pesquisa na Faculdade.

6 Instalação (com verba USP ou doações) de sala destinada primordialmente a atividades de pesquisa empírica

As pesquisas empíricas têm ganhado bastante relevância na FD. Não raro, o bom desempenho de pesquisas empíricas demanda estrutura física complexa, como é o caso, por exemplo, de pesquisas realizadas mediante entrevistas, história oral e grupos focais.

Com a recente conquista de mais espaço, por meio da incorporação do Palácio do Comércio ao patrimônio da Faculdade, criaremos ambiente especificamente reformado com essa finalidade, permitindo, assim, a ampliação da utilização dos métodos empíricos, garantindo-se adequada qualidade nessa modalidade de pesquisa.



5.5 Tecnologia e Inteligência Artificial.

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco sempre foi protagonista nos grandes debates nacionais. Hoje, uma nova revolução — a da Inteligência Artificial (IA) — transforma a sociedade, a economia e o próprio Direito em uma velocidade sem precedentes. Nossa gestão não se contentará em apenas reagir a essa transformação; **vamos liderá-la**. Este programa detalha nossa visão para posicionar a FD como um **centro de excelência global no estudo, na aplicação e na governança ética da Inteligência Artificial**, preparando nossas alunas e alunos para o Direito da nova era digital.

Inteligência Artificial na Sociedade Atual

A última década tem testemunhado uma aceleração sem precedentes nas discussões sobre inteligência artificial (IA) e seus limites éticos, com seus impactos se tornando cada vez mais acentuados. A IA, uma tecnologia criada desde os anos 1950, encontrou no cenário atual o espaço ideal para a sua evolução, impulsionada pela digitalização do mundo. Hoje, ela se apresenta capaz de realizar tarefas antes restritas à inteligência humana, propiciando grande impacto na produção de bens e serviços e, com isso, a melhora da nossa vida em sociedade.

A revolução da IA alterou profundamente o mercado de trabalho, gerando a necessidade de profissionais que, além de dominar a técnica jurídica, sejam igualmente capazes de manejar as novas tecnologias. Há uma crescente demanda por profissionais que saibam gerenciar processos, integrar efetivamente a tecnologia em sua atuação e, ao mesmo tempo, agir com ética, implementando projetos complexos que envolvem diversos atores sociais.

Estimativas apontam que, com as novas ferramentas de IA:

300 milhões

de empregos poderão
ser atingidos

44%

dos trabalhos na área jurídica serão
automatizados nos próximos anos

Áreas de inovação, como **proteção e análise de dados, marketing, legal design, gestão de inovação, programação e legal operations**, entre outros serviços específicos para tecnologia jurídica, têm obtido cada vez mais destaque e relevância.

No Direito, a IA tem sido aplicada na automação de documentos (petições, contratos), análise computadorizada de riscos, predição de resultados de demandas judiciais e verificação da admissibilidade de recursos, além de facilitar a pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Escritórios, empresas e órgãos públicos já trabalham com essas aplicações, as quais alteram a forma como as atividades jurídicas são desempenhadas. Há estudos indicando que entre 30% e 50% do tempo dos advogados juniores poderá ser poupado com o uso de soluções tecnológicas.

Um número crescente de escritórios brasileiros, que inclui todas as grandes bancas e os principais escritórios boutique, usam soluções de IA na gestão e acompanhamento e de processos, nas pesquisas de jurisprudência e teses, na elaboração de modelos. Cresce também o seu uso para proteção de dados, legal design e visual law. No Poder Público, o investimento em informática é cada vez maior. Um sistema de IA usado pelo Supremo Tribunal Federal, chamado VICTOR, reduziu o tempo de triagem de recursos, no tribunal para apenas 5 segundos. Em Minas Gerais, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Tribunal de Justiça daquele Estado anunciou ter julgado 280 processos em menos de um segundo com uso de uma plataforma digital.

No campo do ensino jurídico, as **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)** já foram atualizadas para incluir a tecnologia como conteúdo curricular sugerido e como competência a ser desenvolvida, exigindo que o graduando tenha domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

5.5.1. Os desafios da IA para a sociedade e o ensino do Direito: o que temos feito

Apesar dos benefícios, o uso da IA também tem gerado resultados danosos a indivíduos e à sociedade, consequência de vieses discriminatórios nas soluções empregadas por sistemas algorítmicos. Arrisca-se a reprodução de discriminações sistemáticas e a violação de direitos fundamentais, em uma escala e complexidade inéditas. Há casos em que sistemas de recrutamento penalizaram candidatas mulheres devido a vieses no treinamento com dados históricos e de usos desastrosos de algoritmos para amplificação de preconceitos humanos existentes no sistema de ensino.

Essas e outras inúmeras experiências recentes e ainda vivenciadas demonstram que ferramentas computacionais cometem erros cujas consequências são nocivas para a humanidade. Entre as razões para essas mazelas, estão vieses e discriminações em bases de dados; opacidade dos sistemas; falhas nos modelos de autorregulação; hiatos entre programadores e usuários; vulnerabilidades humanas; e limitações técnicas variadas.

Os desafios para o ensino não são menores. Em nossa comunidade, a IA levanta questionamentos urgentes sobre a reorientação de objetivos e métodos pedagógicos. O modelo tradicional, centrado no professor e na memorização, mostra-se insuficiente para preparar os discentes em relação à realidade profissional de hoje.

É crucial que, na atualidade, os alunos consigam não só dominar certa área do conhecimento humano, como igualmente avaliar fontes, analisar contextos e desenvolver soluções interdisciplinares, com a aplicação inteligente das novas tecnologias no seu respectivo campo de atuação.



Os principais desafios da IA nas carreiras e no ensino jurídico incluem:

PRODUTIVIDADE E REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O uso de IA para automatizar tarefas repetitivas (revisão de documentos, identificação de provas, análise de contratos, due diligence) pode levar a reduções significativas no tempo de trabalho dos operadores do Direito. Consequentemente, haverá cada vez menos a necessidade de contratação de grande quantidade de profissionais, pois aquele que possuir aptidão técnica para uso qualificado da IA conseguirá produzir o equivalente ao que hoje é gerado por vários bacharéis que não possuem a mesma expertise.

NOVAS FUNÇÕES E HABILIDADES

A automação está substituindo atividades usualmente atribuídas a profissionais no início de suas carreiras. Ao mesmo tempo, surgem funções que exigem o domínio de ferramentas tecnológicas. Como resultado, profissionais de outras áreas têm assumido posições de crescente relevância em escritórios e repartições jurídicas de empresas e órgãos públicos.

LETRAMENTO DIGITAL

Muitos operadores do Direito não têm familiaridade com as novas soluções tecnológicas e desconhecimento sobre o que as ferramentas podem oferecer.

QUESTÕES ÉTICAS E DE RESPONSABILIDADE

O uso de IA levanta questões de responsabilização por danos, a opacidade dos sistemas e a necessidade de governança e uso éticos.

INOVAÇÃO COMO FATOR DE SOBREVIVÊNCIA

Com a automação de tarefas mais objetivas, o conhecimento mais especializado e a inovação se tornam elementos essenciais para a manutenção da relevância dos profissionais na sociedade atual. Por isso, o ensino tradicional, ainda muito refém do dogmatismo, não é mais suficiente para preparar os alunos para enfrentar os problemas jurídicos contemporâneos.

Diante de tais preocupações, a atual gestão procedeu a:

- Estudo sobre a Adaptação do Novo Prédio da FD (Palácio do Comércio) às Demandas Tecnológicas e Pedagógicas da Era da Inteligência Artificial (relatório disponível para consulta);
- Acordo de cooperação com a *Lawgorithm - Associação de Pesquisa em Inteligência Artificial e Direito* ([Acesse o Acordo](#)); e
- Estabelecimento de parceria com o Instituto de Matemática e Estatística da USP (IME), para de oferecimento de curso no âmbito da graduação, abrangendo, inicialmente, a introdução à programação para juristas e a jurimetria.

5.5.2. IA na FDUSP: Propostas para a Sanfran do Presente e do Futuro

Nosso objetivo é implementar um conjunto de iniciativas para assegurar que a FD esteja na vanguarda da integração da IA, preparando os alunos e alunas para o mundo jurídico do presente e do futuro e contribuindo ativamente para o desenvolvimento humano e social em meio à era digital.

No âmbito do CEJUD ([v. item 5.1.](#)), cuja atuação girará em torno de temas ligados à tecnologia, inovação e Direito, pautas relacionadas à IA naturalmente terão destaque. Seguiremos o modelo adotado com sucesso nas principais faculdades de Direito internacionais, as quais têm criado **Centros de Direito e Tecnologia com padrão comum: desenho interdisciplinar, produção científica com impacto e oferta contínua de ensino e eventos.**

A partir desse quadro, podemos extrair as seguintes **lições para desenvolver o CEJUD:**

- Buscar **interdisciplinaridade e cooperação** com outras unidades (Poli, IME, Biologia, Medicina; FEA, além de unidades do campus de São Carlos);
- Desenvolver **agenda de pesquisa aplicada** que possa trazer impacto em políticas públicas em parceria com institutos e *think tanks* independentes, estruturadas em linhas sobre IA, dados, concorrência, uso da tecnologia pelo poder público, impactos da tecnologia sobre o mundo do trabalho, direitos autorais, entre outras;
- Construir **pontes com inovação**, através da criação de *labs* e desafios em *legal informatics* e *computational law*, em diálogo com o ecossistema empreendedor de outras unidades da USP;
- Promover a **formação continuada de discentes e de docentes**, com apoio na internacionalização
- Ofertar **atividades de extensão**, simpósios e conferências com parceiros nacionais e estrangeiros;
- Almejar **escala e sustentabilidade**, com metas de composição de equipe técnico-científica e financiamento plurianual, mirando massa crítica e com captação por projetos competitivos junto a financiadores reconhecidos de pesquisa e inovação;

Com base nessas lições extraídas da experiência internacional, propomos que, no tema da IA, o CEJUD atue em três frentes estratégicas, de forma interdisciplinar e articulada com outras unidades da Universidade de São Paulo e parceiros externos:

1

Letramento Tecnológico: O objetivo desta frente é capacitar a comunidade acadêmica para compreender, avaliar e utilizar de forma crítica e criativa ferramentas tecnológicas aplicadas ao ensino, à pesquisa e à prática jurídica, por meio de iniciativas como:

- Programas de capacitação contínua em uso de ferramentas de IA generativa, análise de dados jurídicos, automação de tarefas e gestão digital de processos.
- Oficinas e laboratórios práticos sobre uso ético e responsável de IA no contexto jurídico, com estudos de caso nacionais e internacionais.
- Cursos rápidos de atualização tecnológica voltados para docentes, permitindo integração de tecnologias de apoio ao ensino e pesquisa.
- Plataforma online interna com recursos didáticos, tutoriais e guias de boas práticas no uso de IA e outras tecnologias aplicadas ao Direito.
- Ciclos de palestras e debates sobre tendências tecnológicas, convidando especialistas de diversas áreas.

2

Ensino e Formação Acadêmica em Direito e Tecnologia: Esta frente tem por objetivo integrar de forma estruturada o estudo de tecnologia e inovação nos currículos de graduação e pós-graduação. Suas iniciativas incluem:

- Criação de disciplinas obrigatórias e optativas sobre Direito e Inteligência Artificial, Direito Digital, Regulação de Tecnologias e Inovação no Setor Público.
- Programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* especializados em Direito e Tecnologia, com enfoque em IA, regulação e inovação.
- Cursos interdisciplinares em parceria com outras Unidades da USP, abordando desde fundamentos técnicos até aspectos jurídicos e éticos.
- Clínicas jurídicas tecnológicas (*Legal Tech Clinics*) para aplicação prática de soluções inovadoras a casos reais.
- *Bootcamps* e *hackathons* jurídicos para estimular o desenvolvimento de soluções aplicadas a problemas do sistema de justiça e da sociedade.
- Treinamento de equipes para *Moot Courts*: competições temáticas voltadas para Direito e Tecnologia.

3

Pesquisa Avançada em Direito, Tecnologia e Sociedade: Esta frente objetiva produzir conhecimento de ponta e desenvolver soluções tecnológicas que atendam a demandas jurídicas e sociais, contribuindo para o debate e a formulação de políticas públicas. As iniciativas a serem estudadas são as seguintes:

- Estudos junto a startups e empresas de tecnologia para pesquisa de apoio a desenvolvimento de ferramentas de IA aplicadas ao Direito, incluindo sistemas de apoio à decisão, análise de jurisprudência e detecção de inconsistências normativas.
- Estudos interdisciplinares sobre impactos da IA no mundo jurídico, no mercado de trabalho, na governança pública e na economia digital.
- Pesquisas sobre regulação, ética e governança da IA, em diálogo com padrões internacionais e experiências comparadas.
- Laboratórios temáticos voltados para áreas como proteção de dados, cibersegurança, contratos inteligentes e resolução online de disputas.
- Projetos de pesquisa conjunta com a Escola Politécnica, o Instituto de Matemática e Estatística, a Faculdade de Economia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além de outros centros de pesquisa e universidades internacionais.

4

Para o desenvolvimento dessas três linhas estratégicas, buscaremos equipar o CEJUD com tecnologia de ponta, incluindo:

- Laboratórios de IA aplicada ao Direito, com estações de trabalho de alta performance, servidores dedicados e softwares especializados;
- Espaços de inovação, com recursos audiovisuais e ambientes virtuais imersivos para simulações jurídicas;
- Salas de treinamento híbrido, preparadas para ensino presencial e remoto com equipamentos de gravação, transmissão e interação online;
- Acesso a bases de dados jurídicas, técnicas e científicas com obras de referência em Direito e Tecnologia;
- Servidores seguros para armazenamento e processamento de dados sensíveis usados em pesquisa aplicada.

Este programa representa o nosso compromisso com a excelência e a inovação na FD, visando a preparar uma nova geração de juristas que não só compreenda, mas molde o futuro do Direito na era da Inteligência Artificial.

5.6 Internacionalização

5.6.1. Internacionalização institucional e atribuições da CCInt/FD

A internacionalização institucional da Faculdade de Direito é um processo potente e já em curso, mas precisa ser aprofundado e acelerado. O fato de sermos um dos poucos países da América do Sul que não tem nem o espanhol, nem o inglês como línguas oficiais retardou a internacionalização de nosso ensino jurídico. Desse modo, enquanto o Brasil ofereceu Programa de Pós-Graduação que permitiu a formação de Doutores em Direito, diversos países vizinhos recorriam a programas de pós-graduação europeus ou americanos para titular seus docentes. Isso, se por um lado gerou algum tipo de autonomização em relação aos principais centros de cultura jurídica do Norte-Atlântico, por outro lado, desacelerou o intercâmbio com estes centros. Este fenômeno é notável quando se compara, por exemplo, o desenvolvimento da cultura jurídico filosófica argentina em comparação com a brasileira.⁶

Num mundo cada vez mais integrado e internacionalizado, a despeito das recentes ondas políticas críticas à globalização, é fundamental intensificar o contacto acadêmico na forma de ensino e pesquisa com outros centros de produção jurídica de excelência.

Para tanto, é fundamental não apenas estabelecer novos convênios estratégicos com instituições e regiões do globo na qual eles ainda são escassos, como também criar condições efetivas para que não se produzam apenas “convênios de papel”, que não se concretizam ou geram impacto muito modesto.

O aprofundamento do processo de internacionalização, portanto, é um imperativo e objetivo fundamental a ser perseguido pela nova gestão. É importante, contudo, bem compreender como ela pode ser efetivada.

Em primeiro lugar, devemos buscar a internacionalização institucional, que vai além de iniciativas individuais para abranger projetos de natureza coletiva e estável. Assim, pretendemos mapear as iniciativas existentes e incentivar novas, congregando-as de modo orgânico com vistas a dotá-las de características que permitam, inclusive, o reconhecimento como macroprocessos. Entende-se por macroprocesso um conjunto de iniciativas que integram projetos institucionais, interinstitucionais ou em rede com impacto internacional ou nacional por meio da articulação de iniciativas que até então eram vistas e gerenciadas de modo isolado e parcial, mas que podem ser conduzidas e avaliadas conjuntamente, de modo orgânico e perene, o que permite sua constante avaliação e sua readequação aos desafios postos pela realidade.

Um outro ponto a considerar é que o conceito de internacionalização é mais amplo que as atividades da Comissão de Cooperação Internacional e Nacional da Faculdade de Direito da USP (CCInt/FD), pois a internacionalização é transversal às diferentes Comissões, dadas sua relação e escopos de pesquisa e pós-graduação. Há significativa atividade de internacionalização na pós-graduação (co-tutela, dupla titulação e programas sanduiche, por exemplo), bem como na pesquisa (participação de professores da FD-USP em redes de pesquisa internacionais e participação de professores estrangeiros em grupos de pesquisas da FD, por exemplo).

⁶ MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto; PICCOLO, Carla Henriete Bevilacqua. Remarks on the Philosophy of Law in Brazil in the Twentieth Century. *Probl. anu. filos. teor. derecho*, Ciudad de México, n. 8, p. 179-224, dic. 2014. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-43872014000100007&lng=es&nrm=iso>.

É importante distinguir, ainda, os termos “convênios” e “intercâmbios”. Os segundos dizem respeito à mobilidade, estão no escopo da CCInt/FD e são, normalmente, realizados via convênios. Esses, porém, são uma figura jurídica mais ampla, utilizada para outras questões fora do escopo da CCInt/FD.

Descrição geral das atribuições e atividades da CCInt/FD

A CCInt/FD tem por objetivo a celebração de convênios internacionais visando à mobilidade de estudantes e docentes, bem como à gestão para que os programas de intercâmbio funcionem de forma consistente, tanto no que diz respeito aos membros de nossa comunidade acadêmica como também no suporte aos visitantes estrangeiros que recebemos. Nesse sentido, a CCInt/FD publica e gerencia editais de intercâmbio próprios, assim como gerencia os editais publicados pela Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional - AUCANI (<https://internationaloffice.usp.br/new/>), relativos à bolsas internacionais e cursos de idiomas. Os dados abaixo indicam o expressivo volume de trabalho que é gerado para a CCInt.

Convênios acadêmicos internacionais e mobilidade em números

49	4	29	136
Convênios acadêmicos internacionais vigentes	Convênios acadêmicos nacionais vigentes	Estrangeiros na FDUSP em 2024:	Alunos da FDUSP no exterior em 2024

Convênios acadêmicos internacionais em tramitação ou renovação em 2025:

- Yonsei University
- Universidad Carlos III de Madri
- Meiji University
- Universidade de Macerata
- Universidade de Bolonha
- Universidade de Osaka
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Ghent
- Universidade de Münster
- Universidade da Guiana Francesa

Convênios acadêmicos internacionais vigentes em 2025:

PAÍS	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
Alemanha	1. Universitat Hamburg 2. Ludwig Maximilians-Universitat Munchen 3. Albert-Ludwigs-Universität Freiburg 4. Georg-August-Universität Göttingen 5. Universidade de Passau
Argentina	6. Universidad de Buenos Aires
Bélgica	7. Université Catholique de Louvain 8. Universidade da Antuérpia
Canadá	9. Universidade de Montreal
Chile	10. Universidad de Chile 11. Universidad Humberto Hurtado
Colômbia	12. Universidad de los Andes
Coréia do Sul	13. Yonsei University
Espanha	14. Universidad Carlos III de Madrid 15. Universidad Pompeu Fabra 16. Universitat de Girona 17. Universidad Francisco de Vitoria 18. Esade Law School – Universitat Ramon Llull (Barcelona)
Estados Unidos	19. Yale University (Linkage Program) 20. Universidade de Miami
França	21. PITES - Université Lumière Lyon II, Université Jean Moulin Lyon III e Université Jean Monnet-Saint-Étienne 22. Université Pantheon Assas (Paris II) 23. Université Jean-Moulin Lyon III

	24. Université de Poitiers
	25. Instituto Católico de Paris (novo)
	26. Sciences-Po
	27. Université de Bretagne Occidentale (Brest)
Holanda	28. Universidade de Leiden
Inglaterra	29. Queen Mary University of London
	30. CTLS – Centre for Transnational Legal Studies
	31. University of Westminster
Itália	32. Università Degli Studi di Macerata
	33. Università Degli Studi di Roma La Sapienza (novo)
	34. Universidade de Roma II – Tor Vergata
	35. Universidade de Roma Tre
	36. Università Commerciale Luigi Bocconi
Japão	37. Meiji University
Luxemburgo	38. Université du Luxembourg
Portugal	39. Universidade de Lisboa
	40. Universidade do Porto
Suíça	41. Universität Zürich
	42. Universität Luzern

Editais de Intercâmbio FDUSP – Mobilidade estudantil: 12 editais de vagas em Universidades conveniadas (contemplando o intercâmbio de aproximadamente 150 alunos):

- Edital – Universidades Alemãs
 - Edital – Universidades Italianas
 - Edital – Universidades Japonesas
 - Edital – Universidades de Língua Espanhola
 - Edital – Universidades de Língua Francesa
 - Edital – Universidades de Língua Inglesa
 - Edital – Universidades Suíças
 - Edital – Universidades Portuguesas
-

- Edital – Programa PITES (intercâmbio em Lyon2, Lyon3 e Saint Etienne)
- Edital LMU-Munique
- Edital – Programa de Verão em Hiroshima
- Edital – Linkage Program – Yale Law School

Editais de bolsas internacionais AUCANI: 6

A AUCANI/USP publica, duas vezes ao ano, editais de Bolsas Internacionais, gerenciados totalmente pelas Unidades USP, tanto no que diz respeito ao processo seletivo quanto ao pagamento das bolsas. Totalizam-se, portanto, 6 editais de Bolsas ao ano, sendo eles:

- Bolsa Mérito (2x ao ano)
- Bolsa Santander (2x ao ano)
- Bolsa Empreendedorismo (2x ao ano)

Editais de bolsas internacionais AUCANI e PRIP: 3

- Edital – Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional de Graduação - África, América Latina e Ásia.
- Edital – Internacionalização com Inclusão – América Latina
- Edital – Promoção da Internacionalização no Ambiente USP – USP Academy

Observe-se que o Edital de Bolsa Mérito de iniciativa da AUCANI contempla apenas o critério de nota. Desde 2023, a Presidência da CCint buscou conciliar esse critério com um **bônus aos alunos com insuficiência econômica**, de modo a equalizar as condições de competição dos candidatos com base em mérito acadêmico, tal como pretendido e fixado pelas normas e princípios da própria AUCANI.

Editais de cursos de idioma: 4

A AUCANI/USP publica, 4 vezes ao ano, o edital “*Language Education at USP*”, que promove cursos de idiomas online aos alunos de graduação e pós-graduação da USP, e esses editais são divulgados e parcialmente gerenciados pelas Unidades via Sistema Mundus.

5.6.2. O que fizemos na atual gestão

Embora a faculdade tenha avançado em suas ações de internacionalização, nas diferentes frentes: mobilidade de alunos, número de convênios; atividades de pós-graduação e pesquisa, avaliou-se que as iniciativas envolvendo os docentes eram pouco institucionalizadas, faltando parcerias que lhes permitam períodos de permanência e atividades no exterior que possam se desdobrar em parcerias duradouras, e fortalecer a internacionalização de sua pesquisa e produção científica.

Nesse sentido, propôs-se a reinclusão da FD- USP em redes/clubes de Universidades que promovem a mobilidade dos docentes de suas instituições participantes, a exemplo da Law Schools Global League (<https://lawschoolsgloballeague.com/>), ou do Center for Transnational Legal Studies – London CTLS (<https://www.law.georgetown.edu/ctls/>).

Identificou-se também a carência de intercâmbios em algumas regiões do globo, como Ásia e América do Norte, assim como a possibilidade de aumento de oportunidades de intercâmbios de língua inglesa em outras universidades, mesmo na Europa. Como resposta a tal constatação foram firmados convênios recentes com 42 duas instituições acima elencadas, com destaque para os convênios com a Universidade de Miami, *Queen Mary University of London*, *CTLS – Centre for Transnational Legal Studies*. Estão em processo avançadas negociações com a Universidade de Münster, Frankfurt e Melbourne.

Outro aspecto em que se buscou avançar foi a **atratividade da vinda de alunos do exterior**. A FD recebeu 29 alunos estrangeiros em 2024. Os alunos, antes do início das aulas, são recepcionados na CCInt/FD para uma reunião de boas-vindas, esclarecimentos burocráticos e tour pela Faculdade e pelo centro de São Paulo. Damos ainda o suporte para a regularização da estadia no Brasil e obtenção do RNM – Registro Nacional Migratório, junto à Polícia Federal. Quanto a essa questão, o **aumento de oferta de disciplinas e atividades em inglês**, seja na FD ou em outras unidades e a disponibilidade de informações sobre elas foi percebido como um fator de grande impacto.

Houve também a realização e atividades de **mobilidade de docentes com reciprocidade**, vale dizer, foram organizados seminários na sede de instituições parceiras, com a participação de docentes da FD-USP e a posterior recepção de professores estrangeiros na Faculdade para seminário de pesquisa e oferecimento de aulas e palestras aos alunos.

Quanto ao aumento da oferta de cursos em inglês, vem se fazendo um esforço para o desenvolvimento de iniciativas e mesmo de maior abertura geral a essa proposta. Atualmente, no segundo semestre de 2025, a faculdade oferece três disciplinas de pós-graduação e cinco na graduação em inglês. O número tem crescido e o corpo docente tem se sensibilizado sobre o a sua importância. Tal oferta pode ser ainda mais incrementada para o aprofundamento da internacionalização, tornando a USP um local atraente para intercambistas estrangeiros.

Finalmente, cabe destacar o esforço para a ampliação da divulgação internacional da produção científica da FD, por meio da celebração inédita de convênios com as renomadas Editoras Tirant lo Blanch (para publicação de obras em espanhol) e Springer Nature (para publicação de obras em inglês). Por meio de ambos os convênios, nossos docentes, doutores, mestres e pesquisadores já podem ter suas obras traduzidas e publicadas fora do Brasil, com ampla distribuição para mais de 11 mil instituições que compõem a base de operações das editoras.

5.6.3. O que pretendemos fazer

1

Intercâmbios e mobilidade docente

Partindo-se das realizações da gestão atual, bem como dos resultados dos esforços consolidados nas gestões anteriores, nossa proposta é reforçar o aumento qualitativo dos convênios e intercâmbios existentes, sobretudo quanto à mobilidade e desenvolvimento de parcerias entre os docentes, a exemplo das parcerias consolidadas com o [CTLS](#), com a Universidade de Münster e com o SELA, convênio coordenado pela Faculdade de Yale e do qual a FD faz parte. Tal incremento qualitativo busca o estabelecimento de relações de intercâmbio que reforcem parcerias duradouras e sedimente uma produção conjunta internacionalizada.

Nesse sentido, é fundamental a maior integração das atividades de internacionalização com outras Comissões, como as de Pós-Graduação e a de Pesquisa e Inovação, a fim de explorar sinergias de internacionalização e mobilidade, bem como de meios de financiamento.

2

Intercâmbio e mobilidade de estudantes

Além da manutenção e renovação dos convênios já existentes, nossa proposta é ampliar as oportunidades de intercâmbio em regiões do globo como África, Ásia e América Latina. Tal estratégia visa, inclusive, ampliar e fortalecer vínculos com países de língua inglesa e portuguesa (em especial da África) e do Eixo Sul-Sul, sem prejuízo da consolidação das cooperações com países do hemisfério norte.

3

Recepção de estudantes estrangeiros

Nossa proposta é **ampliar os esforços de realização de intercâmbios** com Faculdades de Direito que contem com programas internacionais, nos quais o currículo demanda o cumprimento de carga horária no exterior, de modo a recepcionar esses estudantes com maior frequência.

Nesse sentido, será ponto de especial preocupação o desenvolvimento de uma **grade estável em inglês, com ao menos cinco disciplinas**, permitindo frequência e aproveitamento por estudantes estrangeiros⁷. A fim de estimular os docentes que lecionem em inglês, propomos a criação de um **prêmio de excelência em docência nesta língua**.

A fim de tornar o intercâmbio de estudantes estrangeiros à FD mais atrativo, propomos a criação de **programa especial de estágio junto a escritórios de advocacia e entidades/órgãos de interesse**, permitindo uma experiência de Direito comparado em diferentes áreas.

É importante, finalmente, **ampliar e aperfeiçoar a comunicação institucional** sobre as atividades realizadas em língua estrangeira na faculdade. Esta comunicação facilitará não apenas a afluência de nossa

⁷ Uma boa iniciativa que facilitará tal compromisso foi consolidada com a aprovação da RESOLUÇÃO CoPGr E CoG Nº 8706, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024 que com o objetivo de maior integração e aproximação entre a graduação e a pós-graduação autorizou que disciplinas da graduação e da pós-graduação com conteúdo equivalente, avaliação, ementa, bibliografia e ministrada pelo mesmo docente, poderão ser oferecidas a turmas mistas. Tal resolução não apenas facilitará a almejada integração entre graduação e pós-graduação, como também facilitará o cumprimento da oferta de disciplinas em ambos os programas.

comunidade aos eventos, como também otimizará o seu aproveitamento por parte dos alunos estrangeiros. Ademais, ela terá também um importante impacto na comunicação externa da faculdade, exibindo o exuberante número de atividades em inglês que já ocorrem e, conseqüentemente, consolidando as estratégias acima descritas de intercâmbio e cooperação. O aperfeiçoamento da comunicação da FD à comunidade estrangeira envolve, também, a necessidade de **tradução sistematizada de nosso website ao inglês, tornando-o bilingue.**

4

Criação de Comissão de Indicadores

A posição da FD nos diversos **rankings internacionais** está condicionada à avaliação de inúmeros indicadores, em relação aos quais deve haver atenção específica no sentido de organização e documentação de dados/informações. Assim, com o objetivo de potencializar a conquista de posições ainda melhores de nossa Faculdade, além da adoção de medidas estratégicas para o aumento da excelência acadêmica, a proposta é criar comissão voltada a refletir sobre nossos indicadores de excelência e estabelecer mecanismos para sua correta sistematização/informação/divulgação nacional e, sobretudo, internacional.

5

Implementação de infraestrutura de recepção de visitantes estrangeiros:

Com a incorporação do Palácio do Comércio ao patrimônio da FD, pretendemos equipar salas específicas para a **recepção e atividades de docentes e pesquisadores estrangeiros**, nos moldes existentes em universidades estrangeiras de reconhecida excelência.

6

Otimização e busca de recursos para ações de internacionalização:

- Aperfeiçoamento dos critérios para o desembolso de bolsas e fomentos importantes para os projetos de Internacionalização, em especial o PROEX, de modo a fixar melhores parâmetros de objetivos estratégicos e transparência na destinação e otimização no uso de recursos.
- Fomento e busca de novas formas de apoio econômico para os intercambistas (adicionais de bolsas, editais de entidades parceiras da FD etc.)
- Mapeamento, compilação e divulgação de bolsas e financiamentos internacionais estratégicos de programas de bolsas e financiamento disponíveis para docentes, estudantes e pesquisadores.

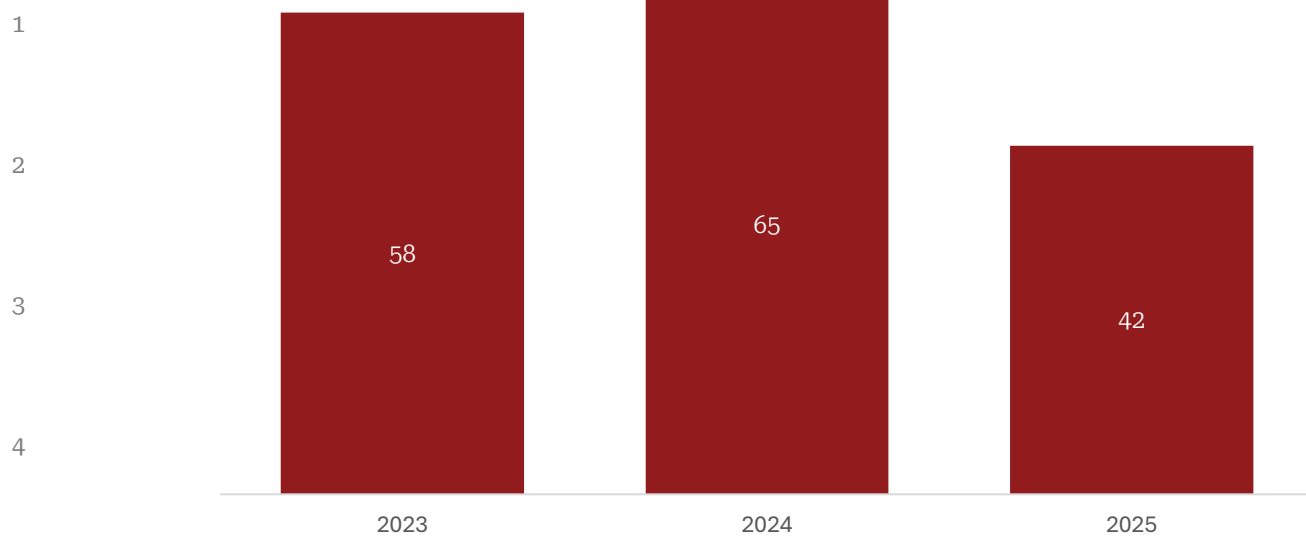
7

Reestruturação operacional da CCInt:

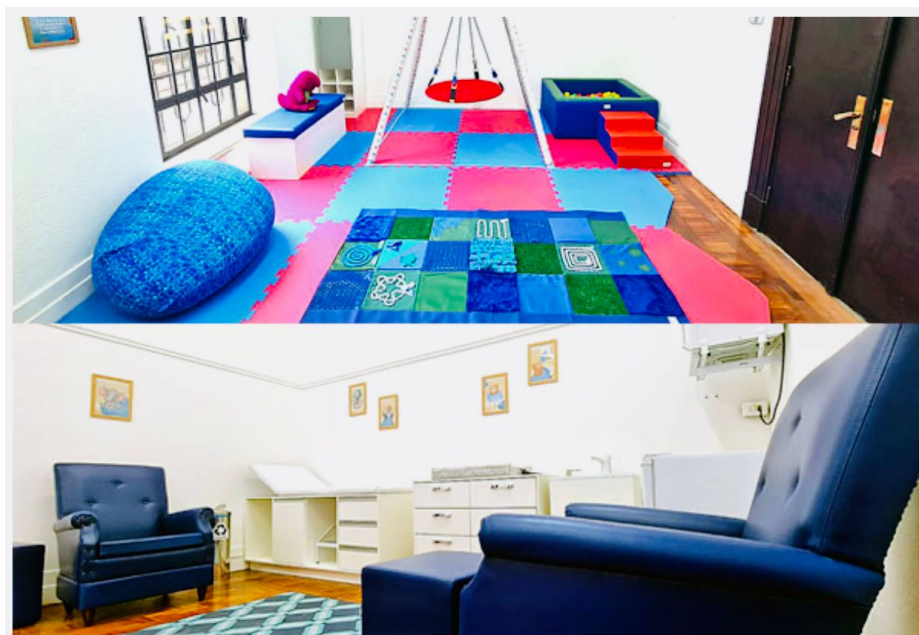
A estrutura da CCInt/FD conta com um secretário muito qualificado, com proficiência em inglês, auxiliado por apenas um funcionário. Sazonalmente um estagiário da própria USP auxilia nos trabalhos do órgão. Mesmo sabendo as dificuldades estruturais vivenciadas por todas as unidades da

USP em fazer novas contratações, é importante destacar a importância da ampliação do corpo de funcionários da CCINT, de modo a permitir a estruturação de um escritório de internacionalização, apto a apoiar de forma eficiente as ações estratégicas da FD nessa área.

Eventos internacionais por ano (FDUSP 2023-2025)



Acesse os eventos internacionais através do QR Code ao lado ou [clique aqui.](#)



06

Inclusão e Pertencimento

As importantes políticas de inclusão implementadas na USP na última década, tendo como precursor o Programa de Inclusão aprovado pela FD, e a ampliação da disponibilização de vagas pelo SISU têm cumprido papel central na renovação do ambiente universitário.

Nesse contexto, a Faculdade vive um momento histórico de mudanças nos perfis socioeconômico e étnico-racial de nossos alunos e alunas.

A **diversidade** trouxe à Faculdade novas percepções sociais, novas demandas e novas capacidades, gerando uma transformação na própria agenda de ensino, pesquisa e extensão. Um corpo discente mais diversificado beneficia a excelência das investigações, o processo de formação e a capacidade de contribuição social da Universidade Pública. Porém, a mudança de perfil discente traz também novos desafios, exigindo reflexão sobre medidas de enfrentamento e superação. Nesse sentido, não se mostra suficiente a criação de mecanismos para o ingresso de grupos vulneráveis na Universidade, sendo indispensável a **formulação de políticas de acolhimento e de permanência**.

De outro lado, a comunidade acadêmica é formada também por seus **docentes e servidores técnico-administrativos**, que igualmente devem ser tomados com atenção em matéria de diversidade, vulnerabilidades e saúde mental. Enfim, em um ambiente coletivo de trabalho, ensino-aprendizagem e pesquisa, a inclusão e pertencimento correspondem não apenas a uma necessidade individual, e sim um aspecto fundamental para o melhor desenvolvimento das atividades-fim da Universidade e, sobretudo, para a qualidade de vida e convivência saudável de todos.

6.1. Desafios atuais e o que já fizemos:

A consolidação das políticas de inclusão e pertencimento é ponto de extrema importância e especialmente desafiador, haja vista a missão da FD de propiciar um ensino e um conhecimento científico que privilegie a diversidade e a participação dos alunos, de forma a superar a ideia disfuncional de um Direito “neutro” excludente e permitir a compreensão das interações sociais a partir das diferenças.

A noção de equidade na esfera acadêmica diz respeito principalmente à **igualdade de oportunidades**, o que significa que o acesso e permanência na Universidade deve depender apenas das habilidades e do esforço individual de cada um, não podendo fatores pessoais, étnico-raciais, de gênero ou socioeconômicos constituir obstáculos ou vantagens na seleção, permanência e êxito em uma instituição de ensino. Nesse sentido, a preocupação com a equidade, por meio da instituição de políticas de ação afirmativa para alunos de grupos vulnerabilizados, visa a inserir e manter sujeitos historicamente excluídos do espaço acadêmico.

Levantamento de dados realizado recentemente na FD revela não haver diferença na média entre alunos cotistas e não cotistas, demonstrando o sucesso da política afirmativa de ingresso adotada.

Porém, é preciso ver que a manutenção de média altíssima por alunos pertencentes a grupos vulnerabilizados exige muito maior esforço do que o de alunos não vulnerabilizados. Incluir significa, nessa linha, oferecer as mesmas oportunidades a todos e, sobretudo, criar mecanismos para que tais oportunidades sejam, de fato, usufruídas. A todos os alunos deve ser dada, portanto, a oportunidade não só de estudar, mas também de desenvolver pesquisas, participar de atividades de extensão e de intercâmbios.

Por isso, **são objetivos da FD:**

01

Divulgar iniciativas voltadas ao combate à discriminação e promoção do pertencimento, apoiando políticas de promoção da diversidade já existentes na unidade e na USP;

02

Desenvolver, com a participação ativa de toda a comunidade acadêmica, projetos e ações afirmativas voltadas à equidade em todas as suas vertentes;

03

Realizar eventos e programas para letramento e capacitação de docentes e discentes em temas envolvendo os desafios de inclusão de diversidades específicas no ambiente universitário;

04

Promover ações específicas voltadas à saúde mental e ao bem-estar da comunidade; e

05

A partir de sua capacidade de influir na realidade social, servir como modelo e agente propulsor de transformações sociais em matéria de respeito às diversidades, principalmente no âmbito do Direito.

Dentre as diversidades existentes na Universidade, preocupa a questão de **equidade de gênero**, pois, no universo do Direito, embora as mulheres representem hoje cerca de

metade do 1 milhão e 200 mil inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, sua presença em cargos de liderança em carreiras do Direito Público e Privado ainda é minoritária, se comparada à participação masculina, levando ao apagamento de gênero e à consideração de uma suposta neutralidade do Direito, o que traz consequências negativas em sua aplicação à realidade social. E o problema de inequidade de gênero no Direito começa na Universidade, no ensino jurídico e na dinâmica das relações que vão se estabelecendo no espaço acadêmico, o que tende a impactar a experiência de alunas e alunos que futuramente assumirão posições-chave na escala de poder e tomada de decisão no campo jurídico.

Também preocupam as **questões étnico-raciais e socioeconômicas**, que levam estudantes a enfrentar dificuldades em seu percurso acadêmico, sofrendo prejuízos importantes no processo de formação, a partir da falta de igualdade nas oportunidades e de necessidade de maior esforço para conseguir obter o mesmo rendimento de estudantes não vulnerabilizados. Igualmente, as **pessoas com deficiência** necessitam de política específica, a fim de permitir sua permanência e pertencimento nos diversos ambientes - acadêmico e de trabalho.

As questões relacionadas à inclusão e pertencimento são complexas, merecendo especial atenção e esforço para o bom enfrentamento. Nesse sentido, é muito frequente a ocorrência de **sofrimento mental ou mesmo o agravamento de quadros de saúde** em decorrência da falta de equidade acadêmica em razão das diversidades. De outro lado, é difícil identificar demandas individuais, em razão da resistência natural da comunidade relacionada à auto exposição, a gerar ainda mais vulnerabilidade e prejuízos concretos. Em relação a esse tema, os servidores técnico-administrativos sem dúvida constituem o grupo mais exposto a prejuízos e sofrimento, em razão de não contarem com redes coletivas de apoio.

Em síntese, é preciso fortalecer as iniciativas existentes e desenvolver outras mais, materializando uma política de inclusão e pertencimento como imperativo para o desenvolvimento social sustentável. Tal política condiz, ainda, com as boas práticas incorporadas de forma crescente por Universidades de reconhecida excelência ao redor do mundo, reafirmando a posição de destaque ocupada pela FD na comunidade acadêmica internacional.

Em nossa Faculdade, a equidade, a inclusão e o pertencimento já são preocupações presentes, em boa medida em razão das **diversas iniciativas adotadas pela atual gestão**, tais como:

- Incentivo e incremento de programas específicos de bolsas de permanência (*Adote um aluno, Incluir Direito e Projeto de Promoção à Dedicção Acadêmica - PPDA*) e de auxílio financeiro (*Fundo de Endowment Sempre SanFran*);
- Estabelecimento **de ações afirmativas** de ingresso e de Semana de Recepção de novos alunos no **Programa de Pós-Graduação**;
- Oferecimento de **disciplinas transversais** de graduação e de pós-graduação sobre diversidades e equidade;
- Aquisição de **equipamentos de leitura de livros** para deficientes visuais e de **equipamentos para auxílio pedagógico** de deficientes auditivos;

- Criação de **programa de atendimento à saúde mental** disponível na FD para toda a comunidade;
- Elaboração/revisão de **normas para a paridade de gênero** em bancas examinadoras, concursos públicos e em eventos científicos;
- Instalação da **Galeria das Professoras**;



- Criação pioneira de **política de acessibilidade pedagógica para alunos diagnosticados com transtornos globais do desenvolvimento** (a iniciativa da FD embasou, inclusive, a elaboração de lei que estabeleceu política semelhante para alunos dos ensinos fundamental e médio do Estado de São Paulo e tem servido de modelo para a discussão em outras Unidades da USP);
- Oferecimento de **café da manhã no restaurante universitário** da FD;
- Instalação de **Sala Sensorial e de Apoio à Amamentação**;
- Promoção de **ciclos de debate** para toda a comunidade sobre equidade de gênero, saúde mental e prevenção/control de discriminações e violências nos ambientes acadêmico e de trabalho;
- **Projeto de implementação de diversos espaços de convivência e bem-estar** no edifício histórico e no Palácio do Comércio (cafeteria, academia, áreas de convívio, espaço de convivência para servidores técnico-administrativos);
- Adesão ao **Pacto Ninguém se Cala**, de iniciativa do Ministério Público de São Paulo e do Ministério Público do Trabalho; e
- Articulação com a Ouvidoria de Gênero, o Centro Acadêmico XI de Agosto, a Associação Atlética XI de Agosto, o Coletivo Feminista Dandara, o Ministério Público de São Paulo e do Ministério Público do Trabalho para a **elaboração de Protocolo de atendimento de casos de violência sexual e de gênero**.

Diante do conjunto de políticas de inclusão adotadas, a FD foi uma das instituições contempladas com o Selo Respeito e Diversidade, conferido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e ganhou o Prêmio de Reconhecimento da Associação Nacional para Inclusão das Pessoas Autistas. De todo modo, cabe-nos coordenar esforços no sentido de reforçar tais medidas e estabelecer outras, cujos eixos centrais são:

01

Fortalecimento da política de **EQUIDADE** em todos os níveis e para toda a comunidade (servidores técnico-administrativos, discentes e docentes), com atenção especial para ações de permanência e de combate a todas as formas de discriminação e violência;

02

Implementação de uma política mais efetiva de **INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**, adotando a identificação por meio da avaliação biopsicossocial para uma abordagem da deficiência como resultado da interação entre a pessoa com impedimentos de longo prazo e barreiras sociais e ambientais, promovendo assim os talentos das pessoas com deficiência, ao invés de focar nas suas limitações;

03

Investimento no **DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES**, apoiando sua participação em atividades de aperfeiçoamento técnico, pós-graduação e formação em áreas estratégicas para a cultura de inclusão e pertencimento, com apoios institucional e financeiro;

04

Incremento de ações voltadas à **SAÚDE MENTAL DE TODA A COMUNIDADE**, não apenas visando ao acolhimento e encaminhamento de casos de sofrimento mental, mas, sobretudo, articulando iniciativas preventivas e de promoção de bem-estar.

Nesse sentido, apresentam-se as seguintes propostas:

1

Busca do **aumento do número e do valor das bolsas a alunos economicamente vulneráveis**, seja por meio de recursos da Universidade, seja por outros programas ou iniciativas voltadas para esse fim, que devem ser mantidos e fortalecidos;

2

Criação de programa de bolsas de mobilidade internacional, prioritariamente para alunos economicamente vulneráveis, permitindo sua participação em atividades de intercâmbio acadêmico;

3

Apoio institucional à **reforma da Casa do Estudante**, por meio do estabelecimento de plano de ação e de programa de arrecadação de recursos;

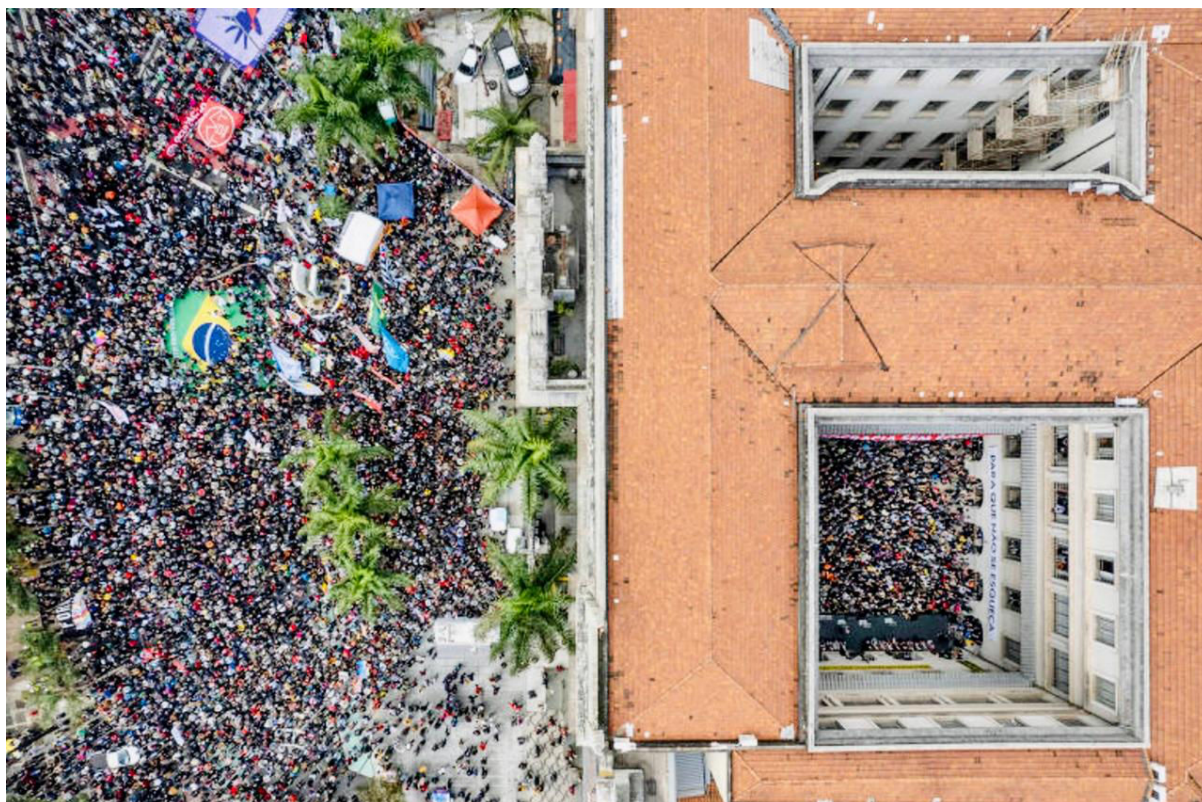
4

Estudo e implementação de projeto de reforma do prédio localizado na Rua Senador Feijó (que atualmente abriga parte da Biblioteca), a fim de torná-lo uma **moradia estudantil da FD**;

- 5 | Transformação do Espaço Saraiva, a partir de sua renomeação para **“Espaço Maria Augusta Saraiva”** (iniciativa dos alunos), em espaço de bem-estar, convivência e de reuniões;
- 6 | Ampliação do sistema de transporte **BUSP** para incluir rotas regulares e diretas entre a FD, a Faculdade de Medicina e o Campus do Butantã;
- 7 | Criação de **Programa de Mentoria** para acompanhamento pedagógico e socioemocional individualizado de alunos de graduação (em especial de grupos vulnerabilizados), no âmbito do CEJUD, que pode envolver, inclusive, a participação de pós-graduandos, com atribuição de créditos especiais;
- 8 | Promoção de **capacitação de docentes** para integração da perspectiva de diversidade no ensino, na pesquisa e na extensão;
- 9 | Criação de **condições de mobilidade e de comunicação** para pessoas com necessidades especiais diversas, por meio da continuidade da implementação do projeto de adaptação plena da Faculdade às diretrizes de acessibilidade;
- 10 | Fortalecimento da inclusão e pertencimento de Pessoa com Deficiência por meio de ações concretas, com destaque para **(i) o anti-capacitismo; (ii) criação de sistema de identificação por meio da avaliação biopsicossocial** para avançar na compreensão da deficiência como resultado da interação entre a pessoa com impedimentos de longo prazo e barreiras sociais e ambientais; **(iii) promoção dos talentos das pessoas com deficiência**, liderando formação e empregabilidade customizada e potencializada;
- 11 | Criação de **Comissão de Prevenção e Controle de Violência e Discriminação**;
- 12 | Implementação do **Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero**, junto com a Ouvidoria de Gênero da FD;
- 13 | **Revisão e proposta de normas** relacionadas a concursos de ingresso, livre-docência e titularidade, possibilitando maior equidade de gênero, étnico-racial e de deficientes;
- 14 | Incentivo a novos **projetos para qualificação do corpo discente** em línguas, em especial o inglês, e inclusão no mercado de trabalho, com auxílio à colocação profissional e orientação pedagógica.
- 15 | **Capacitação docente** sobre a [Deliberação n. 1/22, da CG-FDUSP](#), que cria a Política de Acessibilidade Pedagógica aos alunos diagnosticados com

- transtornos globais do desenvolvimento, bem como a criação de sistema de solicitação de adaptações sem que os alunos tenham que contactar individualmente cada docente;
- 16 | Tratativas com a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento para a realização de aditivo contratual e designação de funcionário, de modo a possibilitar o funcionamento do restaurante universitário nos finais de semana;
- 17 | Tratativas com a PRIP e diretamente com a empresa contratada para revisão do cardápio do restaurante universitário da FD, de forma a aumentar a variedade e a qualidade dos alimentos ofertados;
- 18 | Implementação **de lanchonetes** no andar térreo do Palácio do Comércio e no último andar da nova Biblioteca, assim como máquinas de café nos espaços de convivência de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos;
- 19 | Pedido à Reitoria de cargo de **psicólogo especializado** para atendimento permanente de toda a comunidade, com articulação ao Programa ECOS (PRIP);
- 20 | Elaboração de programa específico de apoio, acolhimento e diálogo sobre questões de bem-estar, saúde mental e diversidades voltado aos **servidores técnico-administrativos**;
- 21 | Adoção de **política de incentivo ao desenvolvimento profissional de servidores técnico-administrativos**, com apoio à participação em atividades de aperfeiçoamento técnico, pós-graduação e outras formações de caráter humanístico (tais programas poderiam assumir os moldes de editais de fomento, com concessão de auxílio financeiro e garantia de dispensa do horário de trabalho para realização de cursos/especializações que incentivem o crescimento profissional e pessoal dos servidores técnico-administrativos);
- 22 | Promoção de **cursos para inclusão digital** de servidores técnico-administrativos de nível básico;
- 23 | Promoção de **encontros/cursos temáticos** sobre convivência, comunicação não violenta e mediação para servidores técnico-administrativos;
- 24 | Implementação, no Palácio do Comércio, de **espaço de convivência** para servidores técnico-administrativos; e

- 25 | Ampliação da segurança no entorno da FD, a partir de parceria com as autoridades competentes, aumentando a proteção da comunidade no caminho em direção ao metro (principalmente no período noturno);
- 26 | Reforma no ajardinamento (vasos) no pátio interno de Július Franck, melhorando a qualidade de vida da comunidade;
- 27 | Fornecimento de *wi-fi* gratuito em toda a FD, facilitando o amplo acesso à internet; e
- 28 | Elaboração de **relatórios periódicos e pesquisas de diagnóstico institucional** e proposição de políticas de inclusão e permanência.





07

Projeto de celebração do Bicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil

No último dia 11 de agosto, foi instalada, em evento de "celebração deliberativa", a Comissão para Organização dos Festejos do Bicentenário dos Cursos Jurídicos no Brasil. Referida Comissão, presidida pela atual Vice-Diretora e pelo Professor Titular Maurício Zanoide de Moraes, e secretariada pelo Presidente da Associação dos Antigos Alunos (Dr. Rui Caminha), é composta por cerca de 90 membros, divididos em "Conselho de antigos Diretores", "Professores Titulares por antiguidade em cada Departamento", "Representantes institucionais" e "Integrantes", os quais, em razão de seu estreito vínculo com a Faculdade de Direito, comprometeram-se a capitanear esforços em diversas frentes para o planejamento da comemoração de nossos 200 anos. [\(Veja os membros da comissão do bicentenário\)](#)



Acesse o vídeo completo do evento através do QR Code ao lado ou [clique aqui.](#)

Evidentemente, diversas iniciativas já estão em andamento, desde o início da gestão atual, voltadas para a celebração de nosso Bicentenário. E celebrar tal efeméride não é algo trivial, porque não se trata de mera festa de aniversário, mas da comemoração de

uma trajetória histórica marcante e simbólica para a Faculdade, para a USP, para o Direito e para o Brasil.

De fato, a Faculdade de Direito ostenta uma condição peculiar no cenário nacional. Nossa vocação inicial estava ligada à necessidade de formação de quadros políticos e jurídicos para o Estado brasileiro nascente e, por isso, a preocupação da São Francisco desde a sua fundação com os problemas concretos do país. Por isso tantos movimentos político-sociais surgiram em nosso pátio e ostentamos tantos Presidentes da República, Governadores e agentes políticos em geral em nosso quadro de antigos alunos. A passagem do tempo e a multiplicação dos cursos jurídicos no Brasil não alteraram significativamente a posição de referência das Arcadas, mas exigem sempre uma reflexão sobre nossa missão atual e nossas perspectivas de futuro.

Portanto, celebrar nossos 200 anos não é só festejar o passado glorioso, e sim também pensar em nosso futuro, a partir de indagações fundamentais: Qual é nosso papel no redesenho do ensino jurídico brasileiro? Hoje temos cerca de 2000 Faculdades de Direito, que não conseguem aprovar mais do que 17% de seus alunos no exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Como responder aos desafios de uma sociedade cada vez mais complexa, globalizada e com rupturas inéditas, inclusive relacionadas à própria ideia de democracia? Como formar bons quadros, com conhecimento profundo, mas também com capacidades socioemocionais, tecnológicas e, sobretudo, com criatividade e sensibilidade social para lidar com os problemas sociais concretos? Como nos comunicar cada vez melhor com os diversos setores sociais, cumprindo a missão da Universidade Pública de produzir e transmitir conhecimento científico de excelência? Enfim, como podemos contribuir para materializar o conceito de justiça, tornando a sociedade mais justa e menos desigual?

Também é importante considerar que as comemorações não se referem apenas às Arcadas do Largo São Francisco, mas também à **Faculdade de Direito de Recife**, com quem há três anos temos estabelecido diálogos para a realização de iniciativas conjuntas, tais como seminários envolvendo o intercâmbio de professores entre ambas as instituições em todas as áreas do Direito.

Diante dessas reflexões, já foram iniciados os trabalhos para a realização dos seguintes objetivos relacionados à comemoração de nosso Bicentenário:

- 1 | Projeto acordado com o Diretor **Bruno Barreto** para a realização de **Documentário** sobre o Bicentenário da Faculdade de Direito;
- 2 | Projeto acordado com a **TV Cultura** para a realização de **minissérie com 5 capítulos** sobre o Bicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil;
- 3 | Elaboração de **dicionário** sobre a história da FD;

- 4 Realização de **concurso da logomarca** do Bicentenário da Faculdade. Veja aqui o logo vencedor:



- 5 **Organização de obras** junto a cada um dos Departamentos da FD, com a exposição da evolução teórica de cada área na FD e suas perspectivas de futuro;

- 6 **Digitalização** do acervo documental/museológico e de obras raras da FD;

- 7 Realização de projeto e aprovação da Prefeitura Municipal para a instalação de **Museu do Ensino Jurídico** na “Casa da Baronesa”, ao lado da FD;

- 8 Organização de **11 Congressos Internacionais** (correspondentes às áreas compreendidas pelos 9 Departamentos da FD, à área de Direitos Humanos e aos Desafios do Ensino Jurídico);

- 9 Proposta de **Acordo de Cooperação Técnica com o Supremo Tribunal Federal**, para o desenvolvimento de pesquisas em temas atuais de interesse comum;

- 10 Projeto de implementação de **Visita Guiada/Informada da FD**, a partir da inserção de QR Codes junto a cada obra/item de interesse histórico/artístico de nosso prédio (projeto a ser oferecido como atividade de extensão, envolvendo o engajamento de estudantes);

- 11 Tratativas com a **Orquestra Sinfônica da USP** e o **CORALUSP**, para séries de apresentações musicais na FD;

- 12 Projeto para desenvolvimento de **Samba Enredo** sobre o Bicentenário da Faculdade junto à escola de samba paulista;

- 13 | Criação de **aba permanente no website da Faculdade sobre o Bicentenário**, com conteúdo “Você sabia?”, “Personagens e histórias”, “Fatos e lendas” e “Curiosidades”, relacionado à história da FD, com envolvimento da Academia de Letras;
- 14 | Tratativas junto aos Correios para a confecção de **Selo Comemorativo do Bicentenário**;
- 15 | Tratativas com o Banco Central do Brasil para a confecção de **Coleção de Moedas Comemorativas do Bicentenário**;

A seguir, tem-se os 10 grupos de trabalho, subdivididos em áreas de atuação, interconectadas por um Comitê executivo, encarregado de articular as áreas entre si e otimizar as atividades:

- i. Comitê executivo
- ii. Festividades
- iii. Eventos culturais (shows, concertos, exposições, recitas, teatro, carnaval)
- iv. Produção Histórica (documentário, TV cultura minissérie com 5 capítulos,
- v. Acadêmico
 - Produção científica (dicionário sobre os 200 anos, livros da evolução das escolas por área)
 - Eventos acadêmicos
 - Relações institucionais acadêmicas (intercâmbios nacionais e internacionais de estudantes e docentes)
- vi. Relações institucionais (com órgãos externos à Academia)
- vii. Patrimônio
- viii. Gestão de recursos
- ix. Comunicação
- x. Projetos específicos
- xi. Itens comemorativos e acervo de memória

Todas as iniciativas para a comemoração de nossos 200 anos dependerão do trabalho coletivo de muitas pessoas, unidas pelo amor e respeito às Arcadas. Justamente por isso, conforme foi divulgado em nossa reunião de instalação da Comissão, a expressão que marcará a essência dessa jornada é "Todos juntos pelos 200 anos da São Francisco!".

CONCLUSÃO

Rumo aos 200 anos, juntos pela São Francisco

O Programa de Gestão que ora apresentamos foi elaborado a partir da vivência cotidiana de quem percorreu os diferentes espaços de nossa comunidade acadêmica e se enriqueceu com as contribuições de diversas pessoas - docentes, discentes e servidores técnico-administrativos -, a quem registramos nossa gratidão pelo diálogo aberto e pela preocupação comum em honrar a tradição e o respeito que a Faculdade de Direito merece.

Por sua própria natureza, nosso Programa constitui um projeto em constante construção, aberto à recepção democrática de novas ideias, críticas e, sobretudo, aos desafios que o futuro inevitavelmente trará. Da mesma forma, a gestão não se restringe à competência da Diretoria: ela se concretiza como trabalho coletivo, construído a muitas mãos, nos diferentes colegiados e setores. Assim, a realização das propostas aqui apresentadas depende da atuação conjunta e articulada de toda a comunidade acadêmica. E não apenas da Faculdade de Direito, considerada de forma isolada. Temos hoje um verdadeiro campus no Largo São Francisco – composto pelo conjunto Prédio Histórico – Palácio do Comércio – Edifício Dalmo Dallari – Nova Biblioteca – Casa da Baronesa (e, provavelmente, o novo Fórum Universitário/Núcleo de Práticas Jurídicas), a exigir cada vez mais integração e interlocução com a Administração Central Universidade.

Nossa Escola é um lugar de vida e de esperança; é um território do espírito humano, movido pelo desejo de saber a partir do encontro. Mais do que seu espaço físico - que nos últimos anos passou por um notável processo de modernização e dobrou de tamanho -, o maior poder das Arcadas - sua alma - reside em seus valores, cristalizados em cada memória, manifestação e experiência, formando há quase duzentos anos o que denominamos de “espírito franciscano”. É esse sentimento que nos une, que nos renova e que nos faz eternamente alunos da Velha e Sempre Nova Academia.

Se a São Francisco é uma casa de excelência, também é, acima de tudo, uma casa plural. A pluralidade de ideias sempre foi, e deve continuar a ser, seu valor maior, que cultivado com respeito e amizade. Em um mundo cada vez mais marcado pela intolerância e irracionalidade, talvez a única saída possível seja insistir em promover o debate de ideias. São estas ideias que permitem o desenvolvimento de posições, e posicionar-se é necessário, principalmente no âmbito jurídico, que é um território de Poder. Assim, independente de discussões político-partidárias e preservando o necessário respeito às diferentes correntes ideológicas, cabe à São Francisco seguir no centro dos grandes debates nacionais e internacionais, marcando posição sobre temas importantes relacionados ao ensino jurídico, à pesquisa, ao aprimoramento das estruturas de acesso à justiça e aos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito, para que possa contribuir com o Brasil - e o mundo - de hoje e do amanhã. Convidamos a todas e todos a seguirem conosco nesta belíssima jornada rumo ao Bicentenário de nossa Faculdade de Direito!